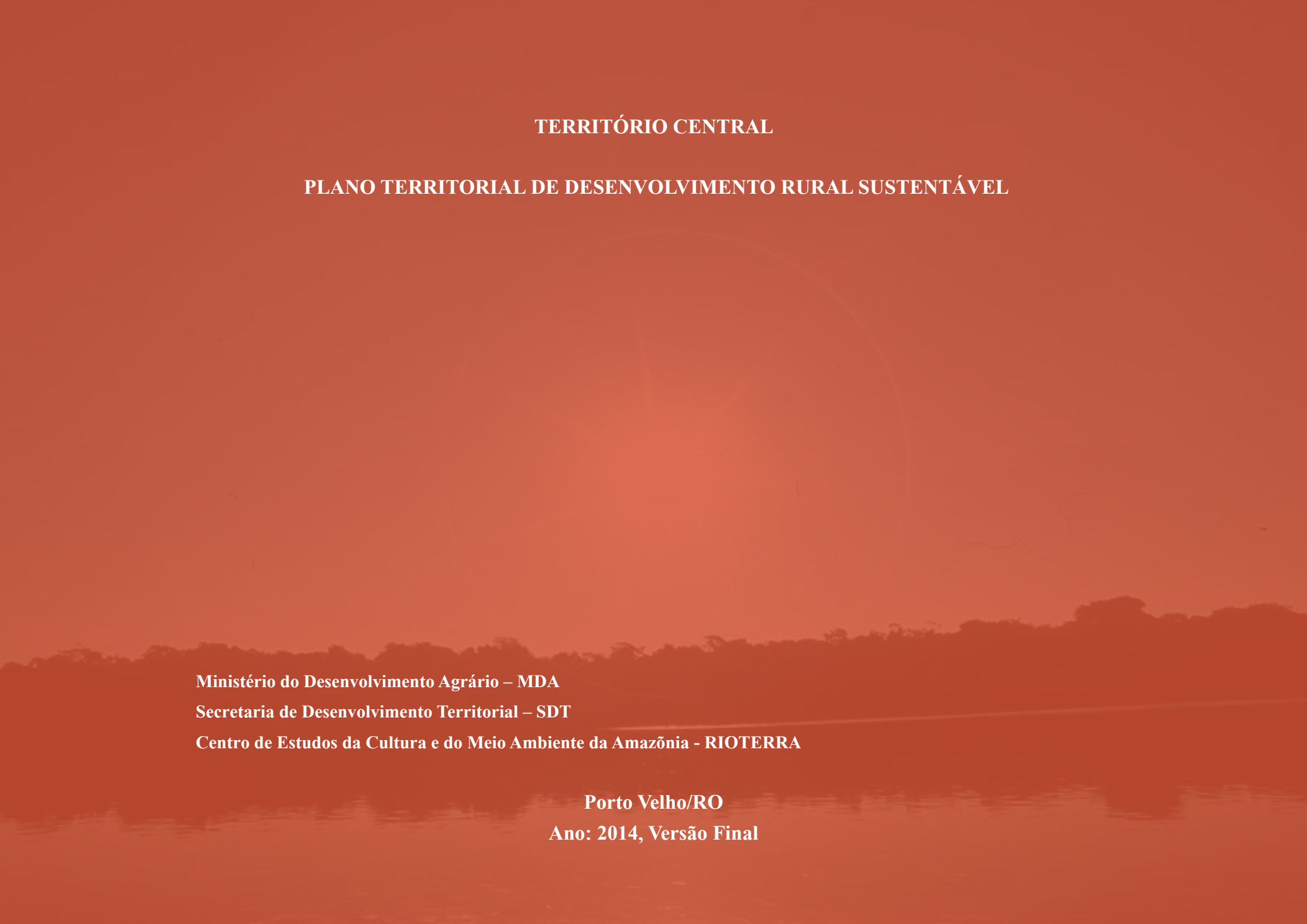




PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

TERRITÓRIOS DE RONDÔNIA **TERRITÓRIO CENTRAL**



TERRITÓRIO CENTRAL

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA

Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT

Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia - RIOTERRA

Porto Velho/RO

Ano: 2014, Versão Final



PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO CENTRAL

Presidente da República Federativa do Brasil
Dilma Rousseff

Ministro do Desenvolvimento Agrário
Pepe Vargas

Secretaria de Desenvolvimento Territorial
Andréa Lorena Butto Zarzar

**Delegado Federal do Desenvolvimento
Agrário de Rondônia**
Genair Capelini

**Núcleo Dirigente do Colegiado Territorial
Central**

Coordenador Geral
José Ribeiro da Silva Filho, Prefeitura de
Presidente Médici.

Vice-Coordenador
Lazaro Aparecido Dobri, FETAGRO.

Secretários
Eliane Rodrigues Ventura e
Marcelo Aparecido de Oliveira, EMATER-
Teixeirópolis/RO.

Coordenador de Comunicação
José de Arimatéia da Silva, Prefeitura de
Ji-Paraná.

Vice-Coord. de Comunicação
Erni dos Santos Lima, EMATER/RO.

Assessoria Territorial
Bruna de Oliveira

**Centro de Estudos da Cultura e do Meio
Ambiente da Amazônia - RIOTERRA**

Coodenação Geral
Alexis Bastos

Equipe de Elaboração e Revisão
Celso Franco Damasceno
Telva Barbosa Gomes
Alessandra Martins
Alexandre Rotuno

Contrato de repasse: nº. 315.362.48/2009/
MDA/CAIXA

Período de Elaboração
2010 a 2013.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-68313-01-5



AGRADECIMENTOS

Os últimos anos foram de muito trabalho para os Colegiados Territoriais em Rondônia. Eles foram marcados pela construção nos Territórios Madeira Mamoré, Vale do Jamari, Central e Rio Machado por muitas reuniões e discussões para geração de subsídios que integram os Plano Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS.

O PTDRS é um instrumento de gestão elaborado de forma participativa, calcado em múltiplas visões. Seu objetivo é apoiar a consolidação dos Territórios Rurais e de Cidadania através do empoderamento dos atores sociais destas áreas para fortalecimento da participação social, primando pelo protagonismo, equidade e autonomia política do público rural. Neste espaço são definidos projetos

e ações para o fortalecimento da gestão social, das redes de cooperação, articulação de políticas públicas e dinamização econômica.

Participaram das reuniões membros de cooperativas, sindicatos, associações rurais, indígenas e extrativistas, pescadores e representantes de entidades governamentais de todos Territórios.

A construção deste instrumento foi um importante marco nessa direção, não apenas para pactuação entre os atores sociais sobre as ações necessárias ao desenvolvimento territorial, mas para de fato, consolidarmos a Política Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural.

Fica aqui registrado o obrigado do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA e do Centro de Estudos Rioterra a todos e todas que colaboraram para essa construção.



LISTA DE SIGLAS

ADA - Agência de Desenvolvimento da Amazônia
ADHB - Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil
ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações
CEDRS - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEF - Caixa Econômica Federal
CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CIAT - Comissão de Instalação das Ações Territoriais
CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNM - Confederação Nacional de Municípios
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CODETER - Colegiado de Desenvolvimento Territorial
CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
DFDA/RO - Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário de Rondônia
EMATER - Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EFA - Escola Família Agrícola
EJA – Ensino de Jovens e Adultos
FETAGRO - Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDARON - Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastorial de Rondônia
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IFRO - Instituto Federal de Rondônia
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
MMA- Ministério do Meio Ambiente

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEC - Ministério da Educação
MC - Ministério da Cultura
MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia
MP - Ministério Público
NUAR - Núcleo Urbano de Apoio Rural
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
ONG - Organização Não Governamental
PAD - Programa de Assentamento Dirigido
PROINF - Programa de Apoio à Infraestrutura e Serviços Territoriais
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RESEX - Reservas Extrativistas
RO - Rondônia
SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAGRI - Secretaria Estadual de Agricultura
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECEL - Secretaria dos Esportes da Cultura e do Lazer do Estado de Rondônia
SEDAM - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Ambiental
SEDUC - Secretaria Estadual de Educação
SEMED - Secretaria Municipal de Educação
SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SNIU - Sistema Nacional de Indicadores Urbanos
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
TI - Terra Indígena
UNIR - Universidade Federal de Rondônia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa Base do Território Central. _____	15
Figura 2: Mapa dos Projetos de Assentamentos Localizados no Território Central. _____	33
Figura 3: Terras Indígenas de Rondônia e Unidades de Conservação _____	35
Figura 4: Mapa de Solos do Território Central. _____	75
Figura 5: Mapa de Geomorfologia do Território Central. _____	77
Figura 6: Rede de Drenagem no Território Central _____	79
Figura 7: Precipitação Média Anual no Território Central _____	81
Figura 8: Vegetação no Território Central _____	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Municípios, bandeiras e legislação de criação dos municípios do Território Central. _____	13
Quadro 2: Linha do Tempo do Território Central _____	19
Quadro 3: Linha do Tempo Construída na Oficina Ampliada. _____	20
Quadro 4: Matriz Fofa da Dimensão Sociocultural e Educacional, Temática de Educação dos Municípios de Alvorada do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Jarú, Ji-Paraná, Mirante da Serra e Nova União _____	37
Quadro 5: Matriz FOFA da Dimensão Sociocultural e Educacional, Temática de Educação dos Municípios de Ouro Preto, Presidente Médici, Teixeiraópolis, Theobroma, Urupá, Vila do Anari e Vale do Paraíso. _____	38
Quadro 6: Matriz Fofa Dimensão Sociocultural e Educacional da Temática de Educação com os Pescadores e Aquicultores Familiares. _____	47
Quadro 7: Matriz Fofa Dimensão Sociocultural e Educacional da Temática de Educação com as Comunidades Indígenas (modificada). _____	48
Quadro 8: Matriz Fofa Dimensão Sociocultural e Educacional da Temática de Educação com os Extrativistas (modificada) _____	48
Quadro 9: Matriz Fofa da Dimensão Sociocultural e Educacional, Temática Saúde dos Municípios de Alvorada do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Jarú e Ji-Paraná e Mirante da Serra. _____	51
Quadro 10: Matriz FOFA da Dimensão Sociocultural e Educacional, Temática Saúde dos Municípios de Nova União, Ouro Preto, Presidente Médici, Teixeiraópolis, Theobroma, Urupá, Vale do Anari e Vale do Paraíso. _____	52

Quadro 11: Matriz Fofa da Dimensão Sociocultural e Educacional, Temática Saúde com os Pescadores do Território Central (modificada).	55
Quadro 12: Matriz Fofa da Dimensão Sociocultural e Educacional, Temática Saúde com os Indígenas do Território Central (modificada).	55
Quadro 13: Matriz Fofa da Dimensão Sociocultural e Educacional, Temática Cultura e Lazer dos Municípios Alvorada do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Jarú, Ji-Paraná, Mirante da Serra, Nova União e Ouro Preto	56
Quadro 14: Matriz Fofa da Dimensão Sociocultural e Educacional, da Temática Cultura e Lazer dos municípios de Presidente Médici, Teixeiraópolis, Theobroma, Urupá, Vale do Anari e Vale do Paraíso.	59
Quadro 15: Principais Atrativos e Vocações dos Municípios de Presidente Médici, Nova União, Vale do Paraíso, Teixeiraópolis, Governador Jorge Teixeira, Jarú e Ji-Paraná.	61
Quadro 16: Principais Atrativos e Vocações dos Municípios de Mirante da Serra, Ouro Preto do Oeste, Theobroma, Urupá e Vale do Anari.	62
Quadro 17: Matriz Fofa Dimensão Sociocultural e Educacional, Temática Cultura e Lazer junto com os Indígenas do Território Central (modificada).	63
Quadro 18: Composição do CODETER do Território Central.	65
Quadro 19: Coordenação Executiva CODETER do Território Central.	66

Quadro 20: Composição das Câmaras Temáticas do Território Central.	68
Quadro 21: Matriz Fofa Dimensão Político Institucional, Temática Organização Social com os Indígenas do Território Central (modificada).	69
Quadro 22: Matriz Fofa Dimensão Político Institucional, Temática Organização Social com os Pescadores do Território Central (modificada)	69
Quadro 23: Matriz Fofa Dimensão Político Institucional, Temática Organização Social com os Extrativistas no Território Central (modificada).	69
Quadro 24: Matriz Fofa da Dimensão Político Institucional dos Municípios Alvorada do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Jarú, Ji-Paraná, Mirante da Serra e Nova União	71
Quadro 25: Matriz Fofa da Dimensão Político Institucional dos Municípios Ouro Preto, Presidente Médici, Teixeiraópolis, Vale do Anari e Vale do Paraíso.	72
Quadro 26: Matriz Fofa da Dimensão Ambiental dos Municípios Alvorada do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Jarú, Ji-Paraná, Mirante da Serra e Nova União	87
Quadro 27: Matriz Fofa da Dimensão Ambiental dos Municípios Ouro Preto, Presidente Médici, Teixeiraópolis, Urupá, Vale do Anari e Vale do Paraíso.	88
Quadro 28: Matriz Fofa Dimensão Ambiental, Temática Meio Ambiente com as Comunidades Indígenas do Território Central (modificada).	90

Quadro 29: Matriz Fofa Dimensão Ambiental, Temática Meio Ambiente com os Pescadores do Território Central (modificada).	90
Quadro 30: Matriz Fofa Dimensão Ambiental, Temática Meio Ambiente com os Extrativistas do Território Central (modificada).	91
Quadro 31: Número de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) no Território Central	95
Quadro 32: Matriz Fofa da Dimensão Socioeconômica dos Municípios de Alvorada do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Jarú, Ji-Paraná, Mirante da Serra e Nova União	114
Quadro 33: Matriz Fofa da Dimensão Socioeconômica dos Municípios de Ouro Preto, Presidente Médici, Teixeiraópolis, Theobroma, Urupá, Vale do Anari e Vale do Paraíso	116
Quadro 34: Matriz Fofa da Dimensão Socioeconômica, Temática Economia e Produção com as Comunidades Indígenas do Território Central.	117
Quadro 35: Matriz Fofa da Dimensão Socioeconômica, Temática Economia e Produção com os Pescadores do Território Central	118
Quadro 36: Matriz Fofa da Dimensão Socioeconômica, Temática Economia e Produção com os Extrativistas no Território Central	119
Quadro 37: Matriz Fofa da Dimensão Socioeconômica, Temática Produção do Território Central	120

Quadro 38: Matriz Fofa da Dimensão Socioeconômica, Temática Transformação e Beneficiamento do Território Central	121
Quadro 39: Matriz Fofa da Dimensão Socioeconômica, Temática Armazenamento do Território Central	122
Quadro 40: Matriz Fofa da Dimensão Socioeconômica, Temática Infraestrutura do Território Central	122
Quadro 41: Matriz Fofa da Dimensão Socioeconômica, Temática Organização e Gestão Social do Território Central	123
Quadro 42 (a): Dimensão Sociocultural e Educacional, Educação	141
Quadro 42 (b): Dimensão Sociocultural e Educacional, Educação	142
Quadro 43: Dimensão Sociocultural e Educacional, Política Cultural e Etnocultural	144
Quadro 44: Dimensão Sociocultural e Educacional, Esporte e Lazer	146
Quadro 45: Dimensão Sociocultural e Educacional, Saúde	146
Quadro 46: Dimensão Sociocultural e Educacional, Gênero e Geração	148
Quadro 47: Proposta Dimensão Político Institucional, Organização e Gestão Social	149

Quadro 48: Proposta Dimensão Político Institucional, Segurança Pública _____	150
Quadro 49: Proposta Dimensão Político Institucional, Organização Social e Institucional _____	152
Quadro 50: Proposta Dimensão Ambiental, Meio Ambiente _____	154
Quadro 51: Proposta Dimensão Ambiental, Regularização Fundiária _____	156
Quadro 52: Proposta Dimensão Socioeconômica, Produção _____	157
Quadro 53: Proposta Dimensão Socioeconômica, Comercialização e Distribuição _____	158
Quadro 54: Proposta Dimensão Socioeconômica, Armazenamento _____	158
Quadro 55: Proposta Dimensão Socioeconômica, Transformação e Beneficiamento _____	159
Quadro 56: Proposta Dimensão Socioeconômica, Infraestrutura _____	160
Quadro 57: Proposta Dimensão Socioeconômica, Áreas de Extrema Pobreza _____	161
Quadro 58: Gestão e Monitoramento, Dimensão Sociocultural e Educacional – Educação _____	165
Quadro 59: Gestão e Monitoramento, Dimensão Sociocultural e Educacional – Cultura _____	165

Quadro 60: Gestão e Monitoramento, Dimensão Sociocultural e Educacional – Esporte e Lazer _____	166
Quadro 61: Gestão e Monitoramento, Dimensão Sociocultural e Educacional – Saúde _____	166
Quadro 62: Gestão e Monitoramento, Dimensão Político Institucional. _____	167
Quadro 63: Gestão e Monitoramento, Dimensão Político Institucional, Gênero e Geração e Segurança Pública _____	168
Quadro 64: Gestão e Monitoramento, Dimensão Ambiental _____	169
Quadro 65: Gestão e Monitoramento, Dimensão Socioeconômica, Infraestrutura _____	170
Quadro 66: Gestão e Monitoramento, Dimensão Socioeconômica, Economia e Regularização Fundiária _____	171

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Variação Populacional no Território Central _____	29	Tabela 11: Índice de Desenvolvimento do Território Central _____	47
Tabela 2: Comparação entre o Censo Populacional 2010 e o Censo Escolar 2010 _____	30	Tabela 12: Estabelecimentos de Saúde no Território Central _____	53
Tabela 3: Demanda social do Território Central _____	31	Tabela 13: Relação entre número de médicos e leitos em hospitais por 1000 habitantes no Território Central _____	54
Tabela 4: Perfil Fundiário do Território Central _____	32	Tabela 14: Níveis de Desmatamento no Território Central _____	92
Tabela 5: Censo Escolar do ano de 2010 Rondônia e Municípios de Alvorada do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Jarú, Ji-Paraná, Mirante da Serra e Nova União _____	40	Tabela 15: Perfil Fundiário do Território Central – RO _____	94
Tabela 6: Censo Escolar do ano de 2010 nos Municípios de Ouro Preto, Presidente Médici, Teixeirópolis, Theobroma, Urupá, Vale do Anari e Vale do Paraíso. _____	42	Tabela 16: Números de contratos e valor movimentado pelo PRONAF, no Território Central, entre os anos de 2007 a 2010. _____	96
Tabela 7: Número de Estabelecimentos de Ensino, Censo Escolar de 2010 _____	44	Tabela 17: Lavoura Permanente Território Central - dados de 2009. _____	97
Tabela 8: Acesso ao ProUni _____	45	Tabela 18: Lavoura Temporária, dados de 2009. _____	98
Tabela 9: Número de faculdades no Território Central _____	45	Tabela 19: Lavoura Branca no Território Central. _____	99
Tabela 10: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB - 2005 a 2009, Território Central _____	46	Tabela 20: Número de Produtores Atendidos pela CONAB/ RO no Território Central. _____	100
		Tabela 21: Municípios com Maior Rebanho de Gado Leiteiro em Rondônia. _____	100

Tabela 22: Principais Municípios Rondonienses na Produção de Leite do ano de 2005. _____	100
Tabela 23: Pecuária no Território Central. _____	101
Tabela 24: Empregos Gerados por Setor da Economia no Território Central _____	102
Tabela 25: Número de Estabelecimentos por Setor da Economia no Território Central. _____	103
Tabela 26: Repasses Governamentais Federais para o Território Central. _____	109
Tabela 27: Repasse de Tributos Federais por Município Ano de 2007. _____	110
Tabela 28: Repasse de Tributos Federais por Município Ano de 2008 _____	111
Tabela 29: Repasse de Tributos Federais por Município Ano de 2009. _____	112
Tabela 30: Número de Famílias Atendidas pelo Programa Bolsa Família no Território Central. _____	113

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO _____	6	3.2. Dimensão Político Institucional _____	64
INTRODUÇÃO _____	8	3.2.1. Conceituação _____	64
 		3.2.2. Organização Social e Institucional do CODETER _____	64
CAPÍTULO I: ASPECTOS HISTÓRICOS DO TERRITÓRIO CENTRAL _____	12	3.2.3. Gestão Social Territorial _____	69
1.1. Contextualização _____	12	3.3. Dimensão Ambiental _____	73
1.2. Localização Geográfica _____	14	3.3.1. Solos _____	74
 		3.3.2. Relevo _____	76
CAPÍTULO II: POLÍTICA TERRITORIAL _____	18	3.3.3. Hidrografia _____	78
2.1. Desenvolvimento Territorial _____	18	3.3.4. Clima _____	80
 		3.3.5. Vegetação _____	82
CAPÍTULO III: DIAGNÓSTIO TERRITORIAL DAS DIMENSÕES TEMÁTICAS _____	28	3.4. Dimensão Socioeconômica _____	93
3.1. Dimensão Sociocultural e Educacional _____	28	3.4.1. Perfil Propriedades Rurais do Território Central _____	93
3.1.1. Social _____	28	3.4.2. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF _____	96
3.1.2. Gênero e Geração _____	28	3.4.3. Produção Agropecuária. _____	97
3.1.3. Educação _____	36	3.4.4. Sistemas de Produções _____	104
3.1.4. Saúde _____	50	3.4.4.1. Produção Agrícola _____	104
3.1.5. Cultura e Lazer _____	56	3.4.4.2. Produção Pecuária Bovina _____	104
3.1.6. Esporte _____	63	3.4.4.3. Produção Agroextrativista _____	104
3.1.7. Segurança Pública _____	63	3.4.4.4. Pesca e Piscicultura _____	105
		3.4.4.5. Produção Agroflorestal _____	105
		3.4.4.6. Comentários Sobre os Sistemas de Produções _____	106

3.4.5. Finanças Públicas	108
3.4.6. Repasses Governo Federal	108
3.4.7. Programa Bolsa Família	113
3.4.8. Extrema Pobreza	124
3.4.8.1. Determinantes da Pobreza	124
3.4.8.2. Dimensão Atual da Pobreza Rural	124
3.4.8.3. Identificação das Áreas de Extrema Pobreza no Território Central	125

CAPÍTULO IV: VISÃO DE FUTURO TERRITORIAL 128

4.1. Visão de Futuro	128
4.1.1. Educação	129
4.1.2. Saúde e Saneamento	130
4.1.3. Segurança Pública	130
4.1.4. Política Cultural e Diversidade Cultural	Etno- Cultural 130
4.1.5. Esporte e Lazer	131
4.1.6. Organização Social e Institucional	131
4.1.7. Gênero e Geração	131
4.1.8. Meio Ambiente	131
4.1.9. Desenvolvimento Econômico	132
4.1.10. Infraestrutura e Regularização Fundiária	132
4.1.11. Segurança Alimentar e Nutricional - Agroindústria	133

CAPÍTULO V: VALORES E PRINCÍPIOS 136

5.1. Conceituação	136
5.2. Saúde e Saneamento	136
5.3. Gênero e Geração	136
5.4. Cultura e Lazer	136
5.5. Meio Ambiente	136
5.6. Economia	136

CAPÍTULO VI: PROPOSTAS E PROJETOS 140

CAPÍTULO VII: GESTÃO DO PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – PTDRS 164

7.1. Monitoramento e Avaliação	164
7.2. Sistema de Gestão e Monitoramento Participativo (SGMP)	164

CONSIDERAÇÕES FINAIS 174

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS 176

APRESENTAÇÃO

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentado – PTDRS do Território Central de Rondônia compõe-se de sete capítulos apresentados em duas partes: a primeira trata do diagnóstico territorial com dados primários e secundários; e a segunda parte é propriamente o Plano de Desenvolvimento. A parte do diagnóstico compreende os capítulos de 1 a 3, e o plano corresponde à segunda parte do capítulo 4 ao 7.

Esta é a qualificação do PTDRS elaborado em 2007 e que tem como objetivo principal revitalizar os diálogos e acordos já existentes, ou seja, não é um “primeiro passo” da Política de Desenvolvimento no Território Central de Rondônia, mas é uma proposta que teve seu Plano validado em outubro de 2012, em Ji-Paraná, em reunião do CODETER.

Em seu teor, o documento é apresentado seguindo a publicação “Orientações gerais para a elaboração e qualificação do PTDRS - Guia de Planejamento” (2010) e foi elaborado com e para os atores e atrizes sociais do Território Central de Rondônia.



INTRODUÇÃO

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentado representa o esforço do (e no) Território Central de Rondônia em construir alternativas para incluir as diversidades socioculturais existentes no meio rural, nas políticas públicas, visando o empoderamento para a gestão social. Possíveis alternativas devem ser participativas. Entenda-se a presença da sociedade civil organizada em parceria com o governo federal, estadual e municipal, com atores e atrizes sociais que são fundamentais na agricultura familiar.

Num segundo momento, devemos registrar que estas mesmas possibilidades devem ser sustentáveis, respeitando peculiaridades existentes. Também não podemos esquecer de valorizar os vários caminhos outrora percorridos, pois muitos

passos anteriores já foram dados. E, num quarto e último momento, que estes esforços não terminam com a publicação deste Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. Ao contrário, nos mostra que existem diferentes possibilidades de construir consensos em torno de um futuro equânime para os que neste Território habitam.

Por tratar-se de uma construção que primou pela participação social é interessante lembrar que esta “...é a participação que permite a atuação efetiva dos atores envolvidos no processo educativo sem considerá-los meros receptores, nos quais depositam conhecimentos e informações. No enfoque participativo valorizam-se os conhecimentos e experiências dos participantes, envolvendo-os na discussão, identificação e busca

de soluções para problemas que emergem de suas vidas cotidianas.

As metodologias participativas foram aplicadas em todos os municípios que compõem o Território Central durante as oficinas temáticas e de nivelamento metodológico e conceitual, em visitas e em reuniões técnicas. Também se utilizou leitura de textos, pesquisas em sítios da rede mundial de computadores, contatos pessoais, visitas, pesquisas e reuniões em várias entidades. Foram usados, também, computadores, internet, telefonemas, câmeras fotográficas, mapas, projetor de multimídia (data show), veículos e diversos materiais de expediente e de apoio.

Os dados primários são resultados alcançados das reuniões com representantes das instâncias colegiadas em cada município que compõe o Território Central de Rondônia, para levantamos

informações e obtermos uma “visão” do caminhar da política de desenvolvimento territorial. As informações dos dados primários foram coletadas com a aplicação de metodologias participativas, entrevistas semiestruturadas e a matriz FOFA (fortalezas, oportunidades, fragilidades e ameaças), direcionadas a algumas temáticas.

Os dados secundários foram obtidos através de consultas à rede mundial de computadores, arquivos e contatos pessoais, solicitações oficiais a entidades governamentais e não governamentais.



CAPÍTULO I



CAPÍTULO I: ASPECTOS HISTÓRICOS DO TERRITÓRIO CENTRAL

1.1. Contextualização

Resumidamente, os municípios do Território Central tiveram suas formações atreladas aos ciclos da borracha; à implantação de estações telegráficas através da Comissão Rondon; à abertura da rodovia BR – 364; aos projetos de colonização e núcleos urbanos implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e, mais recentemente, pelos desmembramentos dando origem a vários municípios (Quadro 1).

Quadro 1: Municípios, bandeiras e legislação de criação dos municípios do Território Central.

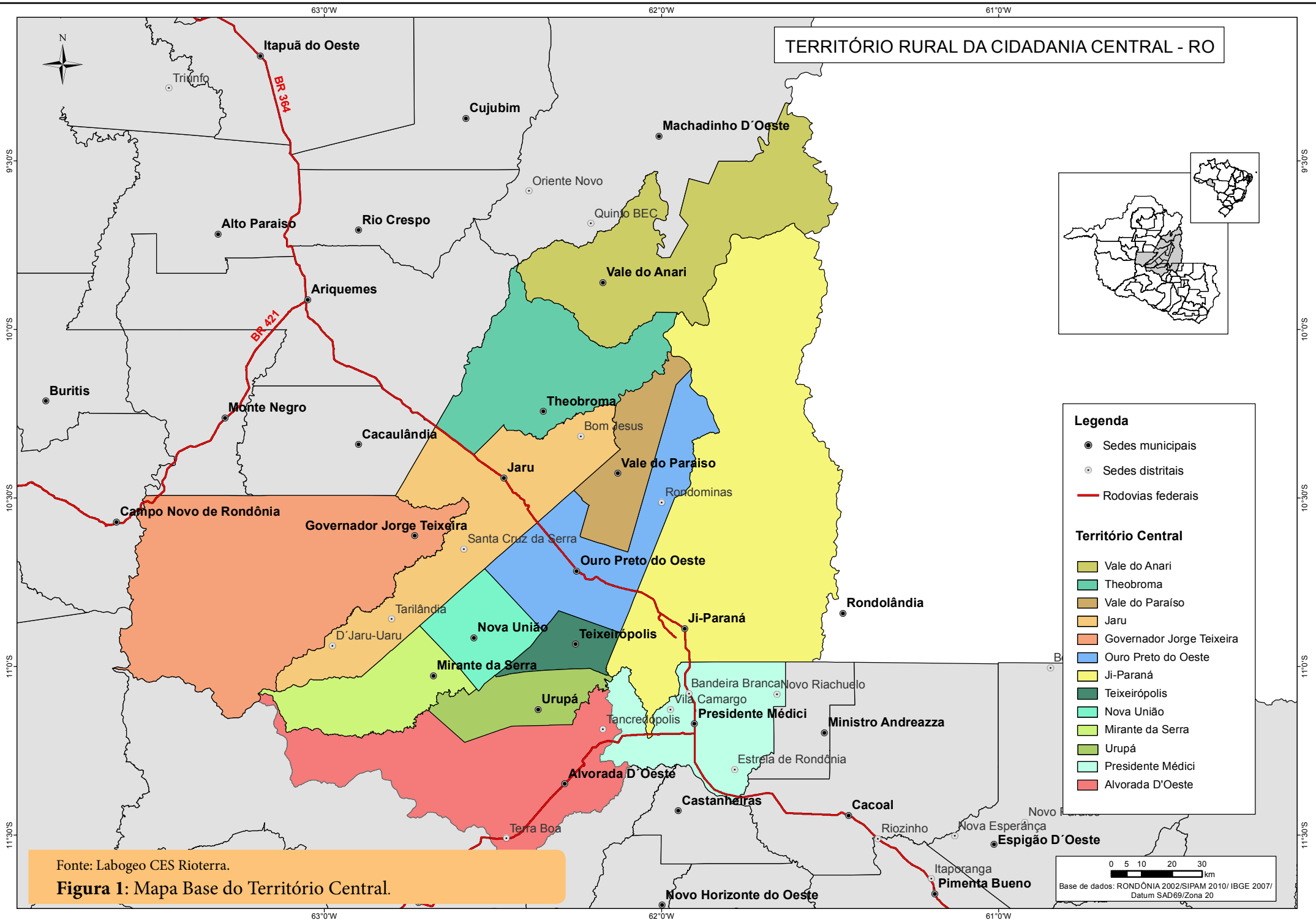
Município	Legislação / Ano de criação
Alvorada do Oeste	Lei nº 104, de 20 de maio de 1986
Governador Jorge Teixeira	Lei nº 373, de 13 de fevereiro de 1992
Jaru	Lei nº 6.921, de 16 de junho de 1981
Ji-Paraná	Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977
Mirante da Serra	Lei nº 369, de 13 de fevereiro de 1992
Nova União	Lei nº 566, de 22 de junho de 1994
Presidente Médici	Lei nº 6.921, de 16 de junho de 1981
Teixeirópolis	Lei nº 571, de 22 de junho de 1994
Theobroma	Lei nº 371, de 13 de fevereiro de 1992
Urupá	Lei nº 368, de 13 de fevereiro de 1992
Vale do Anari	Lei nº 572, de 22 de junho de 1994
Vale do Paraíso	Lei nº 367, de 13 de fevereiro de 1992

Fonte: <http://simbolosnacionais.blogspot.com.br/2008/09/bandeiras-de-municipios-de-rondonia.html>



1.2. Localização Geográfica

O Território Central está localizado na região central de Rondônia, fazendo limites com os Territórios: Vale do Jamari (ao norte); Madeira Mamoré (a oeste); Rio Machado (no sudeste) e, ao sul/sudoeste com o Território de Identidade Zona da Mata. Abrange uma área de 28.225 Km². Hoje, o Território da Cidadania Central de Rondônia tem a seguinte configuração, de acordo com a Figura 1.





CAPÍTULO II

CAPÍTULO II: POLÍTICA TERRITORIAL

2.1. Desenvolvimento Territorial

O processo de desenvolvimento territorial em Rondônia iniciou-se em julho de 2003. Nesta época, a proposta era somente de “Território rural” cabendo a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) Desenvolver ações.

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Rondônia (CEDRS) homologou, no mesmo mês, o Território Rural Central sendo conceituado como:

“um espaço físico, geograficamente definido, contínuo, compreendendo cidades e espaços rurais dos municípios de Governador Jorge Teixeira, Jaru, Ji-Paraná, Mirante da Serra, Nova União, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, Teixeiraópolis, Theobroma, Vale do Anari, Vale do Paraíso e Urupá”.

Desde 2003, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) vem implementando o Programa Desenvolvimento dos Territórios Rurais (PRONAT) promovendo a cultura da gestão social de maneira participativa e sustentável. Assim, a SDT propôs quatro áreas de resultados:

a) Fortalecimento da gestão social dos territórios rurais visando

a organização, o planejamento e o controle social das instâncias colegiadas;

- b) Fortalecimento e ampliação de redes sociais de cooperação, tendo como foco o apoio às ações afirmativas de gênero, raça, etnia e populações tradicionais.
- c) Fortalecimento da dinamização econômica dos territórios rurais que implica na ampliação e diversificação dos negócios territoriais e das ações associativistas.
- d) Articulação de políticas públicas com a articulação de políticas e programas públicos em todas as esferas administrativas.

Observa-se que o Território Central era composto, inicialmente, por 12 (doze) municípios. A inclusão do município de Alvorada do Oeste ocorreu no ano de 2008, quando o Governo Federal lançou o Programa Territórios da Cidadania.

“O Programa Territórios da Cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia”.

Nesta nova configuração, o desenvolvimento territorial ganhou status de política pública e passou a integrar ações de 18 (dezoito) Ministérios. O quadro 2 mostra resumidamente a linha do tempo do Território Central.

Quadro 2: Linha do tempo do Território Central.

Ano	Ação /atividade
2003	Homologação do Territorial Rural Central de Rondônia
2005	Elaboração do Estudo Propositivo de Dinamização Econômica
2007	Elaboração do primeiro plano territorial de desenvolvimento rural sustentado
2008	Implantação da política de territórios da cidadania
2011	Qualificação do PTDRS

Fonte: Rioterra, 2011.



Contudo, a linha do tempo construída pela sociedade civil e poder público na oficina ampliada, em novembro de 2010, em Ji-Paraná, mostrou um maior empoderamento social referente ao desenvolvimento territorial (Quadro 3).

Quadro 3: Linha do tempo construída na oficina ampliada.

Ano	Ações /atividades
2003 a 2005	• Criação da Comissão de Instalação das Ações Territoriais (CIAT). • Criação do primeiro conselho com a composição do poder público e sindicato, ampliação dos recursos integrados, recursos diretos para as prefeituras, descentralização dos recursos (PROINF), discussão territorial com aplicação individual sem a necessidade regional, o conselho destinava os recursos no valor de R\$ 150 mil – PRONAF infraestrutura 2005 – projeto integrado com CEPLAC – para área ambiental perderam recursos, problemas na prefeitura e CEPLAC (faltou consenso), faltou conhecimento. • Recurso direto para as prefeituras e descentralização de recursos (PRONAF – infraestrutura). • Criação dos territórios de identidade. • Microrregiões. • Pró-ambiente e comunidade ativa (base estrutural do Território). • Reunião de prefeitos para discussões PRONAF. • Não havia custeio para ações do Território.

Quadro 3: continuação

Ano	Ações /atividades
2006	• Maior consenso e maior participação da sociedade civil (CMDR). • Primeiros projetos e recursos (PRONAF) para o Território. • Projeto de piscicultura (tanques). • Maior participação da sociedade civil. • Capacitações (oficina) para a sociedade civil organizada e poder público (empoderamento da sociedade civil). • Primeiras discussões para o PTDRS (o que o Território precisava). • Viveiros interterritorial para produzir 1 milhão de mudas (2ª versão do projeto). • Criação da feira da agricultura familiar (2009). • Discussão do viveiro (recuperação de áreas degradadas e matas ciliares). • Participação ativa dos CMDR (2003). • Beneficiamento de café (Ji-Paraná). • Frustração plano safra (desvio de recursos). • Estudo propositivo. • Mais recursos para custeio.

Quadro 3: continuação

Ano	Ações /atividades
2007	• Discussão para transformação de território para Território da Cidadania • Dificuldade para assimilar Território Central • Primeira conferencia territorial • Criação • PTDRS – 4 eixos: educação no campo, meio ambiente, fortalecimento institucional e infraestrutura • Participação da Sociedade Civil: STTR, Projeto Padre Ezequiel, MILENIUM, COOTRARON, GARÇA, FETAGRO, MPA, EMATER, EFA • Estruturação do escritório do Território Central
2008	• Lançamento do Território da Cidadania. • Conferência estadual e nacional do Território. • Projeto Semeando aprovado pela Petrobras (Reserva Uru-Eu-Wau-Wau). • Enfraquecimento participativo da sociedade civil. • Saída de Alvorada do Oeste do Território Central. • Aquisição de van para educação ambiental (com utilizar em âmbito territorial?). • Participação de indígenas, pescadores e prefeituras. • Discussão e execução das matrizes executivas territoriais. • Maior oferta de recursos e ampliação/integração dos ministérios (chamada). • Capacitações: piscicultura e gestão social. • Atuação da Renata Rosa como articuladora territorial (2007-2008). • Plano de gerenciamento para Coopesca. • Contratação da articuladora estadual. • Frigorífico de peixe de Mirante da Serra. • Recursos para os Territórios não contingenciais.

Quadro 3: continuação

Ano	Ações /atividades
2009	• Retorno de Alvorada do Oeste ao Território Central (não chegou a ser retirado oficialmente, apesar da ata). • Projeto Arca das Letras. • Projeto Coopervida. • Maior participação dos gestores públicos. • Pendências de PROINF. • Capacitação em elaboração de projetos. • Participação no Salão Nacional dos Territórios. • Participação no Terceiro Encontro Nacional dos Colegiados (Ceará). • Contratação de consultor de dinamização econômica. • Execução da matriz territorial, já existe recurso previsto no governo federal - funciona, principalmente, para se conhecer todos os recursos que o governo federal tem para os Territórios – muitas normativas (bolsas famílias). Inauguração do viveiro de mudas para o assentamento Chico Mendes I e II. • Frigorífico de peixe – matriz 2009 (discutido e aprovado) Ministério da pesca. • Implantação do PAA (inserção de pescado 2010). • Reuniões de trabalho das câmaras temáticas. • Escolas de assentamentos - MEC não aprovou projeto por exigência de documentos. • Reuniões do colegiado itinerante – em todos os municípios. • Luz para todos para Presidente Médici (PROINF) (discutido e aprovado). • Discussão e encaminhamento da fábrica de gelo. • Prefeito José Ribeiro acreditou no que foi proposto pelo programa. • Capacitação - cooperativismo e economia solidária. • Discussão de 3 tanques de piscicultura para os Uru-Eu-Wau-Wau (não liberado pela FUNAI).

Quadro 3: continuação

Ano	Ações /atividades
2010	• Os Ministérios não tinham conhecimento do programa Territórios da Cidadania, com exceção do MDA – causando desestímulo da sociedade civil e poder público – importância de se fazer reflexão da política territorial. • Participação de alguns membros no Salão Nacional em Brasília. • Implantação de Luz para Todos. • Contratação de frigorífico e aquisição de caminhão - estrutura colônia de pesca. • IV Encontro Nacional de Colegiado. • Projeto contemplado grupo produtivo de mulheres. • Projeto Rioterra. • Caminhão frigorífico – Ji-Paraná (MPA). • Capacitação e modernização administrativa resultando na formação de dois mobilizadores (Eliane Ventura – EMATER de Teixeiraópolis e Marcelo Oliveira – prefeitura de Ji-Paraná). • Capacitação de cooperativismo e economia solidária. • Organização do grupo de mulheres do Território Central. • Encontro interterritorial em Ariquemes – 02 dias de trabalho. • Elaboração do projeto águas de Jaru para Petrobras – projeto feito por técnicos dos territórios – não aprovado. • Curso de dinamizadores econômico para todos os municípios do Território Central (sociedade civil e governo) e ESAF. • Entrega das casas digitais para Jaru e Tarilândia. • 08 municípios contemplados com retro-escavadeiras. • Revisão do plano. • Reunião sobre consórcio público em Presidente Médici. • Contratação de assessores e consultores. • Criação do conselho distrital de Tarilândia. • Chamadas de ATER. • Resgate do leilão da Fruitiron. • Base física da Coopervida.





CAPÍTULO III

CAPÍTULO III: DIAGNÓSTICO TERRITORIAL DAS DIMENSÕES TEMÁTICAS

3.1. Dimensão Sociocultural e Educacional

Esta dimensão “procura identificar e resgatar a história da formação dos Territórios e as características sociodemográficas da diversidade sociocultural, bem como as suas relações com os direitos à educação, saúde e o fortalecimento da identidade cultural, visando à construção da sustentabilidade democrática do desenvolvimento dos Territórios. Quanto à educação, deve ser vista como mecanismo sistêmico de reprodução e construção social e cultural dos novos valores, comportamentos imaginários e simbólicos, da sustentabilidade dos Territórios”.

3.1.1. Social

Comparando os dados populacionais dos anos de 2000 e 2010 (Tabela 1) houve, no Território Central, uma perda de aproximadamente 3,0% (três por cento) em sua população, com maior destaque para os municípios de Alvorada DO Oeste e Governador Jorge Teixeira. Dos treze municípios que compõem o Território Central, somente dois (Ji – Paraná e Vale do Anari) não apresentaram diminuição na população. Contudo, esta perda populacional já foi bem maior se compararmos os dados dos anos de 2000 e 2007. Neste período a perda populacional chegou a 6,0% (seis por cento).

Nas reuniões realizadas com os integrantes do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) municipais e durante as oficinas temáticas foram feitas várias citações sobre os motivos deste

êxodo, sendo duas de maiores recorrências: a) busca de oportunidade de ocupação, emprego e renda nas obras das usinas hidroelétricas em Porto Velho; e b) busca de melhores condições de educação.

Contudo, ambas não são suficientes para explicar o fluxo de emigração, pois a segunda citação, somente tomou impulso no ano de 2008. A sociedade civil e o poder público representados nos eventos para a construção deste PTDRS não conseguiram apontar com firmeza para onde ocorre esta emigração, sendo sugerida uma pesquisa numa área de assentamento no Território Madeira Mamoré (trata-se aparentemente de “grilagem de terras públicas”). Segundo informações, existe a possibilidade de ter havido deslocamentos para o município de Buritis e Machadinho do Oeste (Território Vale do Jamari) e para Nova Mamoré (Território Madeira Mamoré).

3.1.2. Gênero e Geração

Ao compararmos a relação numérica entre homens e mulheres presentes no Território Central, existe uma pequena diferença a favor dos homens, que não chega a ser significativa. Deve ser lembrado que os dados apresentados não fazem referência à faixa etária. Assim, o período entre os anos de 2008 e 2010, apresentou uma reversão significativa no êxodo territorial. Porém, não ficam claros os motivos que levaram a este fato ou tendência.

Tabela 1: Variação Populacional no Território Central.

Município	População 2000	População 2007	Variação População (2000 - 2007)	Total da população (2010)	Total de homens (2010)	Total de mulheres (2010)	Total da população urbana (2010)	Total da população rural (2010)
Alvorada do Oeste	19.832	16.485	-16,88	16.864	8.677	8.187	8.837	8.027
Governador Jorge Teixeira	13.641	11.432	-16,19	10.513	5.471	5.042	2.361	8.152
Jaru	53.600	52.453	-2,14	52.043	26.037	26.006	35.141	16.902
Ji-Paraná	106.800	107.679	0,82	116.587	57.834	58.753	104.841	11.746
Mirante da Serra	13.154	12.086	-8,12	11.869	6.057	5.812	6.432	5.437
Nova União	8.233	7.750	-5,87	7.498	4.003	3.495	1.540	5.958
Ouro Preto do Oeste	40.884	36.040	-11,85	37.941	18.709	19.232	28.208	9.733
Presidente Médici	26.365	22.197	-15,81	22.319	11.316	11.003	13.296	9.083
Teixeirópolis	5.618	4.919	-12,44	4.893	2.544	2.349	1.718	3.175
Theobroma	11.140	9.952	-10,66	10.644	5.649	4.995	1.980	8.664
Urupá	14.880	13.381	-10,07	12.969	6.729	6.240	5.141	7.828
Vale do Anari	7.737	8.751	13,11	9.361	4.972	4.389	3.184	6.177
Vale do Paraíso	9.863	8.742	-11,37	8.218	4.249	3.969	2.276	5.942
Total Território	331.747	311.867	-5,99	321.719	162.247	159.472	214.955	106.824

Fonte: (1) MDA, Censo 2000 e 2007. (2) IBGE, Censo 2010.

Nos aspectos populacionais, a distribuição entre área urbana e a rural, de acordo com os dados de 2010 (ver Tabela 1), mostra que no geral há uma maior concentração humana nas áreas urbanas, o que é um erro, pois, esta concentração somente é conseguida com a influência dos números populacionais dos municípios de Jarú, Ji – Paraná, Ouro Preto do Oeste e Presidente Médici. De outra forma, excluindo estes quatro municípios, fica bem evidente a presença predominante de uma população rural no Território Central.

Com relação à faixa etária, o Território Central apresenta uma população relativamente *madura*. Todavia, para chegarmos a este entendimento precisamos fazer uma extrapolação, comparando os dados da população do Censo 2010 e os dados do Censo Escolar 2010 (incluindo todas as séries do ensino fundamental e do ensino médio). Isto feito, podemos fazer a ‘suposição’ de que de 25% da população do Território Central está numa faixa etária abaixo de 25 anos (Tabela 2). Para isto, temos que entender que a idade dos alunos na última série do ensino médio chega próximo aos 20 anos.

Tabela 2: Comparação entre o Censo Populacional 2010 e o Censo Escolar 2010.

Município	Total da população (2010)	Censo Escolar (2010)
Alvorada do Oeste	16.864	4.470
Governador Jorge Teixeira	10.513	2.832
Jarú	52.043	12.888
Ji-Paraná	116.587	24.316
Mirante da Serra	11.869	3.220
Nova União	7.498	2.173
Ouro Preto do Oeste	37.941	9.096
Presidente Médici	22.319	5.108
Teixeirópolis	4.893	1.367
Theobroma	10.644	2.459
Urupá	12.969	3.480
Vale do Anari	9.361	2.189
Vale do Paraíso	8.218	2.240
Total Território	321.719	68.536

Fonte: Consultor territorial.

A Tabela 3, da Demanda Social, isto é, da necessidade de realizar investimentos em políticas públicas para benefícios coletivos dos grupos sociais existentes demonstra e dá indicativos de aplicação de ações de desenvolvimento sustentado centradas aos agricultores

familiares e produtores rurais. Todavia, devem ser tomadas as devidas providências para a construção de possibilidades e projetos específicos para pescadores, extrativistas e comunidades indígenas existentes no Território Central.

Tabela 3: Demanda social do Território Central.

Município	Agricultores Familiares (1)	Famílias Assentadas (2)	Pescadores	Terras Indígenas	Quilombolas
Alvorada do Oeste	2.034	708	0	1	0
Governador Jorge Teixeira	1.687	501	0	1	0
Jaru	2.662	744	9	1	0
Ji-Paraná	1.964	334	166	1	0
Mirante da Serra	1.250	199	0	1	0
Nova União	214	568	0	0	0
Ouro Preto do Oeste	1.528	192	4	0	0
Presidente Médici	1.978	237	27	0	0
Teixeirópolis	555	0	0	0	0
Theobroma	1.481	706	0	0	0
Urupá	1.885	2.363	0	0	0
Vale do Anari	1.241	454	1	0	0
Vale do Paraíso	916	156	0	0	0
Total Território	19.395	7.162	207	2	0

Fonte: (1) IBGE, Censo Agropecuário (1995/1996); (2) MDA/Incra/SIR (2007).

Os agricultores familiares, de acordo com a Tabela 4, do perfil fundiário do Território Central, estão distribuídos em 23.242 propriedades rurais com menos de 100 hectares. Desta forma, fica aparentemente evidenciado que não há concentração de terras na região.

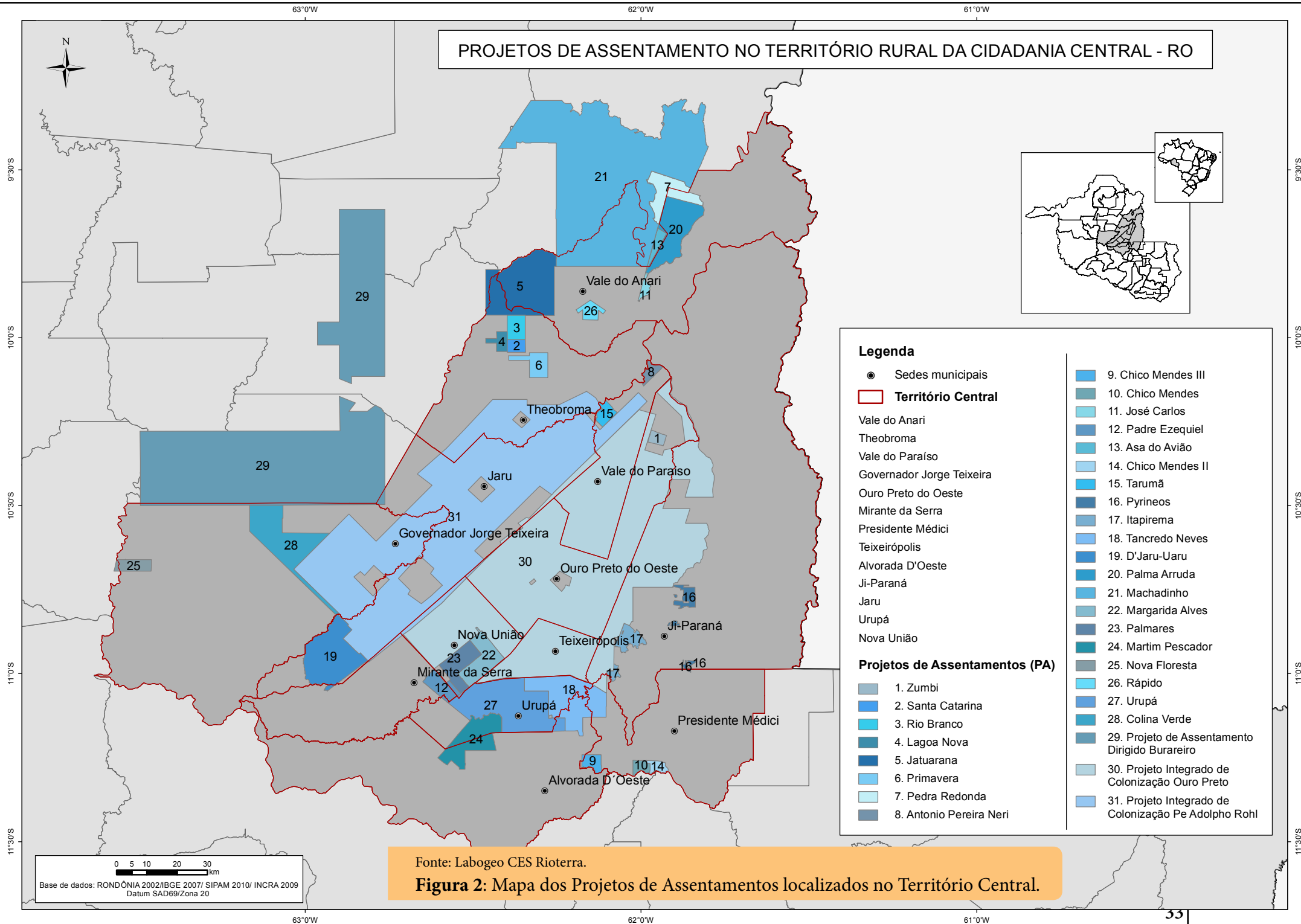
Tabela 4: Perfil Fundiário do Território Central.

TERRITÓRIO	Grupo de Área		Até 2,0 ha	De 2,1 a 5,0 há	De 5,1 a 10,0 ha	De 10,1 a 20,0 ha	De 20,1 a 50,0 ha	De 50,1 a 100,0 ha	De 100,1 a 200,0 ha	Mais de 200,0 ha	Total
CENTRAL	Est. Rurais	nº	199	1640	9485	2177	4781	4960	3222	819	27283
		%	0,7	6,0	34,8	8,0	17,5	18,2	11,8	3,0	100,0
	Área	Ha	198	6.172	11.079	31.584	153.486	322.727	361466	282.603	1.169.315
		%	0,1	0,5	0,9	2,7	13,1	27,6	30,9	24,2	100,0
	Área Média (ha)		1,0	3,8	1,2	14,5	32,1	65,1	112,2	345,1	42,9
TOTAL DO ESTADO	Est. Rurais	nº	1450	33296	48367	91166	450680	910738	1045409	4131999	6713105
		%	0,02	0,50	0,72	1,36	6,71	13,57	15,57	61,55	100,0
	Área	Ha	200	6.179	11.089	31.613	153.552	322.858	361.702	284.464	1.169.498
		%	0,02	0,53	0,95	2,70	13,13	27,61	30,93	24,32	100,2
	Área Média (ha)		0,14	0,19	0,23	0,35	0,34	0,35	0,35	0,07	0,17

Fonte: Valter Carvalho (Obs.: Pesquisa de campo).

Já as famílias assentadas se distribuem em vinte e dois projetos de assentamentos existentes no Território (Figura 2).

PROJETOS DE ASSENTAMENTO NO TERRITÓRIO RURAL DA CIDADANIA CENTRAL - RO



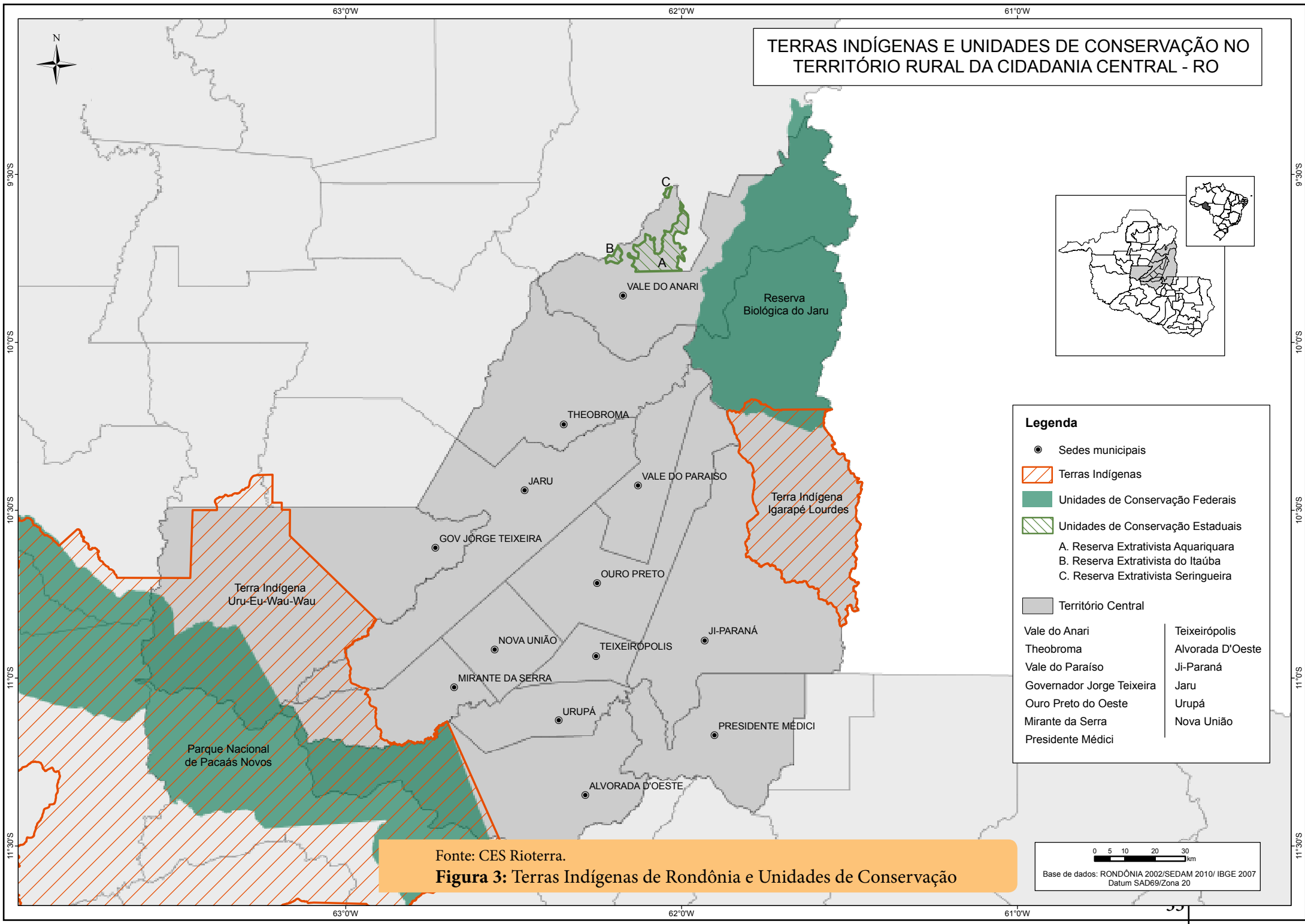
Os pescadores artesanais, de certa maneira, estão presentes em todo o Território Central. Contudo, somente nos municípios de Ji – Paraná e Presidente Médici existem colônias de pescadores e entidades de representação desta classe de agricultores familiares. As comunidades indígenas, de acordo com a Figura 3, moram em áreas protegidas, que são as Terras Indígenas.

As Terras Indígenas (TI) do Território Central estão presentes nos municípios de Ji – Paraná (TI Igarapé Lurdes), e nos municípios de Governador Jorge Teixeira, Jaru e Mirante da Serra (TI Uru – Eu – Wau – Wau).

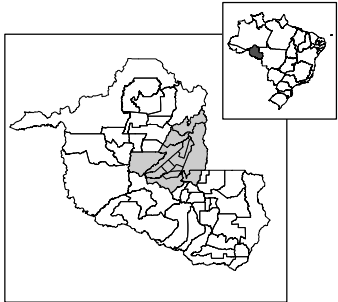
A TI Igarapé Lurdes é a que mantém maior relação geopolítica com o Território Central. Nesta Terra Indígena estão presentes duas

etnias distribuídas em oito aldeias, comportando 1.200 indígenas, sendo 700 indígenas da etnia Gavião e 500 da etnia Arara. As comunidades indígenas que residem na TI Uru – Eu – Wau – Wau têm relações com outros municípios, fora do Território Central. No Território Central não foram identificadas comunidades quilombolas (Figura 3).

Estão presentes, também, na área do Território Central 3 (três) Reservas Extrativistas (RESEX) que são unidades de conservação de uso sustentado (ver Figura 3), sendo: Aquariquara, Seringueira e Itaúba. Todas as 47 famílias estão localizadas no município de Vale do Anari, onde residem, de acordo com informações de lideranças dos extrativistas.



TERRAS INDÍGENAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO
TERRITÓRIO RURAL DA CIDADANIA CENTRAL - RO



Legenda

- Sedes municipais
- ▨ Terras Indígenas
- Unidades de Conservação Federais
- ▨ Unidades de Conservação Estaduais
- A. Reserva Extrativista Aquariquara
- B. Reserva Extrativista do Itaúba
- C. Reserva Extrativista Seringueira
- Território Central

Vale do Anari	Teixeirópolis
Theobroma	Alvorada D'Oeste
Vale do Paraíso	Ji-Paraná
Governador Jorge Teixeira	Jarú
Ouro Preto do Oeste	Urupá
Mirante da Serra	Nova União
Presidente Médici	

Fonte: CES Rioterra.
Figura 3: Terras Indígenas de Rondônia e Unidades de Conservação

0 5 10 20 30 km
Base de dados: RONDÔNIA 2002/SEDAM 2010/ IBGE 2007
Datum SAD69/Zona 20



3.1.3. Educação

Sobre a escolaridade no Território Central, ao aplicarmos a metodologia da matriz Fofa (Quadros 4 e 5) temos:

- Fortalezas: presença de escolas polos, transporte escolar e inclusão digital, todos os municípios dispõem de escolas municipais e estaduais.
- Oportunidades: destaque para a possibilidade da implantação de educação de nível superior em todos os municípios, o que está sendo esperado com muita ansiedade no Território.
- Fragilidade: ainda persiste um modelo de ensino com tendências urbanas, como poucas aplicações no meio rural.
- Ameaça: saída de famílias e dos jovens em busca de melhores condições de educação. Segundo informações colhidas, os jovens não têm tendência de retornarem aos seus municípios depois de formados.

Quadro 4: Matriz Fofa da Dimensão Sociocultural e Educacional, Temática de Educação dos Municípios de Alvorada do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Jaru, Ji-Paraná, Mirante da Serra e Nova União.

Temática Educação				
Município	Fortaleza	Oportunidades	Fragilidades	Ameaças
Alvorada do Oeste	Escolas polos (em todas as linhas rurais); Consenso do executivo em construir escolas polos; Transporte 8 escolas polos; Bons investimentos na educação; Ensino virtual (4 cursos).		Não ter ensino superior presencial; Alto custo ensino superior virtual; Conteúdo programático urbano; Falta escola técnica.	Êxodo rural (homens) Sem trabalho para o jovem rural.
Governo Jorge Teixeira	Professores capacitados; Transportes; Escolas polos; Escolas municipais, escolas estaduais e de informática.	Projetos de incentivo à jovens e adultos; Capacitação de professores para o ensino rural sustentável.	Sem número de professores especializados; Sem educação voltada para o ensino rural; Falta escola técnica na zona rural.	Êxodo rural; Desemprego.
Jaru	20 escolas municipais (6000 alunos); 02 escolas municipais no distrito de Tarilândia; Criação da EFA; Escolas digitais; APAE.	Capacitação de professores para ensino rural; Sociedade civil e governo fazerem parceria para mudança no ensino rural.	Falta qualificação dos profissionais de educação; Não tem ensino voltado para o campo; Escolas polos rurais com a mesma metodologia da cidade.	Êxodo rural de jovens
Ji-Paraná	Instituto Federal; Universidades presenciais e virtuais; 09 escolas polos, 24 escolas municipais e 30 escolas estaduais; Escola Família Agrícola (EFA); Educação de Jovens e Adultos (EJA); Educação Indígena; Transporte; Profissionais habilitados.	Infraestrutura no campo; PDDBR; Referência no ensino superior. Crescimento e capacitação.	Metodologia de ensino urbana; Conscientização das dificuldades na área rural.	Êxodo rural de jovens
Mirante da Serra	Professores capacitados Escolas polos 2 escolas municipais e 2 estaduais; Educação a distância (EAD).	Projetos com técnicos capacitados; Implantação de universidades.	Poucos recursos; Sem metodologias voltadas para o rural.	Êxodo rural de jovens.
Nova União	Escola municipal e estadual; Transporte escolar; Estrutura física e recursos humanos.	Formação e capacitação.	Metodologias educacionais não são voltadas para o campo; Faltam profissionais capacitados nas áreas específicas	Êxodo rural de jovens e adultos

Quadro 5: Matriz FOFA da Dimensão Sociocultural e Educacional, Temática de Educação dos Municípios de Ouro Preto, Presidente Médici, Teixeiraópolis, Theobroma, Urupá, Vila do Anari e Vale do Paraíso.

Temática Educação				
Município	Fortaleza	Oportunidade	Fragilidades	Ameaças
Ouro Preto	Logística de pessoal e material; Boa estrutura e escolas reformadas; 45 escolas no município com ar condicionado; Escola da Família Agrícola (EFA); Transporte urbano e rural; Estradas acessíveis as localidades.	Inclusão social nas escolas; Qualidade de vida; Trabalho familiar – agroindústria; Trabalho associativista; Inclusão da mulher; Socialização da educação.	Ônibus terceirizados; Qualidade do ensino; Infraestrutura para material didático; Comunicação entre alunos e professores; Cultura (jovem campo e jovem cidade); Diversidade cultural; Falta ensino direcionado ao aluno do campo.	Falta de capacitação; Desinteresse no aluno por falta de motivação; Envolvimento de jovens com drogas e prostituição; Constante diminuição do civismo nas escolas.
Presidente Médici	UNIR, Universidades virtuais, Cursos técnicos em saúde; SESC; Ler; EJA; 3 escolas municipais e 04 escolas estaduais; 05 escolas nos distritos sendo 02 escolas estaduais; 05 escolas nos assentamento sendo 02 estaduais; Transportes; Professores capacitados; Boa estrutura física na escola estadual; Sem êxodo de jovens (os que fazem faculdade fora voltam).	Acesso da comunidade à educação; Referência na educação; Cursos públicos diferenciados (na Unir- Eng. de Pesca); -Técnicos capacitados para elaboração de projetos Criação de projeto de habitação	Poucos recursos para modernizar as escolas municipais; Transporte terceirizado Profissionais emergenciais; Falta de habitação inibe estudantes de outros municípios	Devido ao crescimento acelerado, aumento de risco de marginalidade entre os jovens.
Teixeiraópolis	2 escolas polos em cada município rural; EJA funcionando; 1 municipal; Transportes; Centro de inclusão digital Convênio com assoc. de acadêmicos p/ fazer faculdade em outro município (transporte - Ji-Paraná).		Sem EFA (alunos vão para outro município).	Sem êxodo de jovens.

Quadro 5: continuação

Temática Educação				
Município	Fortaleza	Oportunidade	Fragilidades	Ameaças
Theobroma	Escolas polos; Escola estadual e municipal; Programa de ensino rural do estado (PROENCO); Transporte.	Educação voltada para o campo; Projeto de capacitação.	Projetos ligados à educação de jovens urbanos	Êxodo rural e urbano de jovens
Urupá	Escolas polos; Escola municipal e estadual	Projeto de capacitação.	Falta incentivo	Êxodo de jovens para estudar fora e não voltam.
Vale do Anari	Professores capacitados; 13 escolas; 01 APAE; 06 escolas polos; EJA - Sistema seriado Transporte; 05 laboratórios de informática - zona rural.	Implantação de universidades	Sem metodologia de ensino rural; 80% dos jovens na cidade; Deficiência de especialista em diversas áreas – urbano; Deficiência de especialista em diversas áreas – rural; Sem escolas família agrícola Sem estrutura física; EJA prejudicado devido à colheita do café; Ensino normal prejudicado devido à colheita do café.	Êxodo rural de jovens; Desemprego.
Vale do Paraíso	Escola da Família Agrícola (EFA); 3 escolas rurais, 3 escolas municipais, 01 creche e 01 escola estadual; Apoio da prefeitura com transporte para fazer faculdade fora do município; Transporte escolar; Universidade virtual; Estrutura física e recursos humanos.	Formação e capacitação	Mais ou menos 20 escolas rurais fechadas; Faltam profissionais capacitados nas áreas específicas.	Êxodo rural de jovens e adultos.

O Censo Escolar de 2010 (Tabelas 5 e 6), que apresenta um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional, realizado todos os anos e coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), mostra que ao analisarmos as informações da educação pública, o Território

Central apresenta dados preocupantes referentes à ausência de creches e pré-escolar. Contudo, não podemos afirmar se a grande maioria dos municípios aparentemente não dispõe de infraestrutura ou, se a infraestrutura existente é insuficiente para atender a demanda (Tabela 7).

Tabela 5: Censo Escolar do ano de 2010 Rondônia e Municípios de Alvorada do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Jarú, Ji-Paraná, Mirante da Serra e Nova União.

Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial													
	Ensino Regular										EJA			
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial			
	Creche		Pré-escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental		Médio	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
RONDONIA														
Estadual Urbana	228	385	670	0	47.528	319	82.582	666	51.651	1.882	16.745	0	24.598	0
Estadual Rural	0	0	26	0	3.805	1	4.161	0	2.122	0	471	0	571	0
Municipal Urbana	3.671	3.687	26.743	233	51.502	3.515	13.918	490	0	0	12.610	0	119	0
Municipal Rural	0	38	2.087	11	34.672	1.296	24.078	2.316	85	0	2.653	0	66	0
Estadual e Municipal	3.899	4.110	29.526	244	137.507	5.131	124.739	3.472	53.858	1.882	32.479	0	25.354	0
ALVORADA DO OESTE														
Estadual Urbana	0	0	0	0	463	2	796	3	925	0	94	0	99	0
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	0	67	340	0	541	0	460	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Rural	0	0	0	0	451	0	422	0	0	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	0	67	340	0	1.455	2	1.678	3	925	0	94	0	99	0
GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA														
Estadual Urbana	0	0	0	0	225	0	468	0	379	0	145	0	148	0
Estadual Rural	0	0	0	0	40	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	55	0	113	0	206	0	0	0	0	0	66	0	0	0
Municipal Rural	0	0	37	0	618	0	606	0	85	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	55	0	150	0	1.089	0	1.074	0	464	0	211	0	148	0
JARU														
Estadual Urbana	0	0	0	0	2.063	0	2.520	0	1.688	0	612	0	1.042	0
Estadual Rural	0	0	0	0	250	0	348	0	493	0	0	0	182	0

O ensino fundamental, ainda de acordo com o Censo Escolar de 2010, demonstra uma debilidade na área rural e, de um modo geral, apresenta inconstâncias entre o número de alunos nas séries iniciais e as séries finais, podendo indicar evasão escolar. Contudo, não há como

confirmar este fato. Com relação ao ensino médio, o Censo Escolar de 2010 não apresenta um comparativo entre as séries iniciais e finais. Por último, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem maior ocorrência na área urbana.

Tabela 5: continuação

Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial													
	Ensino Regular										EJA			
	Educação Infantil				Ensino Fundamental						EJA Presencial			
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais		Médio		Fundamental		Médio	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
Municipal Urbana	111	358	995	0	1.290	0	563	0	0	0	536	0	0	0
Municipal Rural	0	27	121	0	887	0	1.174	0	0	0	57	0	0	0
Estadual e Municipal	111	385	1.116	0	4.490	0	4.605	0	2.181	0	1.205	0	1.224	0
JI-PARANÁ														
Estadual Urbana	0	0	0	0	6.062	54	7.825	0	3.647	61	1.016	0	2.315	0
Estadual Rural	0	0	0	0	530	0	392	0	245	0	0	0	62	0
Municipal Urbana	99	106	1.647	24	1.765	98	0	0	0	0	770	0	0	0
Municipal Rural	0	0	0	0	853	0	908	0	0	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	99	106	1.647	24	9.210	152	9.125	0	3.892	61	1.786	0	2.377	0
MIRANTE DA SERRA														
Estadual Urbana	0	0	0	0	268	0	876	0	543	0	0	0	0	0
Estadual Rural	0	0	0	0	63	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	0	98	220	0	578	9	0	0	0	0	174	0	71	0
Municipal Rural	0	0	56	0	258	0	251	0	0	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	0	98	276	0	1.167	9	1.127	0	543	0	174	0	71	0
NOVA UNIÃO														
Estadual Urbana	0	0	0	0	97	0	124	0	430	0	0	0	0	0
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	45	0	102	0	215	0	262	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Rural	0	0	56	0	455	0	387	0	0	0	34	0	0	0
Estadual e Municipal	45	0	158	0	767	0	773	0	430	0	34	0	0	0

Fonte: INEP, 2011.

Tabela 6: Censo Escolar do ano de 2010 nos Municípios de Ouro Preto, Presidente Médici, Teixeiraópolis, Theobroma, Urupá, Vale do Anari e Vale do Paraíso.

Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial													
					Ensino Regular						EJA			
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial			
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental		Médio	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
OURO PRETO DO OESTE														
Estadual Urbana	0	0	0	0	1.294	0	2.007	0	1.188	0	97	0	593	0
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	355	135	957	19	1.134	0	473	0	0	0	820	0	0	0
Municipal Rural	0	0	32	0	843	0	659	0	0	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	355	135	989	19	3.271	0	3.139	0	1.188	0	917	0	593	0
PRESIDENTE MÉDICI														
Estadual Urbana	0	0	0	0	879	0	1.080	0	736	17	213	0	227	0
Estadual Rural	0	0	0	0	304	0	346	0	140	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	77	93	318	0	251	0	206	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Rural	0	0	115	0	293	0	253	0	0	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	77	93	433	0	1.727	0	1.885	0	876	17	213	0	227	0
TEIXEIRÓPOLIS														
Estadual Urbana	0	0	0	0	96	0	121	0	280	0	0	0	0	0
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	74	0	91	0	175	0	147	0	0	0	84	0	0	0
Municipal Rural	0	0	0	0	184	0	199	0	0	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	74	0	91	0	455	0	467	0	280	0	84	0	0	0
THEOBROMA														
Estadual Urbana	0	0	0	0	153	0	206	0	415	0	43	0	84	0
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	0	0	113	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Rural	0	0	0	0	874	0	698	0	0	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	0	0	113	0	1.027	0	904	0	415	0	43	0	84	0

Tabela 6: continuação

Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial													
					Ensino Regular						EJA			
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial			
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental		Médio	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
URUPÁ														
Estadual Urbana	0	0	0	0	221	0	288	0	640	0	150	0	0	0
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	0	96	181	0	408	0	240	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Rural	0	0	0	0	811	0	595	0	0	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	0	96	181	0	1.440	0	1.123	0	640	0	150	0	0	0
VALE DO ANARI														
Estadual Urbana	0	0	0	0	108	0	159	0	316	0	0	0	113	0
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	0	0	89	23	340	0	202	0	0	0	245	0	0	0
Municipal Rural	0	0	0	0	576	0	376	0	0	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	0	0	89	23	1.024	0	737	0	316	0	245	0	113	0
VALE DO PARAÍSO														
Estadual Urbana	0	0	0	0	119	0	136	0	446	0	0	0	0	0
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	72	0	133	0	465	0	429	0	0	0	165	0	0	0
Municipal Rural	0	0	12	0	241	0	187	0	0	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	72	0	145	0	825	0	752	0	446	0	165	0	0	0

Fonte: INEP, 2011.

Tabela 7: Número de Estabelecimentos de Ensino, Censo Escolar de 2010.

Município	Nº de estabelecimentos do ensino Pré-escolar					Nº de estabelecimentos do ensino Fundamental					Nº de estabelecimentos do ensino Médio				
	Total	Esfera				Total	Esfera				Total	Esfera			
		Municipal	Estadual	Federal	Privado		Municipal	Estadual	Federal	Privado		Municipal	Estadual	Federal	Privado
Alvorada do Oeste	3	2	-	-	-	23	19	3	-	1	2	-	2	-	-
Governador Jorge Teixeira	2	2	-	-	-	34	29	5	-	-	4	2	2	-	-
Jaru	12	8	-	-	4	39	23	13	-	3	8	-	7	-	1
Ji-Paraná	27	11	-	-	16	64	16	36	-	12	18	-	13	1	4
Mirante da Serra	1	1	-	-	-	11	7	3	-	1	2	-	1	-	1
Nova União	3	3	-	-	-	20	19	1	-	-	1	-	1	-	-
Ouro Preto do Oeste	11	8	-	-	3	28	17	8	-	3	7	-	6	-	1
Presidente Médici	7	6	-	-	1	18	8	9	-	1	5	-	5	-	-
Teixeirópolis	1	1	-	-	-	4	3	1	-	-	1	-	1	-	-
Theobroma	1	1	-	-	-	9	8	1	-	-	1	-	1	-	-
Urupá	1	1	-	-	-	11	9	2	-	-	1	-	1	-	-
Vale do Anari	1	1	-	-	-	11	10	1	-	-	1	-	1	-	-
Vale do Paraíso	2	2	-	-	-	8	6	1	-	1	1	-	1	-	-

Fonte: INEP, 2011.

Ainda referente ao Censo Escolar, na Tabela 6 (acima) são apresentados os números de estabelecimentos de ensino presentes nos municípios do Território Central. O destaque fica para o município de Ji-Paraná devido a sua maior população.

O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi instituído em 2004 pelo Governo Federal com a proposta de oferecer a alunos

de baixa renda, bolsas de estudo (integrais ou parciais) em faculdades privadas, concedendo a essas isenção de alguns tributos fiscais.

No Território Central, somente os municípios de Jaru e Ji-Paraná têm acesso ao ProUni. Todavia, a maioria dos cursos ofertados é a distância. A Tabela 8 demonstra o número de bolsas de estudos e o número de faculdades acessadas.

Tabela 8: Acesso ao ProUni.

Município	Número de bolsas	Número de faculdades
Jaru	25	2
Ji – Paraná	209	7
Total	234	9

Fonte: PROUNI, 2011.

A Tabela 9 apresenta o número de faculdades presentes no Território Central. Fica evidente que o Território é carente de faculdades

públicas. Também demonstra que o ensino a distância é forte na região.

Tabela 9: Número de faculdades no Território Central.

Município	Total de faculdades	Nº de faculdades públicas	Nº de cursos em faculdades públicas	Nº de faculdades privadas presenciais	Nº de cursos	Nº de faculdades privadas a distância	Nº de cursos
Jaru	4	-	-	1	80	3	61
Ji- Paraná	16	1	6	4	80	11	61
Presidente Médici	1	1	1	-	-	-	-
TOTAL	19	2	7	5	160	14	122

Fonte: EMEC, 2011. (Adaptada consultor).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (Tabelas 10 e 11) mostra uma tendência de crescimento no Território

Central, com destaque para o município de Vale do Paraíso.

Tabela 10: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB - 2005 a 2009, Território Central.

Município	2005		2007		2009	
	Esfera		Esfera		Esfera	
	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal
Alvorada do Oeste	4,2	—	4,3	3,2	4,6	3,7
Governador Jorge Teixeira	3,0	3,0	3,3	3,5	3,3	4,2
Jaru	3,6	3,1	4,3	3,9	4,5	3,2
Ji-Paraná	3,8	4,1	3,9	4,2	4,4	4,8
Mirante da Serra	3,3	3,3	3,5	3,7	3,6	4,0
Nova União	2,8	3,0	3,9	3,5	3,3	3,5
Ouro Preto do Oeste	3,6	3,3	4,2	3,2	4,4	3,8
Presidente Médici	3,9	3,3	4,4	4,0	4,0	4,7
Teixeirópolis	3,5	3,2	3,9	3,9	4,4	4,0
Theobroma	3,8	—	4,2	—	3,9	—
Urupá	4,1	4,4	4,4	4,1	4,6	4,7
Vale do Anari	—	3,5	—	3,8	4,3	4,1
Vale do Paraíso	3,7	—	3,8	3,5	5,0	3,9
Brasil	3,8		4,2		4,6	
Rondônia	3,6		4,0		4,3	
Rondônia (metas estabelecidas)			3,6		4,0	

Fonte: INEP, 2010.

Tabela 11: Índice de Desenvolvimento do Território Central.

Município	IDHM	IDHM - Educação
Alvorada do Oeste	0,69	0,79
Governador Jorge Teixeira	0,68	0,75
Jaru	0,73	0,81
Ji-Paraná	0,75	0,85
Mirante da Serra	0,69	0,76
Nova União	0,68	0,78
Ouro Preto do Oeste	0,73	0,81
Presidente Médici	0,71	0,81
Teixeirópolis	0,69	0,77
Theobroma	0,66	0,76
Urupá	0,67	0,75
Vale do Anari	0,69	0,73
Vale do Paraíso	0,70	0,77

Fonte: MDA, 2010.

Sobre o tema educação, os pescadores artesanais e os aquicultores familiares no Território Central, em reunião realizada em janeiro de 2011, identificaram como maiores dificuldades o pouco acesso a programas de alfabetização e elevação escolar. Outra dificuldade apontada está no modelo educacional voltado à realidade urbana (Quadro 6).

Quadro 6: Matriz Fofa Dimensão Sociocultural e Educacional da Temática de Educação com os Pescadores e Aquicultores Familiares.

Fortalezas	Oportunidades	Fragilidades
Aquicultores: acesso a maior escolarização	Projeto junto a UNIR para capacitação em processo de construção	Pouco acesso ao programa Pescando Letras (só uma pessoa); Filhos têm pouco estímulo a continuarem estudando; Educação “urbana”.

Fonte: Reunião com pescadores e aquicultores no Território Central.

Ainda sobre educação, as comunidades indígenas visitadas em janeiro de 2011 apresentaram como fortaleza a presença de professores indígenas. Todavia, o material didático utilizado ainda é voltado à realidade urbana (Quadro 7).

Quadro 7: Matriz Fofa Dimensão Sociocultural e Educacional da Temática de Educação com as Comunidades Indígenas (modificada).

Fortalezas	Fragilidades
14 computadores (falta acesso à internet); Material e merenda escolar; Professores indígenas; Sete indígenas cursando faculdade.	Material didático não adequado às peculiaridades indígenas.

Fonte: Reunião com comunidades indígenas no Território Central.

As comunidades tradicionais (extrativistas) no Território Central têm mais acesso à educação, porém, assim como os indígenas, são conceitos urbanizados (Quadro 8).

Quadro 8: Matriz Fofa Dimensão Sociocultural e Educacional da Temática de Educação com os Extrativistas (modificada).

Fortalezas	Oportunidades
Os filhos estudam, porém, conceitos urbanos	“Proposta de uma EFA” - ambiental

Fonte: Reunião com lideranças extrativistas no Território Central.

Os pescadores indígenas e extrativistas não perceberam que a ausência de jovens é sim um ponto de ameaça para um futuro sustentável em suas comunidades, pois fica comprometido o repasse e continuidade de suas tradições.

Durante a oficina sobre o tema *Educação*, realizada em fevereiro de 2011, em Ji – Paraná, os presentes no evento apontaram sobre a necessidade de ser fortalecida a pedagogia da alternância tendo em vista que:

“O modelo atual de educação para zona rural, a mídia e assuntos em geral fala do campo com sacarmos e demagogias. Este é um assunto que deve ser tratado com respeito,

consideração e verdade, porque crianças estão de madrugada sentadas à beira do meio fio de uma BR aguardando ônibus para ir para uma escola, passando frio e perigo de morte. Essa criança vai querer viver no campo?”

Foi ressaltado que uma das razões para o êxodo rural é porque a juventude não quer mais trabalhar na propriedade rural e está procurando emprego na cidade como empregado assalariado ou mesmo fazendo pequenos serviços remunerados.

Outra afirmação feita foi a de que o modelo de educação atualmente aplicado no meio rural permite e estimula a saída dos jovens:

“Esse modelo de educação é pensado para esvaziar o campo, por exemplo: pela manhã o pai tira leite; acabou o serviço, o filho chega meio dia da escola, na cidade. Prende o gado, acabou o serviço, porque para cuidar de gado não precisa de estudo. As pessoas precisam ser felizes no lugar em que vivem; a escolha é que faz a diferença no nosso modo de viver, e quanto mais eu sei, mais vou ter capacidade de escolher com segurança, porém esse modelo ainda não é bom para o governo, melhor que não tem informação e não permitir reformular o modelo escolar”.

Um ponto muito discutido foi a “vinda” (o transporte; o ônibus escolar) de menores de idade para estudarem na cidade, visto que este transporte não é específico e é feito junto com alunos de maior idade.

Contudo, o Território Central está ciente de que a melhora nos processos educativos por si só não garantirá a permanência nas propriedades rurais. “É preciso, também, pensar e aplicar uma política de preços para a agricultura familiar”, registro do momento da oficina.

VITÓRIAS

DERROTAS

1. Desmembramento do Território Rural

2. Contratação de articulador

CONTRAPARTIDA DE 1%

3. Desmembramento do Território (periférico)

A não participação dos sujeitos nas discussões autênticas

OCORRÊNCIA DE DISCURSOS A RADIÇÃO DO PARTIDO DO PROJETO

3. Benefícios contemplados

AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

RECURSOS DOS TCs INDEPENDENTE DE QUALQUER SITUAÇÃO DO CAUC

ESVAZIAMENTO DA PARTICIPAÇÃO DOS GESTORES (Públicos)

Eliminação de gestores públicos e sociedade civil

PARABENIZANDO MÉDICO. Pelo o seu Prefeito, Alameda.

Participação dos gestores nas reuniões

RECURSOS DOS TCs INDEPENDENTE DE QUALQUER SITUAÇÃO DO CAUC

Exercício de algumas misturas.

Não ampliação dos TCs em todos os municípios.

Não ampliação dos TCs em todos os municípios.

Passo-p/ discussões de públicas

CONCLUSÃO DOS PROJETOS EX: COOPERVIDA CO

CURSO ENGENHARIA A PESCA (UNIVERSIDADE TERRITÓRIO)

CAPACITAÇÕES

4. Falta de participação dos sujeitos nas discussões autênticas

Exercício de algumas misturas.

Realização das reuniões programadas

Luz do Campo

ampliação da demanda do Programa Luz do Campo

Falta participação dos sujeitos nas discussões autênticas

HABITAÇÃO RURAL

Os dois Telecentros do Jari e outros municípios

Falta de divulgação dos territórios nas comunidades.

Falta participação dos sujeitos nas discussões autênticas

DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NA IMPLANTAÇÃO DE UBS

PRA e documentação nos municípios rurais

Falta participação dos sujeitos nas discussões autênticas



3.1.4. Saúde

A Matriz Fofa aplicada no Território Central na temática saúde (Quadros 9 e 10) demonstra como fortaleça a existência de hospitais e postos de saúde em todos os municípios do Território Central. Contudo, de um modo geral, não houve como visualizar propostas de oportunidades para o setor. Já como fragilidades e também como ameaças foram feitas várias citações referentes aos profissionais da área (especificamente os médicos) que, por não terem dedicação exclusiva, uma vez que trabalham em outros municípios quase que simultaneamente, a possibilidade de se criar certo desconforto para um atendimento de urgência/emergência, é fato provável. Também foi relatada, na ocasião, a inexistência de médicos especialistas nos hospitais.

Quadro 9: Matriz Fofa da Dimensão Sociocultural e Educacional, Temática Saúde dos Municípios de Alvorada do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Jaru e Ji-Paraná e Mirante da Serra.

Município	Fortaleza	Oportunidades	Fragilidades	Ameaças
Alvorada do Oeste	Estrutura física, hospital municipal; Centro de saúde municipal para gestantes; Ambulância municipal; Posto de saúde (2 distritos com ambulância); Agentes comunitários; Pastoral da saúde; Saneamento		Deficiência no quadro de profissionais; Profissionais sem dedicação exclusiva; Sem pediatra, anestesista, urologista, dentista Laboratório particular (ausência de laboratório público); Alta taxa de saneamento básico	
Gov. Jorge Teixeira	Hospital, posto de saúde e ambulância.	Projetos de motivação para fixação de médicos no município; Capacitação para agentes de saúde.	Sem especialista para medicina preventiva; Falta saneamento básico. Falta do Programa Saúde da Família, qualificado no território; Atendimento médico sem ser especialista	Médicos sem dedicação exclusiva
Jaru	Distrito com posto de saúde; Ambulância; Hospital; Profissionais especializados; 31 médicos; Medicina alternativa MPA	Motivação para profissionais; Capacitação; Projetos para medicina preventiva	Falta médico; Profissionais sem motivação; Pessoas (Tarilândia) vão à Bolívia (obs. ação desenvolvida pelo Movimento de Pequenos Agricultores- MPA); Não tem atendimento; Sem PSF; Sem saúde no campo.	
Ji- Paraná	Hospital Municipal; Hospitais particulares equipados; 13 centros de saúde; Ambulâncias; Disponibilidade maior de profissionais; 02 Distritos com centro de saúde e com ambulância 24 horas.	Hospital fitoterápico de referência.	Recebe pacientes de outros municípios; PSF sem equipe.	Migração de outros municípios trazendo comprometimento de recursos.
Mirante da Serra	Hospital; Posto de saúde; Ambulância e PSF.	Projeto de capacitação profissional e saneamento básico.	Sem médicos em áreas específicas; Médicos trabalham em outras cidades (ficam desfalcados por ser longe.	Sem médicos em áreas específicas Êxodo.

Quadro 10 matriz FOFA da Dimensão Sociocultural e Educacional, Temática Saúde dos Municípios de Nova União, Ouro Preto, Presidente Médici, Teixeirópolis, Theobroma, Urupá, Vale do Anari e Vale do Paraíso.

Município	Fortaleza	Oportunidades	Fragilidades	Ameaças
Nova União	Hospital; Posto de saúde e Ambulância.	Recursos para projetos.	Não há fixação de moradia dos profissionais nos municípios.	Êxodo de jovens e adultos.
Ouro Preto	Estrutura Física; Hospital recém construído; Quantidade de profissionais demanda curativa; Rede particular referência no Estado; Hospitais e postos de saúde atende a demanda rural.	Centro de referência; Escolas técnicas na área de saúde; Bons profissionais no setor privado.	Atende demanda de outros municípios; Não tem profissionais na demanda preventiva; Equipe saúde familiar fragilizada (PSF).	Médicos sem dedicação exclusiva Bons profissionais nos setores privados e ruins no público Demanda de doenças graves devido a falta de saneamento
Presidente Médici	Centro odontológico nos distritos Postos de saúde no município e distritos, 07 PSF atuantes, Hospital municipal, Ambulância.	Fácil acesso a recursos (melhoria a infraestrutura) – PAC; Recursos para saneamento básico Projetos diversos.	Gestão ao profissional, referente à classe médica. Faltam equipamentos.	Profissionais especialistas e medicina preventiva.
Teixeirópolis	2 médicos, 02 enfermeiros, 2 equipes psf funcionando entendendo a área rural, 19 agentes por grupo, 05 Ambulâncias, 1 micro ônibus, Hospital Pequeno porte, 02 consultórios odontológicos.	Projeto para construção de hospital.	2 ambulâncias com defeitos Médicos, falta de profissionais; Médicos, atende outros municípios.	A população pode ficar sem atendimento por atender municípios vizinhos; Aumento no déficit
Theobroma	Centro de Saúde Diferenciado; Enfermeiros e Médicos.		Médicos não ficam na cidade; Medicina preventiva; Sem hospital.	Êxodo urbano e rural de jovens e adultos.
Urupá	Hospital, Ambulância, Médicos e enfermeiros; Posto de saúde.	(Não identificaram)	Não realização de pequenas cirurgias	Muitas, mas não identificadas.
Vale do Anari	02 PSF funcionando, 01 posto de saúde; Infraestrutura predial; Ambulância.		Alguns setores do hospital inadequados; Sem equipamentos e sem veículos; Posto de saúde sem estrutura (em residência); Energia a motor.	Energia; Problemas vacinas Falta de pessoal
Vale do Paraíso	Hospital; Posto de saúde; Ambulância; Médicos e enfermeiros; PSF= 03 equipes, 01 saúde bucal e 01 agente comunitário.	Recursos para projetos	Defasagem salarial; Arrecadação inviável; Sem médico na cidade; Fixação de profissionais	Êxodo de jovens e adultos.

Fonte: Reuniões com representantes do CODETER por municípios do Território Central.

O Cadastro Nacional de Estabelecimento em Saúde (CNES) que contempla todos os estabelecimentos voltados à saúde (hospitais, clínicas, postos, por exemplo), em pesquisa realizada em outubro de

2010 (Tabela 12) mostra que todos os municípios do Território Central possuem algum tipo de estabelecimento voltado ao setor.

Tabela 12: Estabelecimentos de Saúde no Território Central.

Município	Número de estabelecimentos de saúde cadastrados	Número de leitos	Número de leitos do sistema único de saúde	População estimada (2009)
Alvorada do Oeste	9	35	35	17.127
Governador Jorge Teixeira	7	21	21	11.543
Jaru	75	97	86	53.443
Ji-Paraná	117	249	145	111.010
Mirante da Serra	11	33	25	12.363
Nova União	5	11	11	7.944
Ouro Preto do Oeste	35	121	62	36.725
Presidente Médici	26	49	49	22.519
Teixeirópolis	3	9	9	5.010
Theobroma	8	13	13	10.325
Urupá	17	25	25	13.661
Vale do Anari	4	12	12	9.100
Vale do Paraíso	4	16	16	8.913
Total Território	321	691	509	319.683
Rondônia	1.414	3.887	2.877	

Fonte: DATASUS, 2010.



O parâmetro indicado pelo Ministério da Saúde é de 2,5 a 3 leitos para cada mil habitantes. Assim, fica evidente que há um forte déficit de leitos hospitalares no Território Central. Já a Organização Mundial de Saúde (OMS) preconiza como parâmetro ideal de atenção à saúde da população a relação de 1 (um) médico para cada 1.000 habitantes. Desta forma, a Tabela 13, abaixo, evidencia um grande problema relacionado à política pública em saúde, isto é, a carência do número de médicos e de leitos no Território Central.

Tabela 13: Relação entre número de médicos e leitos em hospitais por 1000 habitantes no Território Central.

Município	Médicos por 1000 habitantes	Leitos por 1000 habitantes	População 2010
Alvorada do Oeste	0,66	4,24	16.864
Governador Jorge Teixeira	0,29	3,89	10.513
Jaru	0,97	2,80	52.043
Ji-Paraná	0,90	3,37	116.587
Mirante da Serra	0,99	7,53	11.869
Nova União	0,36	0,00	7.498
Ouro Preto do Oeste	1,03	3,23	37.941
Presidente Médici	1,25	5,35	22.319
Teixeirópolis	2,14	0,00	4.893
Theobroma	0,18	2,15	10.644
Urupá	0,07	2,02	12.969
Vale do Anari	0,13	0,00	9.361
Vale do Paraíso	0,71	4,56	8.218
Total Território	0,84	3,37	

Fonte: DATASUS, 2002.

Nota: Excluído Paramédicos de nível superior e médio e Odontólogos.

Os pescadores no Território Central não conseguiram identificar fortalezas, oportunidades e ameaças referentes à saúde para esta classe. Contudo, apontaram como fragilidades, a ausência de informações para prevenções e alimentação precária, (Quadro 11).

Quadro 11: Matriz Fofa da Dimensão Sociocultural e Educacional, Temática Saúde com os Pescadores do Território Central (modificada).

Fragilidades
Na época da pesca se alimentam precariamente (farinha, sal e peixe) Pouco acesso às informações (ações preventivas) Malária, dengue, reumatismo

Fonte: Reuniões com pescadores no Território Central.

Utilizando a mesma metodologia da matriz Fofa com os indígenas, estes não identificaram pontos de oportunidades. Todavia, como pontos preocupantes apontou-se a ausência de material e a utilização de agrotóxicos no entorno das Terras Indígenas (Quadro 12).

Quadro 12: Matriz Fofa da Dimensão Sociocultural e Educacional, Temática Saúde com os Indígenas do Território Central (modificada).

Fortalezas	Fragilidades	Ameaças
Tem dentista; Agentes de saúde indígenas Saúde preventiva	Não tem material para o dentista Não tem medicamentos no posto de saúde; Transporte – apoio da FUNASA Pouco uso de plantas medicinais – uso de remédios de farmácia.	Uso de agrotóxicos no entorno – contaminação das águas.

Fonte: Reuniões com indígenas no Território Central.

Os extrativistas, por sua vez, não identificaram oportunidades e ameaças. Entretanto, identificaram como fragilidades e elevada incidência de malária.



1.1.1. Cultura e Lazer

Os Quadros 13 e 14, permitem analisar as dinâmicas voltadas à cultura e ao lazer no Território Central. Assim, as fortalezas estão ligadas ao meio ambiente, com a presença de cenários naturais. Isto permite a realização de esportes de aventura. Todos os municípios têm

festas voltadas aos dias dos santos padroeiros e de datas comemorativas as suas fundações ou emancipações políticas. Como oportunidade, aparece a elaboração de projetos para dar maior potencialidade a estes eventos. Já enquanto fragilidade e ameaça, surge a ausência de apoio político e o êxodo rural.

Quadro 13: Matriz Fofa da Dimensão Sociocultural e Educacional, Temática Cultura e Lazer dos Municípios Alvorada do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Jarú, Ji-Paraná, Mirante da Serra, Nova União e Ouro Preto.

Município	Fortaleza	Oportunidades	Fragilidades	Ameaças
Alvorada do Oeste	Construindo teatro; Balneários; MotoCross; Festival de música; Parque de exposição.			
Governador Jorge Teixeira	Festas locais Campeonato de Futebol Praças	Projetos para praças e centro culturais.	Pouco incentivo; Sem liderança cultural.	Êxodo rural e municipal de jovens
Jarú	Biblioteca; Torneio de futebol; Campeonato de futebol rural envolvendo 60 comunidades rurais; Lar do idoso; Feira agropecuária.	Fazer quadra de esporte iluminada.		

Quadro 13 continuação:

Município	Fortaleza	Oportunidades	Fragilidades	Ameaças
Ji- Paraná	Fundação Cultural atuante; Teatro e grupos teatrais; Museu; Projetos Sonho Meu (Ji-cred); Conselho de Cultura; Oficinas e festival de teatro; Recital, Mostra e Festival de Música; Festival de Curta Metragem; Projetos Literários; Sala de Cinema; Academia de Letras; Casa do Artesão; Escola de Música e Banda Sinfônica; Biblioteca Municipal; Corpo de Ballet; Interior; Alternativo (Rock); Projeto Amigos da Orquestra; Orquestra Arcos da Amazônia; Grupos e projetos de capoeira Telecentros; Festa do Agricultor - 25 de julho; Expojipa.	Participação das escolas; Participação da comunidade em geral; Projetos de praças e centros poliesportivos para comunidade rural.	Pouco incentivo cultural e de lazer na zona rural; Técnicos para capacitação de projetos culturais dos sindicatos e associações rurais Ausência de praças e quadras iluminadas na zona rural; Área de lazer para jovens nos bairros; Falta de participação do poder público nas atividades culturais.	Êxodo rural de jovens

Quadro 13 continuação:

Município	Fortaleza	Oportunidades	Fragilidades	Ameaças
Mirante da Serra	Festas tradicionais; Festas juninas; Artesanatos.	Projetos Centro Cultural; Criar e fortalecer Conselhos de Cultura.	Sem muitas opções culturais para jovens; Sem apoio dos Ministérios para aprovação de projetos.	Êxodo rural e urbano de jovens.
Nova União	Festa da cidade; Apresentação de quadrilhas; Esporte.	Projeto para Centro Cultural	Falta de estrutura física como espaço desenvolvimento de atividades ligadas a cultura e ao lazer	Êxodo de jovens
Ouro Preto	Esportes radicais e aeromodelismo; Inclusão de atletas PNE; Escolas de música; Hotéis fazenda; Praça de eventos; Grupos de teatro premiados.	Ampliar o elo cultural; Referência cultural.	Falta de Incentivo ao esporte, às artes cênicas, audiovisual, à pintura e ao artesanato, à música e dança, e ao patrimônio histórico e cultural.	Jovens envolvidos com drogas e prostituição.

Fonte: Reuniões com representantes do CODETER, por municípios do Território Central.

Quadro 14: Matriz Fofa da Dimensão Sociocultural e Educacional, da Temática Cultura e Lazer dos municípios de Presidente Médici, Teixeiraópolis, Theobroma, Urupá, Vale do Anari e Vale do Paraíso.

Município	Fortaleza	Oportunidades	Fragilidades	Ameaças
Presidente Médici	Museu; Festas culturais, do maracujá, agropecuária, carnaval, ano novo e outras; Praças; Ecoturismo e turismo ecológico, arqueológico, aventura e turismo rural (hotel Minuano).	Projeto Cinema na Cidade – 1º na região Norte com tecnologia 3D; Criação de Conselho de Cultura; Criação de Secretaria de Cultura; Projeto de praça de alimentação com madeiras apreendidas.	Pouco lazer e cultura para demanda de jovens e adultos; Poucas pessoas ligadas à cultura; Sem Secretaria de Cultura.	Pouco lazer
Teixeiraópolis	Cachoeira (Nova União acesso por Teixeiraópolis); Festas juninas das comunidades católicas; Festa do aniversário da cidade - 22 de junho Campeonato de futebol de salão masculino e feminino; Nas festas juninas as comunidades rurais participam com campeonato de futebol; Resgate cultural das comunidades rurais; Festa dos idosos	Reativar a cachoeira dentro município;	Para a cachoeira do município de Teixeiraópolis não houve investimento e faliu ficando a de Nova União- divisa; Jovens sem opção de lazer (indo para outros municípios).	Marginalidades dos jovens.
Theobroma	Cachoeira Banhos Praças Campeonato de futebol (cidade e rural) Folia de Reis	Projetos de Centros Culturais e quadras poliesportivas	Sem opções de lazer e cultura	Êxodo de jovens Marginalidade de jovens
Urupá	Casa do idoso Praça de encontro	Projetos para captação de recursos para construção de Centros Culturais e quadras poliesportivas	Sem opções diversificadas de cultura e lazer.	Descuido com os idosos.
Vale do Anari	Cinema na praça; Expovale; Biblioteca; 01 praça; Artesanato expressivo; Corredeiras; Jogos de futebol (torneio) na zona rural; 01 quadra na zona rural.	Criação do Conselho de Cultura; Projeto Casa do Artesão; Ampliação da biblioteca; Potencial para turismo rural; Criação do Conselho de Cultura.	Sem expressão cultural visível; Sem atividades para jovens; Necessidade de catalogar a diversidade de profissionais envolvidos na cultura; Nenhum projeto cultural aprovado; Falta de apoio do Ministério da Cultura.	Êxodo rural de jovens; Criminalidade de jovens; Pesca com potencial econômico.
Vale do Paraíso	Festa da cidade; Capoeira; Apresentação de quadrilhas Semana cultural da consciência negra; Esporte; Academia dos idosos; Grupo desbravadores, igreja adventista.	Projeto para Centro Cultural	Falta de estrutura física como espaço para atividades ligadas a cultura e ao lazer	Êxodo de jovens

Fonte: Reuniões com representantes do CODETER, por municípios do Território Central.



De um modo geral, o município de Ji – Paraná dispõe de maior acervo destinado à cultura. O lazer geralmente está relacionado à ida a banhos (igarapés) localizados em propriedades privadas. Assim, o Território Central de Rondônia apresenta um bom potencial para a construção de uma identidade cultural, principalmente se esta estiver vinculada às questões voltadas ao meio ambiente, onde devem ser incluídas as comunidades de pescadores, indígenas e extrativistas.

As ações voltadas ao lazer também apresentam a mesma tendência. Os quadros 15 e 16 demonstram os principais atrativos e vocações nos municípios do Território Central.

Quadro 15: Principais Atrativos e Vocações dos Municípios de Presidente Médici, Nova União, Vale do Paraíso, Teixeiraópolis, Governador Jorge Teixeira, Jaru e Ji-Paraná.

MUNICÍPIO	POTENCIAIS ATRATIVOS	VOCAÇÕES
Presidente Médici	Festa do maracujá; Festa de São João Batista; Morro do Muqui; Arquipélago das Cabaçaranas, cachoeira dos Macacos e do Cavalo; Comunidade Tradicional do Distrito do Riachuelo; Comunidade Tradicional do Distrito de Estrela de Rondônia; Sítio Arqueológico do Riachuelo.	Ecoturismo, turismo ecológico, turismo cultural, turismo rural e agroturismo.
Nova União	Festa São Roque; Assentamento Margarida Alves e Palmares; Reserva Particular de Proteção Natural (RPPN) Vale das Antas; Área de Reserva Legal em bloco, de aproximadamente 3.000ha.	Ecoturismo, turismo ecológico, turismo cultural, turismo rural e agroturismo.
Vale do Paraíso	Rio Paraíso	Ecoturismo, turismo ecológico, turismo cultural, turismo rural e Agroturismo.
Teixeiraópolis	Festa de São José Operário; Parque das Cachoeiras; Rios Cornélio e Mandi.	Ecoturismo
Gov. Jorge Teixeira	Festival de som automotivo - Distrito de Colina Verde.	
Jaru	Rios: Jaru, Tocfone, São Domingos, Ubirajara, Mororó; Reserva indígena Uru-Eu-Wau-Wau; Assentamento do Jaru-UArú; Etapa Estadual do Motocross; Festa de São João Batista; Exposições Agropecuárias (Agrishow e Expoaja); Bingão das mães; Festa do Produtor Rural; Canoagem do rio Jaru; Rodeio Crioulo; Festa da APAE; Sítio Arqueológico.	Turismo de Pesca, Ecoturismo e Turismo de Aventura e Turismo Rural.
Ji-Paraná	Festa de Dom Bosco; Arquipélago das Cabaçaranas; Rios Machado e Urupá; Seringal do Senhor Simião; Reserva Biológica do Jaru; Terra Indígena Igarapé Lourdes; Teatro Dominginhos; Museu das Comunicações.	Ecoturismo, turismo Ecológico, turismo de eventos turismo rural, turismo de pesca e turismo cultural.

Fonte: PTDRS / TC - FIATEC – Território Central – outubro de 2007.

Quadro 16: Principais Atrativos e Vocações dos Municípios de Mirante da Serra, Ouro Preto do Oeste, Theobroma, Urupá e Vale do Anari.

MUNICÍPIO	POTENCIAIS ATRATIVOS	VOCAÇÕES
Mirante da Serra	Festa Nª Sª Aparecida; Rio Pregão; Parque Nacional dos Pacaás Novos; Parque municipal Banhado das Capivaras; Reserva em bloco dos Amigos do Chico do Boi; Assentamento Pe. Ezequiel; Maratona do Avestruz.	Turismo Científico, Ecoturismo, Turismo Ecológico e Turismo Rural.
Ouro Preto do Oeste	Parque Municipal Chico Mendes; Área de Pesquisa do INPA; Área de Pesquisas da CEPLAC; Bosque Municipal; Praças dos Pioneiros e da Liberdade; Festa do MotoCross e doFuscaCross; Flor do cacau; Festa da colheita; Festa de Nª Sª Aparecida.	Ecoturismo; turismo de aventura; turismo científico; turismo ecológico, turismo rural.
Theobroma	Rio Jaru, Praias, Rio Toxfone, Rio Niterói, Rio Piraji, Rio Soledade, Serra do Padre, Cachoeira do Salvino, Cachoeira dos Platôs, Seringal do Sr. Chico Souza; Eventos: Prova de laço e Grupo de Folia de Reis Sítio Arqueológico da LH. 605; Reserva de banhado de igapó com variedades de orquídeas e bromélias aéreas, denominado de Lagoa Santa Maria; Obs. Ocorrência de crocodilo grande Assentamentos: Lagoa Nova, Rio Branco, Santa Catarina, Primavera, Antonio Conselheiro, Lamarca. Acampamentos: Antonio Conselheiro II, Lamarquinha, Meia-Meia, Vale Encantado - com aprox. 2.000 assentados, todos sobreviventes do Massacre de Carumbiara;	Turismo cultural, turismo rural, turismo de pesca, turismo científico.
Urupá	Rio Urupá, Assentamento do Distrito Nova Aliança, Ilhas, Praias e Corredeiras.	Turismo cultural, turismo rural.
Vale do Anari	Rios: Anari, Jaru, Rebio Jaru, Seringal Jovem; Sítio arqueológico; Reservas: Aquariquara e Itaúba.	Turismo de pesca, ecoturismo, turismo científico e turismo rural.

O Território Central tem um excelente patrimônio arqueológico, sendo que no município de Governador Jorge Teixeira há um museu e sítios arqueológicos. No município de Ji – Paraná existe o Museu das Comunicações, com objetos da época da construção da linha telegráfica, por Cândido Rondon.

Com os indígenas, os mesmos informaram que existem atividades culturais dentro das aldeias, porém, é forte a perda de tradições entre os mais novos (Quadro 17).

Quadro 17: Matriz Fofa Dimensão Sociocultural e Educacional, Temática Cultura e Lazer junto com os Indígenas do Território Central (modificada).

Fortalezas	Ameaças
Torneios de futebol Cabo de guerra para as mulheres Artesanato	Perda de tradições

Fonte: Reuniões com indígenas no Território Central.

Quando houve a reunião com os pescadores e com os extrativistas, em janeiro de 2011, não foram apresentadas informações referentes à realização de eventos culturais nestas comunidades.

Na oficina realizada em março de 2011, sobre a temática cultura e lazer, foi explanado nos debates que ambas caminham juntas e que no Território Central, assim como no Estado de Rondônia, os processos culturais ainda estão em formação e que, possivelmente sempre haverá um mosaico (“um caldo”) de culturas considerando as várias origens dos habitantes que migraram para a região, trazendo consigo suas bagagens culturais: culinárias, músicas, danças, e que estas se misturam a outras dando um “*colorido cultural*” ao Estado e ao Território Central.

O assunto relacionado à temática de cultura e lazer dentro da política territorial é novo, não havendo *emponderamento* de informações e de conceitos. É necessário construir um fórum para tratar e debater com maior profundidade este tema, com a presença de jovens, sindicatos, associações, câmaras municipais, integrantes do Território, universidade, entre outros, bem como a inclusão do patrimônio material e imaterial, e que extrapole ao Território Central.

3.1.6. Esporte

O tema Esporte foi tratado como assunto transversal tanto nas visitas e reuniões realizadas nos municípios do Território Central, como também na oficina sobre cultura e lazer, realizada em março de 2011. De uma forma geral, todos os municípios do Território Central dispõem de praças públicas, porém, nestas praças não existem atividades constantes. As atividades esportivas realizadas são às relacionadas a datas comemorativas, por exemplo: torneios de futebol nos dias dos pais e das crianças; aniversários dos municípios.

No município de Jaru e Ouro Preto são realizadas etapas do campeonato estadual de MotoCross. Se somarmos a riqueza ambiental existente, fica evidente que o Território Central tem potencial para a prática de esportes radicais e de aventuras.

De certa forma, considerando os depoimentos dos participantes da oficina, vários eventos não são mais realizados por causa da saída e do “*amadurecimento*” das pessoas nas localidades. Também foi falado da necessidade de equipar as escolas polos de infraestrutura (iluminação, por exemplo) para permitir a realização de eventos esportivos durante a noite, pois, em muitas ocasiões, a duração (dos eventos) está condicionada à luz do sol. Em várias localidades as escolas polos são os espaços disponíveis para a prática e realização de eventos esportivos.

3.1.7. Segurança Pública

Para a construção do diagnóstico referente à segurança pública no Território Central, foram realizadas visitas em algumas delegacias de polícia civil. Nelas, entrevistas com policiais civis e militares, com jornalistas do setor policial e outros atores sociais, propiciaram os relatos e à sistematização dos dados. As dificuldades encontradas foram em relação à hierarquia existente nos órgãos de segurança e ao acesso a dados secundários.

Quanto aos efetivos policiais informou-se que os serviços são razoáveis, tanto no recurso material, quanto no recurso humano. O Corpo de Bombeiros está presente nos municípios de Ji-Paraná, Ouro Preto e Jaru. Já a Defesa Civil, somente está estruturada no município de Ji-Paraná. E este é o único que dispõe de Delegacia da Mulher.

No geral, os delitos de maior frequência são: uso de drogas, furtos, acidentes de trânsito e furtos de gados. Os agentes de segurança levantaram algumas questões:

- Referente à Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad, prescrevendo medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelecendo normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas. Segundo os agentes policiais, esta lei dificulta a identificação de quem é usuário e de quem é traficante, pois, esta “diferença” fica muito dependente do critério da quantidade apreendida, dando margem para o tráfico em pequenas quantidades de drogas e entorpecentes.

- “Migração” escola/cidade: os agentes policiais disseram que a vinda de menores de idade para estudarem na cidade provoca um maior contato com as drogas e que depois este vício é levado para as comunidades rurais.

- Referente à Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente: sem querer suscitar maiores debates foi dito da necessidade de rever alguns artigos desta lei.

As comunidades indígenas falaram sobre invasões e grilagens de terras. Os pescadores e aquicultores informaram dos constantes abusos dos agentes de fiscalização ambiental e do furto de peixes ocorridos, geralmente, no período noturno. Os extrativistas citaram o furto de madeira, grilagem de terras (ameaças contra a vida) e a ausência da polícia ambiental.

Durante os debates na oficina sobre segurança pública, realizada em fevereiro de 2011, foi relatado pelos presentes que o consumo de drogas está crescendo nas comunidades rurais. A solicitação das famílias é a de que este problema deve ser encarado com maior atenção por todos os setores, não devendo ficar somente nas mãos do poder público. O que não inibe nem descompromissa os responsáveis familiares de exercerem um papel importante na solução deste problema. Algumas sugestões levantadas foram a de melhorar a qualidade de vida para os moradores das áreas rurais, ofertando mais lazer, geração de emprego, ocupação e renda.

3.2. Dimensão Político Institucional

3.2.1 Conceituação

Consiste na análise das estruturas de poder nos Territórios, visando o fortalecimento das novas institucionalidades e sua governabilidade socioterritorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública ampliada e democrática.

A conceituação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Secretária de Desenvolvimento Territorial (MDA/SDT) de Organização e Controle Social é a seguinte:

Organização, entendida como o momento de definição dos arranjos institucionais (colegiados territoriais e/ou setoriais) representativo do território ou para a gestão integrada de cadeias produtivas. Implicará na clara definição de sua visão de futuro, missão (natureza, valores, finalidades) e composição para o desenvolvimento das atividades de gestão do processo.

Controle Social, elemento do processo da gestão social do desenvolvimento que possibilita ao conjunto dos atores sociais o acesso às informações sobre as ações e projetos em implementação no território a tempo de analisarem se as ações estão acontecendo como foi planejado e pactuado, se as ações estão de fato contribuindo e gerando os resultados desejados e, se não estiverem, decidirem que medidas devem ser tomadas para retornar ao rumo desejado.

3.2.2. Organização Social e Institucional do CODETER.

O Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) é uma institucionalidade que reúne representantes do poder público e da sociedade civil atuantes no Território Central, com o objetivo de ampliar a participação social, a representação das organizações que compõem o Território e a articulação necessária para a gestão social das políticas públicas.

O Colegiado Territorial é o principal espaço de negociação, articulação, decisão e priorização de propostas e projetos pertinentes com a visão de desenvolvimento de um determinado território. Compete aos Colegiados Territoriais, entre outras atribuições:

- Sensibilizar, comprometer e coordenar ações que dizem respeito à construção participativa do desenvolvimento territorial.
- Deliberar sobre o processo de implementação da estratégia de desenvolvimento territorial fundamentada na sustentabilidade.
- Defender e apoiar o processo de organização e mobilização dos diversos segmentos sociais articulando recursos, ações e esforços garantindo sua representatividade.
- Mobilizar, negociar e indicar atores e atrizes sociais e suas entidades/instituições para proporem projetos territoriais.

- Propor e apoiar políticas públicas, programas e projetos respeitando os princípios de desenvolvimento sustentado.
- Negociar ações de monitoramento e avaliação de propostas e projetos assegurando o cumprimento dos acordos realizados.

O Conselho de Desenvolvimento Territorial (CODETER) do Território Central é formado por 26 (vinte e seis) entidades, sendo: 07 (sete) representantes da esfera federal, 06 (seis) representantes da esfera estadual e 13 (treze) representantes da sociedade civil (Quadro 18).

Quadro 18: Composição do CODETER do Território Central.

Esfera Federal	Esfera Estadual	Esfera Municipal	Sociedade Civil
Universidade Federal de Rondônia – UNIR; Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC; Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Caixa Econômica Federal – CEF; Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA; Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM; Secretaria de Estado de Educação – SEDUC; Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária – SEAGRI; Secretaria de Estado da Administração – SEAD; Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN; Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS.	03 representantes governamentais (municipal, estadual e federal); 01 representante dos STTRs; 01 representante das Associações e/ou Cooperativas rurais; 01 Organização Não Governamental de Assistência Técnica e Extensão Rural	Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia – FETAGRO; Associação das Escolas Famílias Agrícolas de Rondônia – AEFARO; Associação Indígena PANDEREJ; Associação Indígena JUPAU; Cooperativa das Comunidades; Extrativista do Vale do Anari – COOPEX; Grupo de Trabalho de Mulheres; Federação dos Pescadores; Associação de Assistência Técnica; Extensão Rural – EMATER; Movimentos dos Pequenos Agricultores – MPA; Instituto Índia Amazônia; Grupo do Rio Machado e seus Afluentes – GARÇA; Associação de Defesa Etnoambiental – KANINDÉ; Cooperativa dos Produtores Rurais Organizado para Ajuda Mútua - COOCARAM

Fonte: CODETER do Território Central (reunião).

Na esfera municipal, isto é, o governo municipal, ficou reduzido à própria representação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural que se tornaram os porta-vozes dos municípios. Fica a dúvida sobre a capacidade de gestão social tendo em vista a fragilidade existente nestes Conselhos. Em alguns momentos, nota-se que a presidência nos CMDR ora fica com o poder público, ora fica a cargo da sociedade civil, apresentando-se matematicamente confusa a paridade entre as entidades da sociedade civil organizada e as entidades governamentais. O quadro 18 apresenta a composição completa do CODETER do Território Central (aprovada em 30 de junho de 2011).

Ao analisarmos o quadro acima verificamos uma indefinição nas entidades representativas dos municípios. Pressupõe-se que haverá uma presença marcante da Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER, na composição das entidades de representação da sociedade civil.

Nas visitas aos municípios do Território Central foi possível confirmar a existência de vários Conselhos, contudo, a representatividade, a atuação e a efetividade destes espaços deixaram dúvidas. Uma das percepções verificadas é de que os Conselhos são fóruns legalizados e estão na prática apenas “cumprindo o que manda a lei”, garantindo assim o repasse de recursos.

Durante a oficina sobre o tema Composição do Conselho, que ocorreu em fevereiro de 2011, foram feitas várias considerações sobre estas questões como:

“O colegiado é formado por oito representações (por município) sendo que as organizações se reúnem e escolhem seus representantes para o colegiado. Informaram da formação da coordenação executiva, câmaras temáticas e câmaras técnicas. E que a EMATER não está para usurpar a situação e sim com apoio e

colaborador”.

Independentemente dessas questões ainda fragilizadas, os presentes na oficina apontaram ser necessário haver um maior foco na formação de lideranças incluindo jovens e mulheres nas discussões, além de se trabalhar habilidades e interagir com e nas relações interpessoais. Isto permitirá que não haja sobrecarga de ações e de atividades nas mãos de poucas pessoas dentro das entidades. Foi falado, também, da importância da presença e empoderamento da sociedade civil, sendo necessário viabilizar recursos para custear despesas inerentes.

De acordo com o Regimento Interno do Território Central da Cidadania de Rondônia o Colegiado é um “órgão consultivo e deliberativo da política de desenvolvimento territorial rural sustentável”. Sua competência básica é o de “promover o entrosamento das atividades desenvolvidas pelo Território entre entidades governamentais e não governamentais voltadas para o desenvolvimento territorial rural sustentável”.

Para desenvolver as ações da política de desenvolvimento territorial foi constituída uma coordenação executiva assim estabelecida (Quadro 19).

Quadro 19: Coordenação Executiva CODETER do Território Central.

Cargo executivo	Entidade e município de representação
Coordenação geral	Prefeitura de Presidente Médici
Vice - coordenação	FETAGRO – Ji-Paraná
Coordenação de comunicação	CEPLAC – Jaru
Secretaria geral	Emater – Teixeiraópolis
Segunda secretaria	Secretaria de Planejamento de Ji-Paraná

Fonte: CODETER do Território Central (reunião).

De acordo com o regimento interno, o mandato da coordenação executiva é de 02 (dois) anos, sendo permitida mais uma eleição. No Território Central temos também Câmaras Temáticas que têm como atribuições:

- Apoiar e contribuir com o processo de organização e articulação do segmento em âmbito territorial.
- Mobilizar, articular, organizar, discutir e encaminhar demandas de interesse de segmentos tradicionalmente excluídos das ações e políticas de desenvolvimento do território.
- Aprofundar e ampliar discussões em torno de temáticas específicas e relevantes para o processo de desenvolvimento do Território.
- Ter como elemento norteador de suas ações e atividades o Plano Territorial de Desenvolvimento rural sustentável – PTDRS.
- Favorecer articulações em rede com espaços afins.
- Propor, acompanhar e monitorar projetos específicos para o Território.
- Propor critérios para seleção e priorização de projetos específicos.
- Manter diálogo permanente com o Núcleo Dirigente sobre o desempenho de suas ações e informações, suas demandas e agendas.
- Propor e apoiar eventos e atividades de planejamento, formação e sistematização relacionadas aos temas que lhes são pertinentes.
- Propor e apoiar eventos e atividades com recorte identitário (por ex: jovens, mulheres, quilombolas, indígenas).
- Definir seus objetivos, funcionamento e plano de trabalho que devem ser apresentados ao Colegiado e custeados com recursos do Território.
- Apresentar às instâncias do Colegiado resultados de sua ação e sistematizar suas experiências.

As Câmaras Temáticas do Território Central foram construídas considerando as dimensões do desenvolvimento territorial: saúde; meio ambiente; socioeconômica; educação, cultura, esporte e lazer; e político institucional.

As Câmaras Temáticas foram reformuladas através da Portaria N.º001/CETC/2009, denominando-se, a partir de então, “Gerências Temáticas”, com as seguintes composições (Quadro 20).

Quadro 20: Composição das Câmaras Temáticas do Território Central.

TEMÁTICA	INSTITUIÇÃO / MUNICÍPIO
Saúde	Secretaria de Saúde (Nova União), Pastoral da Saúde (Vale do Paraíso), Funasa (Ji- Paraná)
Meio ambiente	Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMAGRIS (Vale do Paraíso), Secretaria Estadual de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), Ji-Paraná; EPA (Jaru), Garça (Presidente Médici)
Socioeconomia: infraestrutura e economia	Secretaria de Estado de Ação Social (SEAS), EMATER (Ji-Paraná), FETAGRO (Ji-Paraná), CMDR (Ouro Preto), GT Mulheres (Presidente Médici), MPA (Jaru – Tarilândia)
Educação, cultura, esporte e lazer	SEMEC (Teixeirópolis), SEDUC (Teixeirópolis), SEAS (Theobroma), EFARO
Política institucional: Organização social e institucional, Gênero e geração, Regularização fundiária, Segurança pública	EMATER (Ouro Preto), EMATER (Presidente Médici), FETAGRO (Ji-Paraná), CEPLAC (Jaru), INCRA (Ji – Paraná), SEMAS (Teixeirópolis), Pastoral da Mulher (Alvorada DO Oeste), Pastoral dos Jovens (Alvorada DO Oeste), CPT (Ji- Paraná).

Fonte: CODETER Território Central, 2012.

As Câmaras Temáticas ou Gerenciais têm, estatutariamente, as finalidades de:

- Responder à consulta formulada sobre matéria de sua competência.
- Submeter à apreciação do Plenário, assuntos de política ambiental, educacional, saneamento, desenvolvimento econômico, infraestrutura, agropecuária, agroindústria, ciência e tecnologia ou outros que entenderem necessários ou convenientes.
- Exercer outras competências previstas neste Regimento.
- Dar parecer sobre as proposições e demais assuntos a eles

distribuídos.

- Promover estudos e pesquisas sobre assuntos de sua competência específica.
- Elaborar e apresentar à Plenária, relatórios sobre as proposições ligadas a sua área de atuação.

Todavia, as deliberações são construídas e debatidas na plenária territorial. Estatutariamente temos: “A plenária é o órgão de deliberação máxima, configurado pela Reunião Ordinária e/ou extraordinária dos membros do Colegiado...”.

3.2.3. Gestão Social Territorial

Com as comunidades indígenas, utilizando a metodologia da matriz Fofa (Quadro 21), em visita realizada em janeiro de 2011 foi dito pelos presentes, resumidamente, que possuem boas parcerias (suas fortalezas). Porém, como fragilidade, há a ausência de assessoria, de projetos e da pouca participação das mulheres. No entanto, foi esclarecido que as mulheres indígenas não participam por uma questão cultural, não havendo nenhum impedimento inibindo o envolvimento das mesmas em eventos. Não foram apontadas oportunidades e nem ameaças.

Quadro 21: Matriz Fofa Dimensão Político Institucional, Temática Organização Social com os Indígenas do Território Central (modificada).

Fortalezas	Fragilidades
Parcerias: SEMAGRI de Ji-Paraná; FUNASA; Kanindé; Emater; CUMPIR; CNPI; APIBÊ; PANDERI; Cada etnia faz sua própria programação; Fazem reuniões periódicas; Presença no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e no Conselho Municipal de Saúde (ambos de Ji – Paraná).	Não há projetos e assessoria “Muita coisa, pouca gente” (muitas atividades, porém, poucas pessoas) Participação das mulheres (pouca) – questão cultural

Fonte: Reunião com comunidades indígenas no Território Central.

Para os pescadores artesanais, utilizando também a metodologia da Matriz Fofa, os mesmos identificaram como fortaleza a presença em conselhos e, enquanto fragilidades, “ruídos” de entendimentos entre as entidades de representação e a pouca presença de jovens (Quadro 22).

Quadro 22: Matriz Fofa Dimensão Político Institucional, Temática Organização Social com os Pescadores do Território Central (modificada).

Fortalezas	Fragilidades
Presença no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e no Conselho Municipal de Meio Ambiente	“Várias entidades, várias vozes e muitas interpretações” (cada representação tem uma interpretação para um mesmo assunto); Não há alinhamento das entidades, questões políticas internas; Pescadores: pouca presença de jovens e mulheres

Fonte: Reunião com pescadores no Território Central.

Os Extrativistas, com a mesma metodologia, identificaram como fortaleza a construção de escritório. Enquanto oportunidade, a possibilidade de “*aprender e ensinar com os erros*”. Esta citação decorre dos “altos e baixos” de diversos projetos que o Movimento Extrativista passou ao longo de sua existência. Como fragilidade, registrou-se sobre a pouca transparência nas entidades representativas. Como ameaças, não houve nenhuma citação (Quadro 23).

Quadro 23: Matriz Fofa Dimensão Político Institucional, Temática Organização Social com os Extrativistas no Território Central (modificada).

Fortalezas	Oportunidades	Fragilidades
Construção de um escritório para a entidade (COOPEX).	“Aprender com acertos e erros”; Capacitação em gestão.	“Muitas entidades e pouca transparência”.

Fonte: Reunião com extrativistas no Território Central.



Ainda utilizando a metodologia da Matriz Fofa (Quadros 24 e 25), em visitas e reuniões realizadas nos meses de setembro, outubro e novembro de 2010, nos municípios do Território Central, com relação à organização social, as “fortalezas” apresentadas são: a) a atuação e a presença de várias entidades governamentais e não governamentais; b) presença de grupos de mulheres e; c) diversos conselhos. Como

“oportunidades”, verificamos a preocupação para (e com) a formação constante de lideranças. Como “fragilidades”, existem disputas que enfraquecem uma melhor construção de propostas e também ‘ruídos’ de comunicação. Isto reflete na maior das “ameaças” que é a extinção de entidades.

Quadro 24: Matriz Fofa da Dimensão Político Institucional dos Municípios Alvorada do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Jaru, Ji-Paraná, Mirante da Serra e Nova União.

Município	Fortaleza	Oportunidades	Fragilidades	Ameaças
Alvorada do Oeste	- Cooperativa, atuante; - Grupo de mulheres (16); - Associação; - Conselhos.	- Capacitação de sensibilização aos conselheiros; - Capacitação para organizações sociais.	- Falta de comunicação entre governo e conselhos; - Falta comunicação entre associações; - Dependência; - Fragmentação de associação com o anseio de mulheres. Fazer a própria associação.	Falta de capacitação.
Governador Jorge Teixeira	Sindicato, associações, associações de mulheres, conselhos municipais e cooperativas;	- Capacitar lideranças; - Fazer plano de desenvolvimento rural sustentável;	- Falta maior comprometimento das associações; - Tendências partidárias; - Falta motivação;	- Extinção das organizações; - Desmotivações; - Desconfianças;
Jaru	- Associação dos pecuaristas - cerca de 270 produtores atuantes (arrecadaram R\$ 515 mil para o hospital de Barretos (SP) - povo jaruense solidário); 48 associações rurais.	- Fazer cooperativa de produção; - Centro de Comercialização.	Falta de discussão junto com o poder público para planejamento das ações nos municípios e/ou territórios.	
Ji- Paraná	- Sede da FETAGRO; - Fundação Ji-Cred; - Sindicato consolidado e atuante; - Coocaram; - Grupo de Mulheres de Nova Colina (AMPE); ?(PAA), atinge 113 famílias; - Parcerias entre Governo; e sociedade civil; - Conselhos Municipais; - Associações rurais e de bairros.	(PAA), CONAB; - Merenda escolar (lei); - Fazer plano de ação para o CMDR.	- CMDR fragilizado (falta plano de ação); - Aprovação de projetos para a agroindústria; - Lideranças e escolaridade; - Pouca liderança - algumas famílias rurais estão fora das discussões de associações e cooperativas - (sem leme).	- Política institucional - MDA
Mirante da Serra	Conselhos; Conselho ambiental atuante; Sindicatos; Associação de mulheres.	Capacitação para as entidades.	Para maioria das entidades falta capacitação e liderança.	Fragmentação das entidades;
Nova União	- Sindicato; Associações; - Conselhos; Lideranças participativas.	- Liberação de projetos; - Recursos do estado (emendas).	Poucas pessoas envolvidas.	- Não consegue juntar pessoas para compor lideranças; - Extinção das organizações.

Fonte: Reuniões com representantes do CODETER por municípios do Território Central.

Quadro 25: Matriz Fofa da Dimensão Político Institucional dos Municípios Ouro Preto, Presidente Médici, Teixeiraópolis, Vale do Anari e Vale do Paraíso.

Município	Fortaleza	Oportunidades	Fragilidades	Ameaças
Ouro Preto	- Associações atuantes; - Cooperativas; - Conselhos municipais.	- Capitação de recursos para investimento em ações e/ou projetos; - Projeto de criação de entidades de reciclagem de resíduos, além de formação e/ou capacitações dos catadores.	- Falta estrutura física; - Comprometimento de lideranças; - Falta transparência das organizações.	Extinção das entidades formadas principalmente relacionada aos catadores de resíduos.
Presidente Médici	- Associações atuantes - Cooperativas - Conselhos municipais - Bom diálogo com poder público	- Capitação de recursos - Projeto de criação de entidades de reciclagem de resíduos, além de formação e/ou capacitações dos catadores.	- Falta estrutura física - Comprometimento das lideranças - Falta transparência das organizações - Tendências partidárias	- Falta de mobilização, divulgação das atividades de coleta e reciclagem de resíduos - Extinção das organizações
Teixeiraópolis	9 Associações rurais 1 Assoc. Pastoral de Mulheres 1 Assoc. De Mulheres 1 Cooperativa - Conselhos Municipais	Projeto em andamento (mulheres)	- Cooperativas desestruturadas 2 associações mais participativa - Comunicação - Falta motivação e capacitação para as associações - Organizações fragilizadas	- Falta de capacitações de gestão administrativa e institucional - Desconfiança – expectativas - Desmotivação
Vale do Anari	- Conselhos habilitados - CMDR forte - Sindicato rural 01 cooperativa 22 associações	- Capacitação para conselhos, sindicatos e cooperativas - Organizações junto com líderes - Plano de Desenvolvimento Rural sustentável	- Falta capacitação nos conselhos (líderes) - Falta capacitação nas cooperativas (líderes) - Menor orçamento da agricultura - Sem Conselho de Cultura	Acabar com as associações
Vale do Paraíso	- Sindicatos 13 associações - Conselhos 01 cooperativa - Lideranças participativas	- Liberação de projetos - Recursos do Estado (emendas)	- Poucas pessoas envolvidas - Muitas pessoas pertencem a vários conselhos	- Não consegue juntar pessoas para compor lideranças - Extinção das organizações

Fonte: Reuniões com representantes do CODETER por municípios do Território Central.

3.3. Dimensão Ambiental

Esta dimensão, de acordo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, consiste em valorizar e avaliar a situação dos componentes do meio ambiente dos Territórios e de seu bioma, assim como a diminuição dos passivos ambientais, visando o resgate socioterritorial e cultural de seu equilíbrio para a sustentabilidade.

As informações relativas aos aspectos geoambientais do Território Central (nos temas solos, relevo, hidrografia, clima e vegetação) foram compiladas, na grande maioria, do “Estudo Propositivo de Dinamização Econômica do Território Rural Central”, elaborado em 2005.

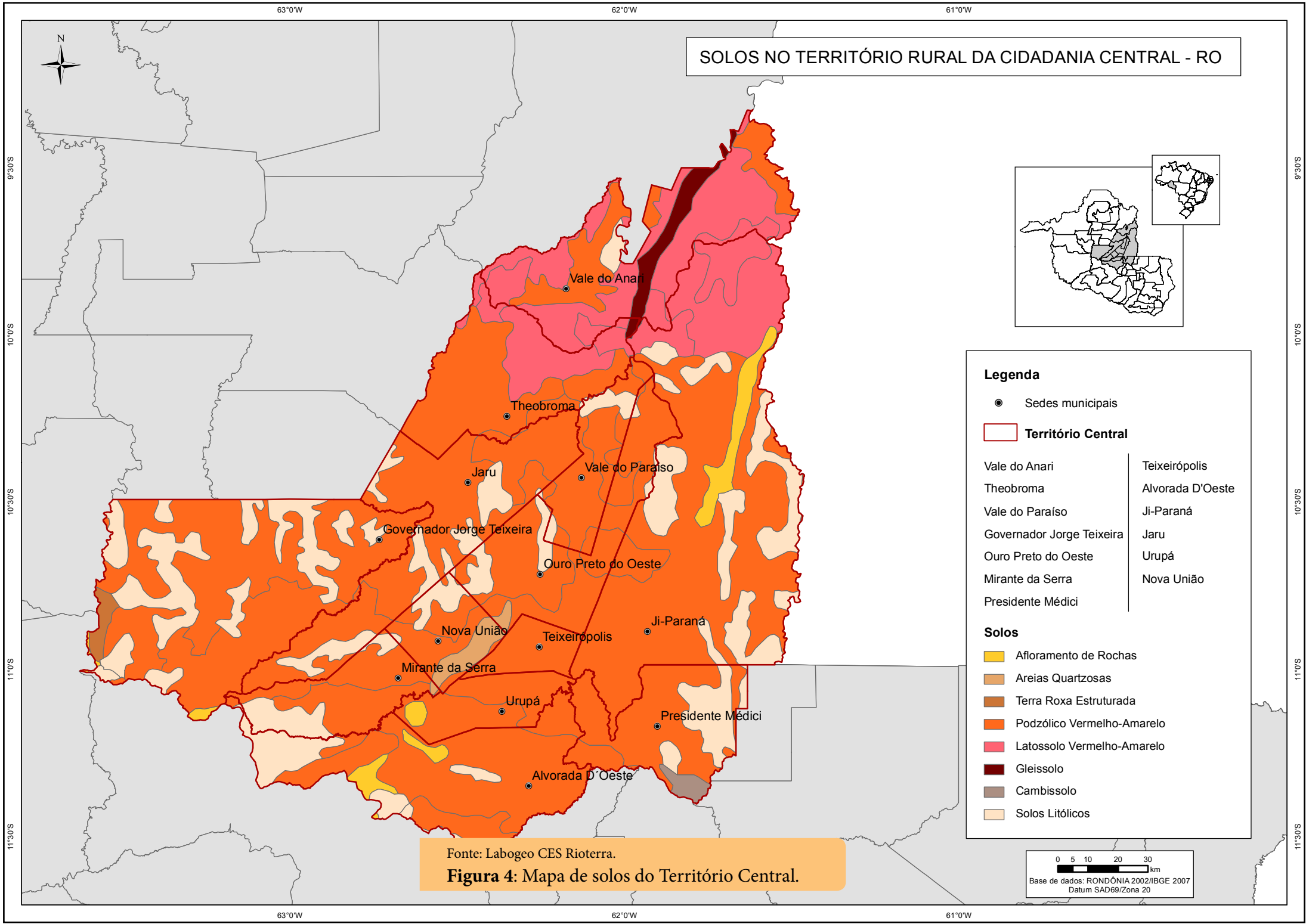




3.3.1. Solos

De acordo com o mapa de solos de Rondônia, as classes de solos predominantes na área do Território Central são o Latossolo Roxo, Latossolo Vermelho Escuro, Latossolo Vermelho-Amarelo Álico, Podzólico Vermelho-Amarelo Álico, Podzólico Vermelho-Escuro Eutrófico, Plintossolo, Gley Pouco Úmido, Solos Aluviais e incidências de Litossolos (Figura 4).

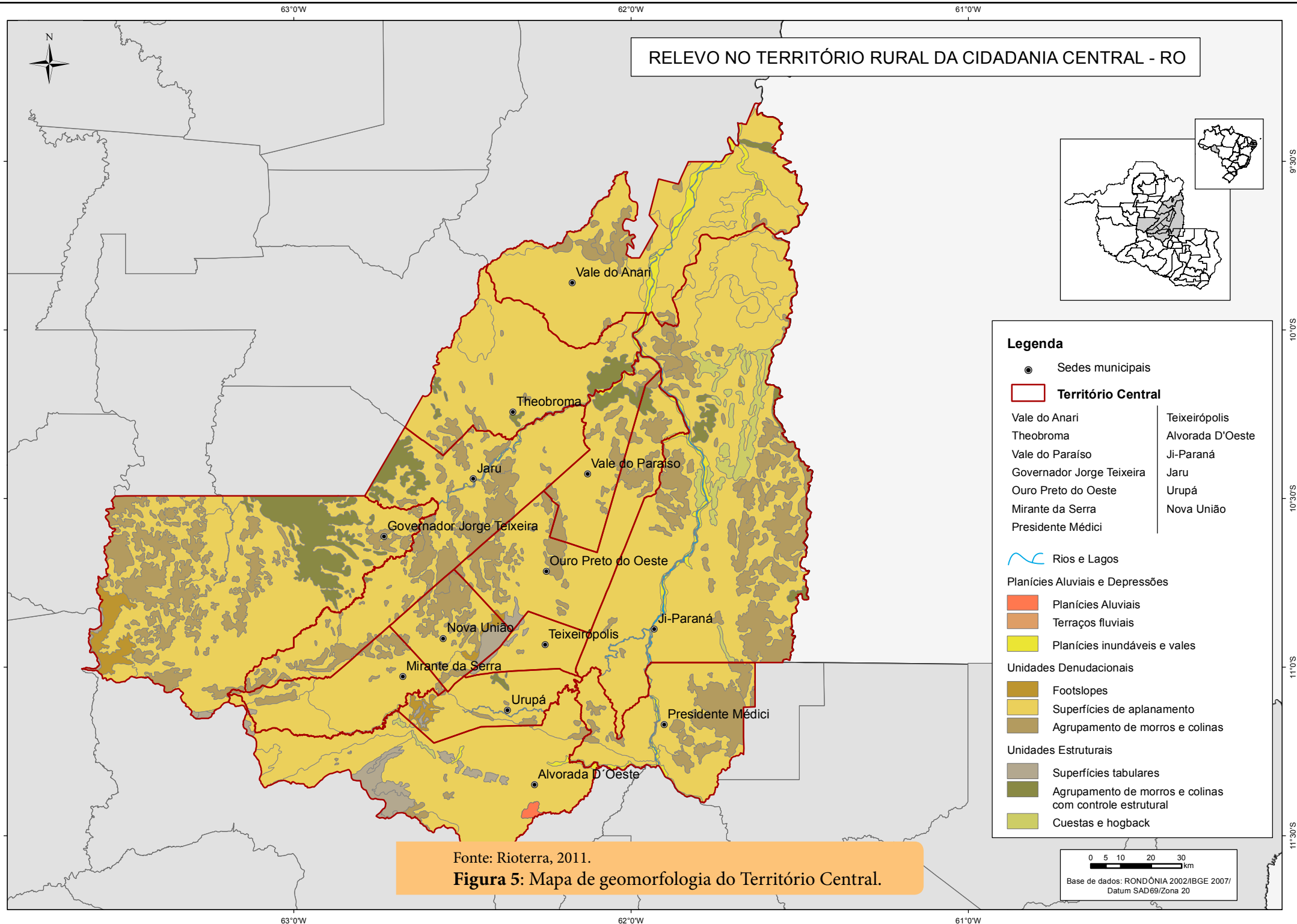
Há limitações nas áreas de relevo fortemente ondulado, principalmente devido à alta declividade da topografia e ao alto teor de alumínio nos solos álicos, pois sobre estes solos foram implantados os Projetos Integrados de Colonização (PIC) e assentamentos de reforma agrária nas décadas de 70 a 90. As terras de boa e média fertilidade natural (latossolo roxo, latossolo vermelho-escuro eutrófico e podzólico vermelho-escuro eutrófico) estão localizadas nas grandes propriedades (fazendas de exploração extensiva de gado de corte) e, mais recentemente, em alguns projetos de assentamento de reforma agrária (Figura 4).





3.3.2. Relevo

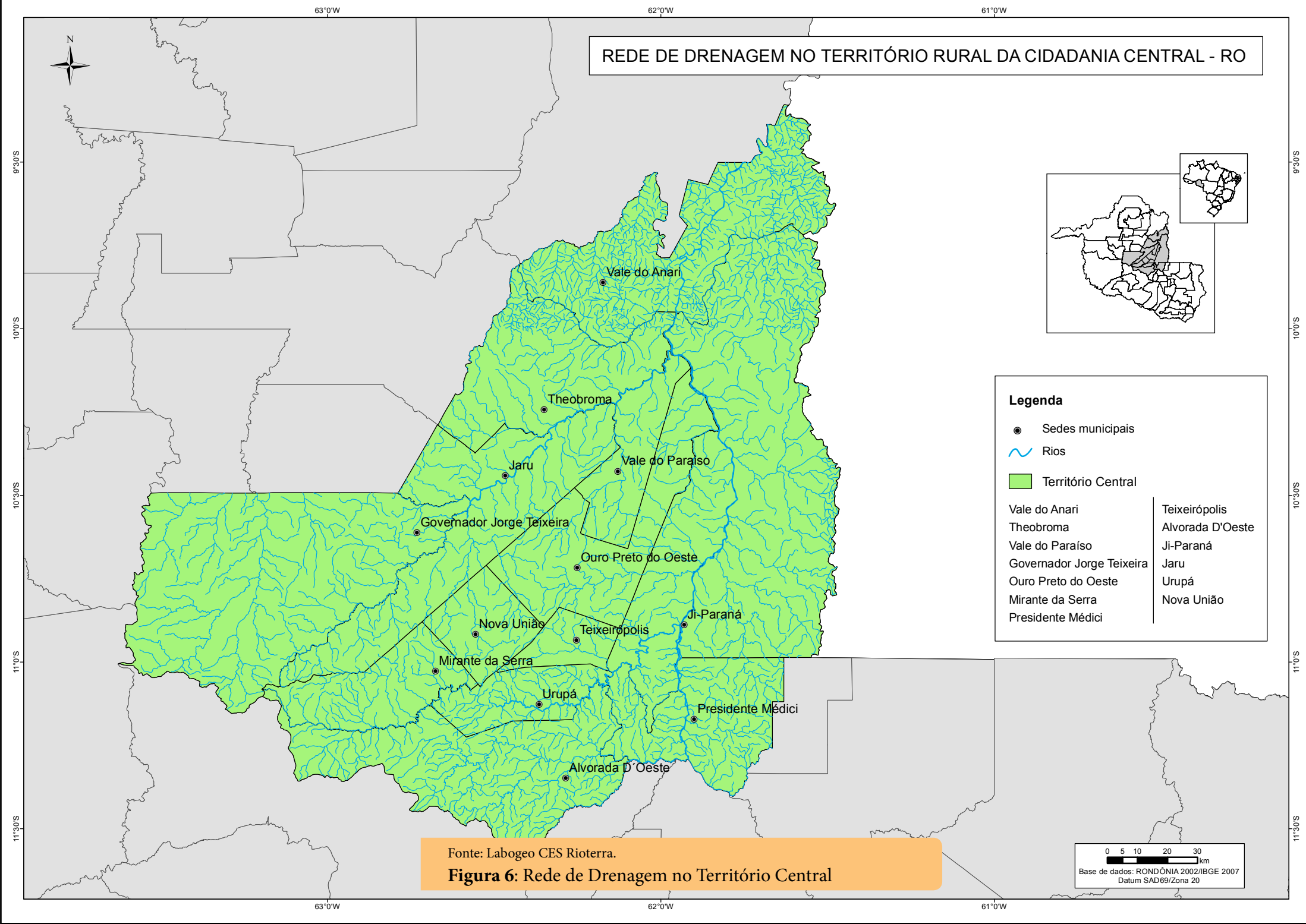
O relevo do Território Rural Central está localizado nas terras altas da Encosta Setentrional do Planalto Brasileiro, cuja altitude média varia entre os 300 e 500 metros, sendo que há pontos planos, ondulados e fortemente ondulados (Figura 5).





3.3.3. Hidrografia

A hidrografia do Território é constituída, principalmente, pela bacia do rio Machado ou Ji-Paraná, segundo maior afluente do rio Madeira. Há internamente as microbacias dos rios Urupá, Jarú, Machadinho, todos integrantes da bacia do rio Ji-Paraná. A maioria deles ainda se encontra pouco impactados pelo desmatamento e assoreamento.

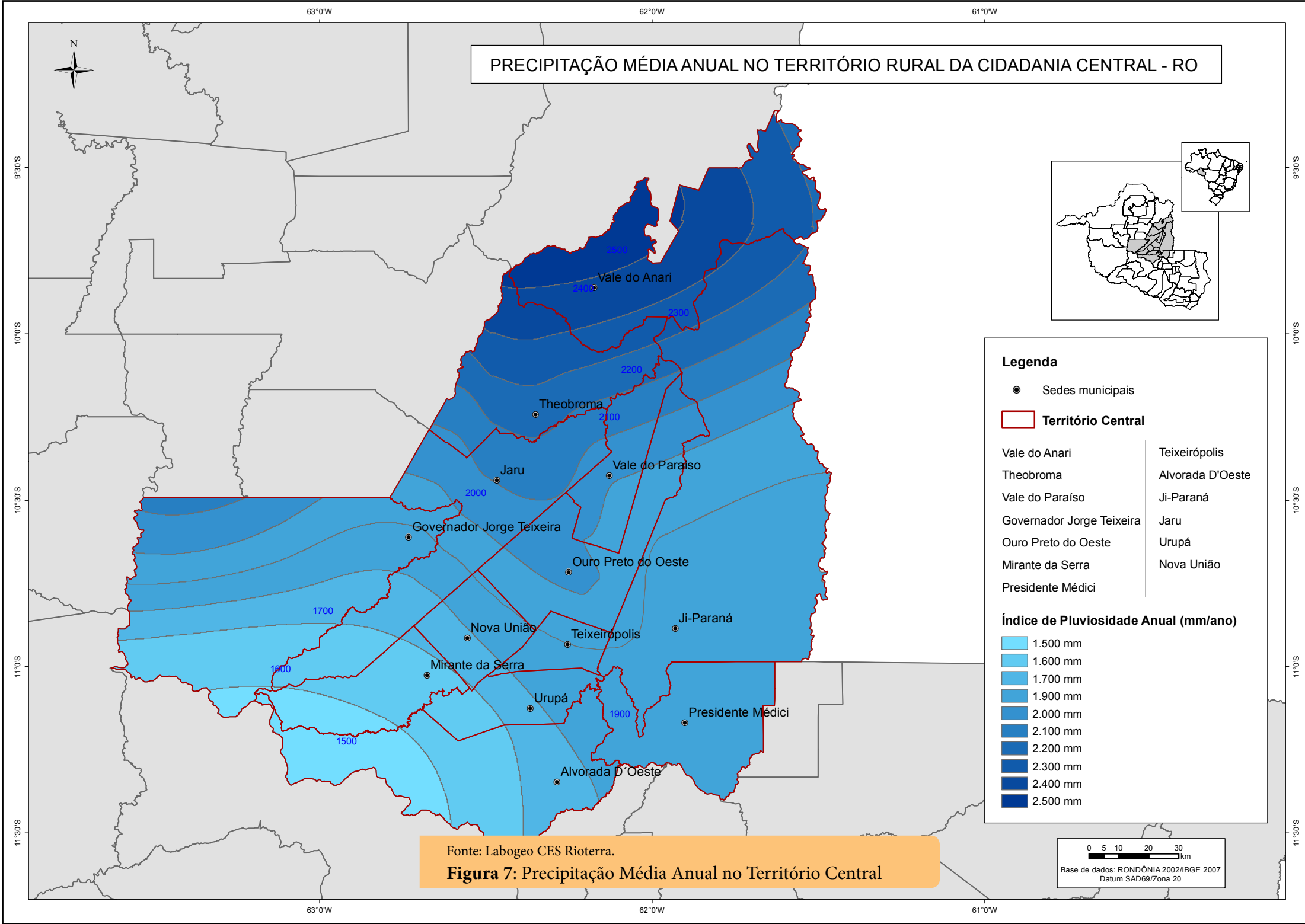




3.3.4. Clima

O clima do Território Central corresponde ao Equatorial quente e úmido (Am). Por estar no reverso da Encosta Setentrional do Planalto Brasileiro, recebe influências das massas de ar do Brasil Central, que por sua vez influencia na dinâmica das chuvas. A temperatura média anual está em torno dos 25°C e o índice pluviométrico varia de 1.500 mm a 2.000 mm. O período seco corresponde aos meses de maio a setembro.

Num curto período do ano (dias apenas), entre os meses de junho a agosto, a região sofre influência de ventos anticiclônicos que se formam nas altas latitudes e atravessam a cordilheira dos Andes, pelo sul do Chile, deslocando-se para a região amazônica, causando o fenômeno da “friagem”, isto é, uma brusca queda de temperatura.

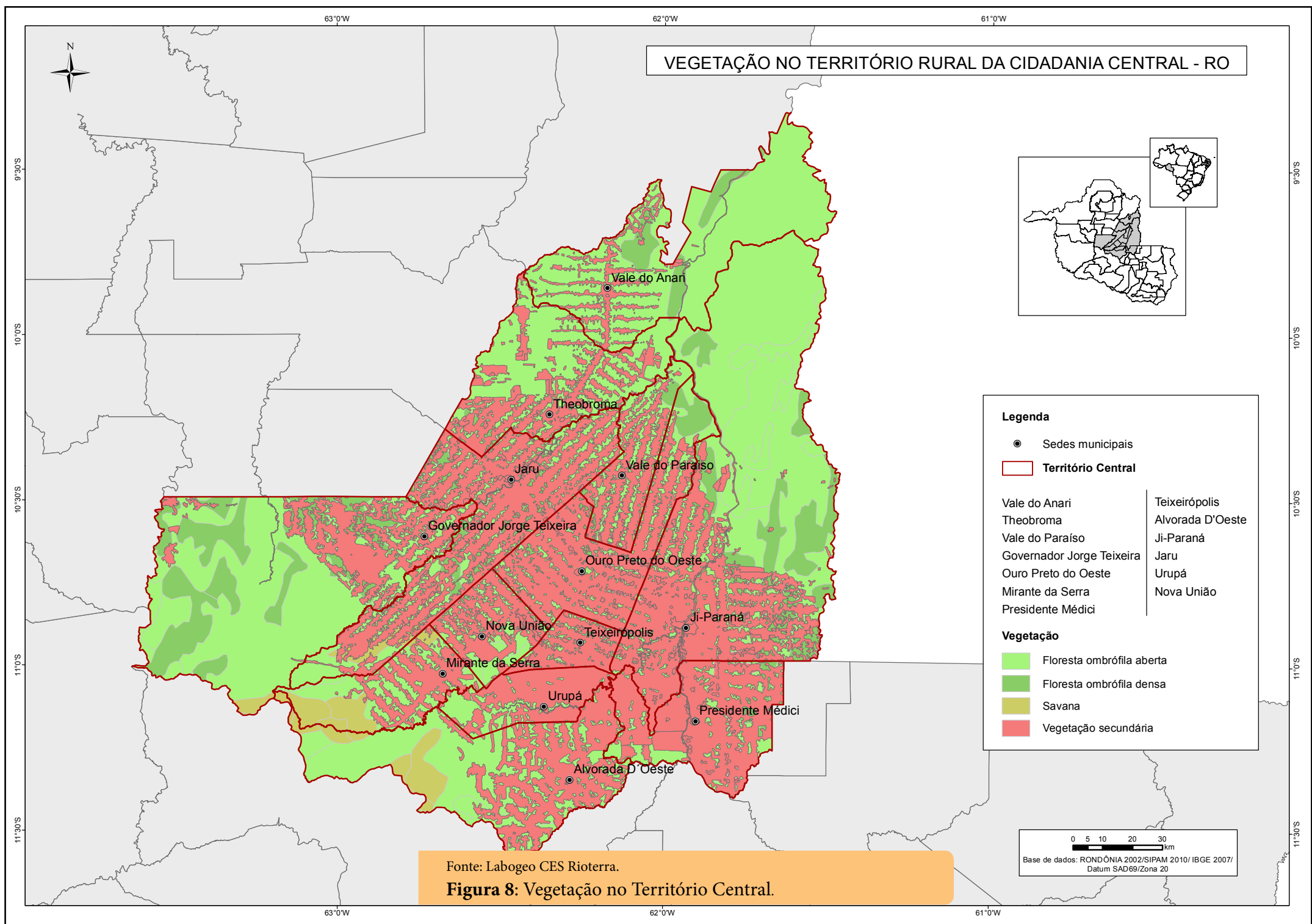




3.3.5. Vegetação

A cobertura original do Território Rural Central aponta para a Floresta Ombrófila Densa Submontana (Ds), Aberta (As) e floresta equatorial Subperenifólia. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 233, de 06 de junho de 2000, que estabeleceu a 2ª Aproximação do zoneamento socioeconômico e ambiental de Rondônia, grande parte do Território Central está inserido na zona 1, onde consta:

“São áreas com grande potencial social. Estão dotadas de infraestrutura suficiente para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, sobretudo estradas de acesso; concentram as maiores densidades populacionais do Estado; nelas localizam-se os assentamentos urbanos mais importantes. Os custos de oportunidade da preservação já se tornaram excessivamente elevados para garantir a conservação. Aptidão agrícola predominantemente boa. Apresenta vulnerabilidade natural à erosão predominantemente baixa”.



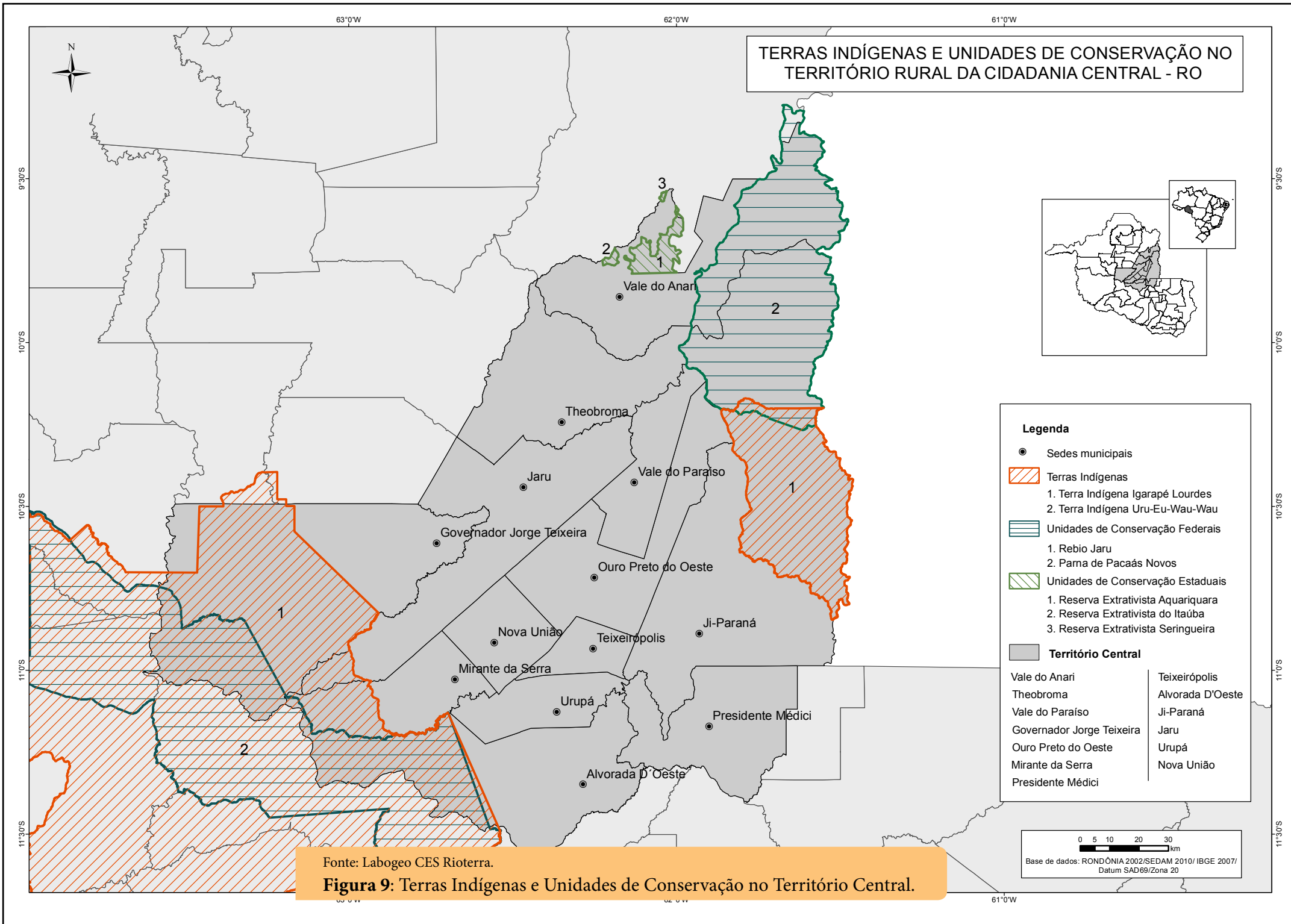


Isto identifica o alto grau de antropismo, ou seja, ação humana na região. Na figura 7, verifica-se a existência de áreas definidas na zona 3, que são conceituadas como “*Áreas Institucionais, constituídas pelas áreas protegidas de uso restrito e controlado, previstas em Lei e instituídas pela União, estado e municípios*”. Neste contexto estão parques, reservas extrativistas, terras indígenas e reservas biológicas. As comunidades indígenas, de acordo com a Figura 8, moram em áreas protegidas, que são as Terras Indígenas.

As Terras Indígenas (TI) do Território Central estão presentes nos municípios de Ji – Paraná (TI Igarapé Lurdes) e nos municípios de Governador Jorge Teixeira, Jarú e Mirante da Serra (TI Uru – Eu – Wau – Wau).

A TI Igarapé Lurdes é a que mantém maior relação geopolítica com o Território Central. Nesta Terra Indígena estão presentes duas etnias distribuídas em oito aldeias, comportando 1200 indígenas, sendo 700 da etnia Gavião e 500 da etnia Arara. As comunidades indígenas que residem na TI Uru – Eu – Wau – Wau têm relações com outros municípios fora do Território Central. Não foram identificadas comunidades quilombolas no território.

Estão presentes também, na área do Território Central 3 (três) Reservas Extrativistas (RESEX) que são unidades de conservação de uso sustentado (ver Figura 9), sendo: Aquariquara, Seringueira e Itaúba. Todas as 47 famílias estão localizadas no município de Vale do Anari, onde residem, de acordo com informações de lideranças dos extrativistas.





Ao analisarmos a Matriz Fofa da dimensão ambiental (Quadros 26 e 27), verificamos que em todos os municípios existe a consciência sobre a necessidade de desenvolver ações direcionadas ao meio ambiente. Podemos afirmar que no Território Central, uma das fortalezas mais significativas é a existência de um patrimônio ambiental composto por unidades de conservação, terras indígenas e espaços de belezas cênicas extraordinárias. Como oportunidade, o Território tem a possibilidade de elaborar projetos de sensibilização e de educação ambiental, aliando ações mais práticas, como a recuperação de matas ciliares e outros passivos ambientais.

Já com relação às fragilidades, estas residem em poucos estímulos e investimentos para desenvolver ações ambientais. A ameaça que mais preocupa é o êxodo rural, o desmatamento e a legislação (ter um caráter mais punitivo, e muito pouco educativo).

Quadro 26: Matriz Fofa da Dimensão Ambiental dos Municípios Alvorada do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Jaru, Ji-Paraná, Mirante da Serra e Nova União.

Município	Fortaleza	Oportunidades	Fragilidades	Ameaças
Alvorada do Oeste	- Parque Nacional Pacaás Novas, Unidade de conservação; - Implantação/Receptividade para recomposição de matas ciliares (sensibilização); 92% saneamento básico; - Potencial turístico.	- Conscientização ao produtor sobre recomposição de matas; - Palestras nas escolas sobre recuperação de matas ciliares e educação ambiental (in loco).	- Adesão de população à rede de esgoto; - Investimento de políticas públicas.	- Legislação ser mais específica, ou seja, voltada a realidade de cada região (ex. desmatamento em pequenas áreas pelo pequeno agricultor); - Êxodo rural de juventude devido às leis ambientais (não podem trabalhar - poucos alqueires de terra); - Lixão
Governador Jorge Teixeira	- Cachoeira; Reserva; - Potencial Turístico.	Projeto para implantação e conscientização ambiental nas escolas.	- Pouco Incentivo à preservação; - Falta investimento	- Êxodo rural para jovens; - Legislação não é específica de desmatamento para pequenas áreas (pequeno agricultor).
Jaru	- Mais consciência ambiental por parte das autoridades; - Produtores com mais consciência; - Cachoeira.	Projetos oportunizados pelo Programa Território da Cidadania para Conscientização Ambiental (Petrobras)	Sem matas ciliares	- Pressão de outros estados para comprar terras para fazerem fazendas; - Legislação específica diante da realidade de cada região.
Ji- Paraná	- Parque Ecológico Lagoa dos Buritis; - Biodiversidade rica; - O Rio Machado; - COMDEAM - Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental Ativo; - Recuperação de matas ciliares; - Recuperação de matas indígenas; - Metas de recuperação de matas ciliares através do Grupo Geav; - Educação Ambiental; - Curso técnico em floresta / Eng. Ambiental.	- Consolidação de projetos; - Projetos a serem desenvolvidos (ex. de recuperação de matas ciliares e vegetação em terras indígenas entre outros que vier a ser implementados).	- Comunicação com o sindicato rural em relação a viveiros; - Projeto PDA dos sindicatos (falta assessoria); - Secretaria Nacional da Amazônia, no Ministério do Meio Ambiente pouco atuante.	- Incêndios clandestinos (resultam em multas indevidas ao pequeno agricultor); - Incêndios criminosos; - Ocupação das ilhas fluviais.
Mirante da Serra	- Banhos (balneários) - Recuperação de matas ciliares; - Educação ambiental	- Implantação de viveiros; - Sensibilização	Desmatamento	- Implantação generalizada de pecuarização no município ou na região - Degradação do solo
Nova União	- Departamento de meio ambiente; - Conselho; - Banhos.	- Capitação de recursos para o desenvolvimento de ações e/ou projetos; - Projeto de recuperação de matas ciliares	Faltam mais informações	Degradação do solo e das matas ciliares

Fonte: Reuniões com representantes do CODETER, por municípios do Território Central.

Quadro 27: Matriz Fofa da Dimensão Ambiental dos Municípios Ouro Preto, Presidente Médici, Teixeiraópolis, Urupá, Vale do Anari e Vale do Paraíso.

Município	Fortaleza	Oportunidades	Fragilidades	Ameaças
Ouro Preto	- Parque Municipal - Reserva Biológica Chico Mendes - Recuperação da micro bacia do rio Boa Vista - Unidades de pesquisas - EMBRAPA e CEPLAC - Educação Ambiental - Bom capital social (nas ONGs)	- Projetos para implantação de viveiros - Áreas/reserva de coleta de sementes - Potencial turístico ecológico - Tornar centro de referência na Educação Superior Ambiental	Alto nível de desmatamento	- Implantação generalizada de pecuarização - Degradação do solo - Surgimento de lixões no entorno de unidades de conservação
Presidente Médici	- Rio Machado; - Bacia hidrográfica; 70 sítios arqueológicos catalogados (01 para visitação), 70 ilhas, corredeiras; - Arquipélago Cabaçarana - Secretaria Municipal de Meio Ambiente atuante; - Curso de Engenharia de Pesca; - RPPN legalizadas.	- Preservação e recuperação de matas ciliares (projeto do Território da Cidadania Central de Rondônia); - Implantação de unidades de conservação (RPPM, monumentos naturais, parque municipais) - Trabalho de conscientização.	- Degradação ambiental; - Falta mais educação ambiental e conscientização; - Falta de apoio por parte do Ministério do Meio Ambiente; - Lei de compensação (empresas tiram barro de matas ciliares); - CAERD – sem participação no município – não faz limpeza na água.	- Ausência de recursos; - Conscientização; - Órgãos de fiscalização.
Teixeiraópolis	- Propriedade Modelo - recuperação de matas ciliares; - Viveiro; - Escola faz conscientização	- Recuperação de matas ciliares (projetos); - Educação ambiental para sensibilizar a comunidade da importância de preservar e recuperar as matas ciliares.	- Falta consciência ecológica; - Viveiro fragilizado; - Falta fazer bem mais conscientização.	Alto grau de desmatamento

Quadro 27: Continuação

Município	Fortaleza	Oportunidades	Fragilidades	Ameaças
Urupá	Cachoeira T8; Rio Urupá; Propriedades rurais em pequenas áreas.	Projetos de recuperação de matas ciliares	Falta mais conscientização de proteção ao meio ambiente	- Degradação - Ocupação da Reserva
Vale do Anari	- Projeto “Plantando semente colhendo consciência”; 03 reservas extrativistas; 01 biológica; - Atrativos – corredeiras; - Educação ambiental participativa.	- Projetos (30 enviados); 54% reservas (49% biológica); - Levantamento de corredeiras; - Turismo ecológico.	- Reservas extrativistas ameaçadas; - Falta de capacitações técnicas de pessoal e articulação entre as entidades e a comunidade; - Projeto implantado sem funcionamento adequado; - Falta de apoio por parte do Ministério do Meio Ambiente; - Falta infraestrutura e capacitação de pessoal; - Falta de apoio para educação ambiental; - Sem apoio IBAMA E SEDAM; - Solos fracos.	- Queimadas; - Degradação de matas ciliares; - Sem conseguir diálogo com os produtores rurais.
Vale do Paraíso	- Departamento de meio ambiente; - Conselho; - Três balneários.	- Capacitação de recursos. - Projeto de recuperação de matas ciliares.	- Rio morrendo; - Faltam mais informações; - Falta apoio do poder público (educação e conscientização).	Rio Paraíso morrendo

Fonte: Reuniões com representantes do CODETER, por municípios do Território Central.

As comunidades indígenas, no que se refere à questão ambiental, identificam enquanto fortaleza a ocorrência de animais que são caçados e utilizados na alimentação; como oportunidades, a produção de sementes e mudas e, como ameaças, as ações de queimadas, grilagem de terras e a demora em ações de fiscalização. Não houve identificação de fragilidades (Quadro 28).

Quadro 28: Matriz Fofa Dimensão Ambiental, Temática Meio Ambiente com as Comunidades Indígenas do Território Central (modificada).

Fortalezas	Oportunidades	Ameaças
Presença de animais, caça/alimentação. “Plano de uso” da Terra indígena.	Produção de sementes e mudas.	Entorno, queimadas e grilagem de terras. Demora nas ações de fiscalização dos órgãos ambientais

Fonte: Reunião com comunidades indígenas no Território Central.

Os pescadores artesanais identificaram através da metodologia da Matriz Fofa, como oportunidades, o ecoturismo, a prática do pesque-solte, a produção e comercialização de peixes ornamentais e a coleta da fruta camu camu (*Myrciaria dúbia*), cujo fruto, rico em vitamina C, produz-se às margens de rios e lagos da região. Como fragilidades, citaram com maior ênfase a diminuição da produção de peixes devido à pesca predatória, além da eliminação das matas ciliares e ao uso de agrotóxicos. Como ameaças, falaram dos esgotos e dos agrotóxicos. Também expuseram sobre a abordagem praticada pelos agentes ambientais. Não houve citação de fortalezas (Quadro 29).

Quadro 29: Matriz Fofa Dimensão Ambiental, Temática Meio Ambiente com os Pescadores do Território Central (modificada).

Oportunidades	Fragilidades	Ameaças
Ecoturismo; Pesque-solte; Peixe artesanal; Extrativismo do camu camu (fruta).	Diminuição da produção de peixes (devido à pesca predatória, eliminação das matas ciliares e uso de agrotóxicos); Presença de “FORTES” atores sociais pescando de maneira irregular, sem uma ação efetiva dos os órgãos de fiscalização; Nenhuma informação sobre as barragens no Rio Machado (em Machadinho do Oeste).	Esgoto lançado no rio sem nenhum tratamento; Redução da mata ciliar; Agrotóxicos (morte de peixes); Segurança Pública; Coação de agentes de fiscalização; Invasão de propriedades; Furto de redes de pesca; Furto de peixes.

Fonte: Reunião com pescadores no Território Central.

Os Extrativistas, no Território Central, citaram como fortalezas a própria existência das Reservas Extrativistas (RESEX, são unidades de conservação de uso sustentável) e o desenvolvimento de projetos de manejos florestal comunitários nestas áreas protegidas. As oportunidades apontadas foram a produção de sementes e mudas e o manejo de animais silvestres. Como fragilidades, expuseram sobre a ausência de assessoria técnica e o pouco apoio governamental. As ameaças relatadas foram: grilagem, roubo de madeira e ameaças aos moradores das Reservas Extrativistas (Quadro 30).

Quadro 30: Matriz Fofa Dimensão Ambiental, Temática Meio Ambiente com os Extrativistas do Território Central (modificada).

Fortalezas	Oportunidades	Fragilidades	Ameaças
Reservas Extrativistas; Projeto de manejo florestal comunitário.	Sementes e mudas de espécies florestais; Manejo de animais silvestres Manejo de plantas: babaçu, tecido floresta, copaíba, açaí.	Ausência de assessoria técnica; Pouco apoio governamental; ICMS Verde (falta de informações).	Grilagens e invasões das Resex; Roubo de madeira; caça e pesca; Ameaças aos moradores

Fonte: Reunião com extrativistas no Território Central.



Ao analisarmos os dados secundários, estes demonstram que o Território Central tem forte pressão antrópica onde, em 2001, chegou

a ter 43% de sua área desmatada. A Tabela 14 demonstra os níveis de desmatamento ocorridos no Território Central, de 2001 a 2006.

Tabela 14: Níveis de Desmatamento no Território Central.

Município	Área (ha)	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Alvorada do Oeste	298.220,00	129.28,40	5.276,21	4.753,77	1.871,11	1.775,88	3.295,22
	%	43,36	1,77	1,59	0,63	0,60	1,10
Governador Jorge Teixeira	509.160,00	100.659,31	4.124,06	4.775,59	3.417,34	2.756,53	4.785,13
	%	19,77	0,81	0,94	0,67	0,54	0,94
Jaru	290.960,00	224.981,36	3.138,83	4.473,59	3.48,73	794,33	1.307,98
	%	77,32	1,08	1,54	1,20	0,27	0,45
Ji-Paraná	62.250,00	221.529,01	16,2385	4.767,69	1.276,71	2.542,50	1.121,78
	%	32,00	0,00	0,69	0,18	0,37	0,16
Mirante da Serra	125.370,00	52.827,19	1.362,09	2.342,96	1.397,56	583,26	443,95
	%	42,14	1,09	1,87	1,11	0,47	0,35
Nova União	80.410,00	59.294,79	1.063,83	1.816,40	984,95	266,24	259,41
	%	73,74	1,32	2,26	1,22	0,33	0,32
Ouro Preto do Oeste	197.820,00	162.806,34	1.113,65	1.940,04	778,07	827,92	935,70
	%	82,30	0,56	0,98	0,39	0,42	0,47
Presidente Médici	169.340,00	145.526,94	1.802,53	1.21,22	880,21	1.077,98	1.18,29
	%	85,94	106,00	0,72	0,52	0,64	0,70
Teixeirópolis	45.580,00	38.411,06	123,4087	737,87	281,35	265,96	309,91
	%	84,27	0,27	1,62	0,62	0,58	0,68
Theobroma	219.900,00	133.648,69	4.105,72	8.530,76	2.260,35	2.267,01	3.240,86
	%	60,78	1,87	3,88	1,03	1,03	1,47
Urupá	84.970,00	64.027,95	1.554,22	1.104,30	1.040,46	493,40	795,72
	%	75,35	1,83	1,30	1,22	0,58	0,94
Vale do Anari	313.630,00	74.444,08	5.675,68	11.502,98	6.035,75	6.029,78	2.205,23
	%	23,74	1,81	3,67	1,92	1,92	0,70
Vale do Paraíso	96.720,00	72.854,65	1.080,90	2.127,00	1.107,83	1.258,75	518,01
	%	75,33	1,12	2,20	1,15		
Total Território	2.494.330,00						
Rondônia	23.851.280,00	5.948.502,00	344.773,45	381.099,76	373.842,96	331.402,38	277.329,54
	%	24,94	1,45	1,60	1,57	1,39	1,16

Fonte: EXEC. TECNOMAPAS 2001/02 SEDAM 2003/04/05/06/07/2008 – Extraído do DIAGNÓSTICO DOS PRINCIPAIS VETORES, DINÂMICA E TENDÊNCIAS DO DESMATAMENTO NO ESTADO DE RONDÔNIA – maio de 2009

De um modo geral, observamos ter havido uma queda nas taxas de desmatamento entre 2002 e 2005. Porém, em 2006, os dados apontam uma rápida evolução nas taxas de desmatamento em Alvorada DO Oeste, Governador Jorge Teixeira, Jarú, Teixeiraópolis, Theobroma e Urupá. O município de Ji-Paraná demonstra ser o mais preservado, contudo, esta situação é reflexo dos sucessivos desmembramentos para a criação de outros municípios, ficando Ji-Paraná com unidades de conservação em sua área geográfica.

As áreas protegidas no Território Central são reservas extrativistas, terras indígenas, reservas biológicas, parques municipais e também há reservas particulares do patrimônio natural.

Na oficina sobre a temática meio ambiente, realizada em março de 2011, foram feitas algumas considerações, a citar: a) a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM não cumpre um papel educativo; somente faz fiscalização e aplicando multas; b) há completa falta de informações sobre os impactos que serão gerados pelas hidroelétricas no rio Machado (Usina de Tabajara, no município de Machadinho do Oeste - no Território Vale do Jamari); e c) faz-se necessário a sociedade se preparar para a elaboração de projetos de compensação ambiental, além da urgência em se recuperar as matas ciliares no Território Central.

3.4. Dimensão Socioeconômica

Esta dimensão procura a organização social e econômica dos territórios segundo suas potencialidades, capazes de se tornarem dinamizadoras do desenvolvimento e geradoras das competências sistêmicas para a sustentabilidade. Caracteriza-se, portanto, por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes, a partir da construção dos níveis da acumulação territorial e o desenvolvimento constante da produtividade e da sustentabilidade socioprodutiva.

3.4.1. Perfil Propriedades Rurais do Território Central.

Considerado as propriedades rurais localizadas no Território Central, estas se encontram distribuídas em áreas de menos de 100 hectares (de acordo com a Tabela 39, abaixo), num total de 23.242 propriedades rurais. Destacam-se propriedades com áreas entre 5,0 a 10,0 hectares (com 9.485 propriedades rurais). A Tabela 15 mostra ainda que somente 3,0% das propriedades do Território Central têm área maior do que 200 hectares.

Aparentemente existe uma boa distribuição de terras no Território Central, o que podemos presumir estarem sendo utilizadas por pequenos agricultores familiares.

Tabela 15: Perfil Fundiário do Território Central – RO.

TERRITÓRIO	Grupo de Área		Até 2,0 ha	De 2,1 a 5,0 ha	De 5,1 a 10,0 ha	De 10,1 a 20,0 ha	De 20,1 a 50,0 ha	De 50,1 a 100,0 ha	De 100,1 a 200,0 ha	Mais de 200,0 ha	Total
CENTRAL	Est. Rurais	nº	199	1640	9485	2177	4781	4960	3222	819	27.283
		%	0,7	6,0	34,8	8,0	17,5	18,2	11,8	3,0	100,0
	Área	Ha	198	6.172	11.079	31.584	153.486	322.727	361.466	282.603	1.169.315
		%	0,1	0,5	0,9	2,7	13,1	27,6	30,9	24,2	100,0
	Área Média (ha)		1,0	3,8	1,2	14,5	32,1	65,1	112,2	345,1	42,9
TOTAL DO ESTADO	Est. Rurais	nº	1450	33296	48367	91166	450680	910738	1045409	4131999	6713105
		%	0,02	0,50	0,72	1,36	6,71	13,57	15,57	61,55	100,0
	Área	Ha	200	6.179	11.089	31.613	153.552	322.858	361.702	284.464	1.169.498
		%	0,02	0,53	0,95	2,70	13,13	27,61	30,93	24,32	100,2
	Área Média (há)		0,14	0,19	0,23	0,35	0,34	0,35	0,35	0,07	0,17

Fonte: Valter Carvalho- contato pessoal – (Obs: não há citação temporal).

Desta forma, o quadro 31, apresenta o número de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), cadastradas no Território Central (de acordo com pesquisa realizada em outubro de 2010). A DAP é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf (uma linha de crédito rural do governo federal). Para obter a DAP, o agricultor familiar deve dirigir-se a um órgão ou entidade credenciada pelo MDA, munido de CPF e de dados de seu estabelecimento e de sua produção (área, número de pessoas residentes, composição da força de trabalho e da renda, endereço completo).

Quadro 31: Número de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) no Território Central.

Municípios	Nº DAP
Alvorada do Oeste	575
Governador Jorge Teixeira	446
Jaru	1565
Ji – Paraná	759
Mirante da Serra	695
Nova União	607
Ouro Preto do Oeste	582
Presidente Médici	1262
Teixeirópolis	177
Theobroma	400
Urupá	697
Vale do Anari	596
Vale do Paraíso	416
Total	8.777

Fonte: MDA, 2010.



3.4.2. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais. São beneficiárias do PRONAF as pessoas que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento, mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao Programa (DAP). A Tabela 16 demonstra a movimentação do PRONAF no Território Central nos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010.

Tabela 16: Números de contratos e valor movimentado pelo PRONAF, no Território Central, entre os anos de 2007 a 2010.

Ano	Número de contratos	Valor movimentado (R\$)
2007	5.947	35.643.661,48
2008	3.139	22.923.065,34
2009	4.948	62.773.249,18
2010	5.071	89.462.209,98

Fonte: Banco Central, 2010. Adaptada pelo consultor territorial.

3.4.3. Produção Agropecuária.

Na questão produtiva, no Território Central, de acordo com a Tabela 17, abaixo, e conforme os dados de 2009, há uma forte produção

de café e de banana o que leva a considerar haver certo cuidado com os solos (com adubação e calagem, por exemplo).

Tabela 17: Lavoura Permanente Território Central - dados de 2009.

Município	Abacate		Banana		Cacau		Café		Laranja	
	Produção (ton)	Área plantada (ha)	Produção (ton)	Área plantada (ha)	Produção (ton)	Área plantada (ha)	Produção (ton)	Área plantada (ha)	Produção (ton)	Área plantada (ha)
Alvorada do Oeste	—	—	406	50	80	140	1952	2503	51	5
Governador Jorge Teixeira	12	1	1.114	120	475	835	788	1875	80	8
Jaru	—	—	881	126	1.798	3259	1470	3500	—	—
Ji-Paraná	23	2	820	101	226	480	1092	2600	111	10
Mirante da Serra	—	—	766	110	225	463	1627	3390	110	10
Nova União	10	1	626	90	120	195	410	1600	31	3
Ouro Preto do Oeste	10	1	974	105	1.258	1998	1440	4000	55	5
Presidente Médici	54	5	650	70	58	86	1103	2450	350	25
Teixeirópolis	—	—	371	40	127	245	184	540	21	2
Theobroma	—	—	1.135	115	551	950	2084	3492	104	10
Urupá	10	1	612	66	584	958	710	1690	105	10
Vale do Anari	10	1	775	105	137	269	2563	5340	52	5
Vale do Paraíso	12	1	264	38	242	467	1457	5060	53	5

Fonte: IBGE Cidadesit, 2010.

Contudo, se consideramos as áreas plantadas das lavouras temporárias, tendo por base dados de 2009 (Tabela 18) verificamos não haver uma boa diversificação da produção agrícola.

Tabela 18: Lavoura Temporária, dados de 2009.

Município	Abacaxi		Cana-de-açúcar		Mandioca		Melancia		Tomate	
	Produção (ton)	Área plantada (ha)	Produção (ton)	Área plantada (ha)	Produção (ton)	Área plantada (ha)	Produção (ton)	Área plantada (ha)	Produção (ton)	Área plantada (ha)
Alvorada do Oeste	82	5	215	5	5.130	285	74	5	13	1
Governador Jorge Teixeira	55	3	279	5	6.922	416	178	12	45	3
Jaru	—	—	594	11	11.268	626	209	14	41	3
Ji-Paraná	115	7	864	15	7.812	434	688	46	240	20
Mirante da Serra	70	4	876	15	5.940	330	144	12	33	3
Nova União	17	1	173	3	3.114	173	29	2	—	—
Ouro Preto do Oeste	17	1	500	9	23.400	1300	441	30	99	7
Presidente Médici	350	20	1.925	35	9.000	500	218	15	68	5
Teixeirópolis	35	2	232	4	1.800	100	101	7	264	20
Theobroma	17	1	37	1	750	504	1050	252	—	—
Urupá	34	2	351	6	4.140	253	27	2	94	8
Vale do Anari	263	15	1.150	20	11.900	700	75	5	20	2
Vale do Paraíso	17	1	218	5	2.040	120	140	10	—	—

Fonte: IBGE Cidadesit, 2010.

De acordo com a Tabela 19, ao analisarmos os anos de 2007 e 2009, considerando a lavoura branca (excluída a mandioca), houve uma redução da área plantada e, conseqüentemente, da produção de arroz, exceto em Presidente Médici e Vale do Anari, que apresentaram

aumento. Já a produção de feijão, de uma forma geral manteve uma tendência de alta. A produção de milho também apresentou aumento, contudo, foi significativa a redução de área e produção nos municípios de Governador Jorge Teixeira e Jaru.

Tabela 19: Lavoura Branca no Território Central.

Município	Arroz				Feijão				Milho			
	2007		2009		2007		2009		2007		2009	
	Produção (ton)	Área plantada (ha)	Produção (ton)	Área plantada (ha)	Produção (ton)	Área plantada (ha)	Produção (ton)	Área plantada (ha)	Produção (ton)	Área plantada (ha)	Produção (ton)	Área plantada (ha)
Alvorada do Oeste	3.111	2.074	2.801	1.867	879	1928	1099	1832	2059	1560	2059	1560
Governador Jorge Teixeira	1.413	785	1.413	785	527	975	594	1100	3598	2205	982	1967
Jaru	3.074	1.464	2.516	1.198	843	1403	843	1405	4.935	2.350	2.350	4.935
Ji-Paraná	576	320	270	150	348	580	365	609	2024	1012	2226	1113
Mirante da Serra	2.400	1.600	1.271	847	1.666	2776	1457	2914	3740	2200	4680	2400
Nova União	630	450	532	380	507	1300	450	750	1.200	800	1.320	880
Ouro Preto do Oeste	720	400	450	250	500	1000	660	1320	1620	900	2160	1200
Presidente Médici	1.440	1.200	7.410	2.600	924	2310	1525	2541	3308	1575	3637	1732
Teixeirópolis	725	403	621	345	120	500	367	612	2072	1120	1968	1064
Theobroma	2.162	1.201	2.378	1.321	161	505	170	505	2.376	1.828	3.279	2.102
Urupá	869	483	783	435	853	2030	1279	2132	5064	2110	5822	2426
Vale do Anari	3.600	2.000	7.440	4.000	199	414	265	650	2970	1650	4347	2100
Vale do Paraíso	500	885	225	300	400	1000	407	820	4.200	2.800	4.410	2.940

Fonte: IBGE Cidadesit, 2010.

Dando apoio ao fortalecimento da agricultura familiar, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em Rondônia, realizou operações de compra direta da agricultura familiar e doação simultânea no Território Central envolvendo, na região, 5.817 produtores rurais entre os anos de 2009 e 2010. Estas operações dizem respeito à aquisição de feijão, hortifrutigranjeiros e castanha do Brasil (Tabela 20).

Tabela 20: Número de Produtores Atendidos pela CONAB/ RO no Território Central.

Município	Nº de produtores atendidos
Alvorada do Oeste	67
Governador Jorge Teixeira	18
Jaru	209
Ji - Paraná	421
Ouro Preto	772
Presidente Médici	41
Urupá	89
Total	1.617

Fonte: CONAB/SUREG/RO. Adaptada pelo consultor territorial, 2010.

Com relação à produção pecuária, especificamente com o rebanho bovino, no documento *Arranjo Produtivo Local – Pecuária de Leite de Ji-Paraná-RO – Plano de Desenvolvimento Preliminar*, há a seguinte citação:

“Em relação à concentração do gado leiteiro no estado observa-se que a bacia leiteira encontra-se localizada no polo de Ji-Paraná, somando-se para esta atividade dois municípios: a sede do polo e Jaru. Porém, a representação da bacia é quase o dobro do segundo colocado no ranking do Estado” (Tabela 21).

Tabela 21: Municípios com Maior Rebanho de Gado Leiteiro em Rondônia.

Município	2004	2005
Jaru	288.827	317.697
Ouro Preto do Oeste	259.043	267.501
Ji - Paraná	192.639	200.569
Governador Jorge Teixeira	125.428	146.726
Presidente Médici	111.950	135.757
Vale do Paraíso	128.266	128.390
Alvorada do Oeste	141.016	125.363

Fonte: SEAPES, 2007.

É imprescindível destacar que o município de Jaru possui o maior rebanho de gado leiteiro do estado, sendo o 1º (primeiro) em produção nesse rebanho, e o 11º (décimo primeiro) em produção de leite do Brasil, como se pode observar na Tabela abaixo.

Tabela 22: Principais Municípios Rondonienses na Produção de Leite do ano de 2005.

Município	Mil litros/dia
Jaru	206
Ouro Preto do Oeste	194
Ji - Paraná	114
Governador Jorge Teixeira	104
Nova Mamoré	89
Urupá	87
Vale do Anari	86

Fonte: MDIC, 2007.

A Tabela 23 mostra que o rebanho bovino apresentou entre os anos de 2004 e 2005 uma alta de 5,0%, em média, por município, com destaque para Governador Jorge Teixeira. Contudo, no ano de 2008 há uma tendência geral de queda onde, novamente, exclui-se o município de Governador Jorge Teixeira.

Tabela 23: Pecuária no Território Central.

Município	Bovinos				Suínos (2008)	Ovinos (2008)	Galinhas (2008)	Leite (mil litros)
	2004 (*)	2005 (*)	Variação (%) (*)	2008				
Alvorada do Oeste	236.845	251.173	6,05	222.937	2.968	1.500	20.834	26.935
Governador Jorge Teixeira	197.981	222.454	12,36	238.092	3.289	986	25.013	37.363
Jaru	504.004	525.369	4,24	491.908	7.834	3.868	49.739	72.691
Ji-Paraná	488.532	497.822	1,90	424.770	5.980	6.792	47.422	34.260
Mirante da Serra	99.672	103.407	3,75	102.486	3.146	669	20.338	16.887
Nova União	119.347	127.248	6,62	118.207	3.119	720	19.828	23.382
Ouro Preto do Oeste	351.553	359.948	2,39	332.295	6.347	2.024	34.650	60.592
Presidente Médici	288.775	286.266	-0,87	269.672	4.138	2.515	28.765	26.589
Teixeirópolis	86.530	90.519	4,61	86.986	2.343	373	12.738	13.492
Theobroma	233.603	255.134	9,22	242.849	2.528	1.528	19.805	26.996
Urupá	139.544	153.665	10,12	148.178	4.415	1.066	32.968	32.050
Vale do Anari	100.079	111.978	11,89	113.613	2.425	567	16.712	31.784
Vale do Paraíso	150.392	160.569	6,77	150.423	3.008	1.007	20.298	27.242

Fonte: (*) MDA (SIT), 2011. Demais dados IBGE (cidades), 2010.

No entanto, de acordo com dados publicados em 2002 (Tabela 24), o setor agropecuário é o que menos gerou empregos. E, considerando a defasagem nos dados apresentados não se tem como estimar a relação

entre este setor econômico e a geração de empregos, no Território Central de Rondônia.

Tabela 24: Empregos Gerados por Setor da Economia no Território Central.

Município	Indústria	Comércio	Serviços	Agropecuária
Alvorada do Oeste	197	180	657	41
Governador Jorge Teixeira	33	5	319	4
Jaru	2.138	1.445	1.862	113
Ji-Paraná	3.527	4.961	5.553	397
Mirante da Serra	147	112	441	15
Nova União	31	22	177	6
Ouro Preto do Oeste	662	997	1.449	135
Presidente Médici	175	318	787	82
Teixeirópolis	33	12	251	0
Theobroma	53	8	256	63
Urupá	41	62	289	8
Vale do Anari	66	5	217	2
Vale do Paraíso	21	41	328	13
Total Território	7.124	8.168	12.586	879

Fonte: SNIU, 2002.

Porém, como contradição, o setor rural é o que se sobrepõe quanto ao número de estabelecimentos, com crescimento notório (Tabela 25).

Tabela 25: Número de Estabelecimentos por Setor da Economia no Território Central.

Município	Agências Bancárias	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Rurais
Alvorada do Oeste	1	14	2	56	23	1.129
Governador Jorge Teixeira	0	2	0	3	1	1.267
Jaru	3	63	31	220	86	2.748
Ji-Paraná	6	200	64	703	357	2.490
Mirante da Serra	0	13	3	47	20	1.536
Nova União	0	2	0	4	5	862
Ouro Preto do Oeste	3	53	11	204	97	2.410
Presidente Médici	2	14	3	89	32	2.863
Teixeirópolis	0	1	1	2	4	733
Theobroma	0	5	0	2	3	1.228
Urupá	0	4	3	38	12	1.904
Vale do Anari	0	2	0	3	2	990
Vale do Paraíso	0	3	1	9	5	1.208
Total Território	15	376	119	1380	647	21368

Fonte: SNIU, 2002.

3.4.4. Sistemas de Produções

O Território Central contempla quatro distintos eixos produtivos: agrícola, pecuária bovina, agroextrativista e agroflorestal.

3.4.4.1. Produção Agrícola

O sistema de produção agrícola consiste em uma combinação de culturas anuais alimentares (arroz, milho, feijão, mandioca e seus derivados) com culturas perenes (café, cupuaçu, banana, cacau, guaraná, laranja, etc.), além de hortaliças, melancia, frutíferas, podendo ser caracterizado como um sistema de cultivo diversificado. A agricultura alimentar constitui-se, na maioria dos casos, no componente dominante do sistema, porém, a pecuária bovina, principalmente de leite, mesmo em pequena escala vem assumindo uma importância cada vez maior no Território. A funcionalidade desse sistema dá-se pela entrada de insumos modernos que associados à entrada de recursos naturais propicia a produção das culturas.

Por outro lado, o Sistema de Produção Agrícola apresenta baixa diversidade de comunidade de espécies quando comparado aos outros sistemas (agroextrativista e agroflorestal). Ele está organizado sob a forma de produção familiar, com a presença do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) - de acordo com José Fernandes Rego -, em análise econômica do Sistema de Produção Familiar Rural, da região do vale do Acre, 2003 - associações e cooperativas. Este sistema é um dos que mais altera a estrutura do sistema ecológico devido a sua forma de produção que é predominantemente itinerante, com práticas de derruba e queima e prática de pecuária extensiva para bovinocultura. Esse eixo produtivo também está em expansão no Território, embora de forma tímida, nas atividades agrícolas como a produção de mel, piscicultura e suinocultura.

É mediante a política de reforma agrária do INCRA que se dá a forma de acesso a terra. Outras formas de acesso são por compra, posse, troca, arrendamento e herança. A política agrária do INCRA tem tido importante e significativo impacto no meio rural, tanto em termos de Território como em termos de Estado de Rondônia.

3.4.4.2. Produção Pecuária Bovina

O sistema de produção pecuária bovina é caracterizado pela criação de gado zebuino tanto de corte como de leite. A funcionalidade desse sistema consiste na entrada de insumos modernos que associados às entradas de recursos naturais (áreas de florestas primárias como em secundárias) são abandonadas pelos agricultores após esgotamento nutricional. Esse sistema apresenta a mais baixa diversidade de comunidade de espécies quando comparada com os outros sistemas. As propriedades de agricultores familiares que possuem rebanho bovino desenvolvem esta atividade em áreas que já foram de lavouras temporárias e que estão degradadas, mas também utilizam a técnica de derruba-queima da floresta nativa para formar novas pastagens. Neste sistema de produção o nível de impacto ou perturbação ao ecossistema é bastante elevado devido à forma de produção extensiva e degradante ao meio ambiente.

3.4.4.3. Produção Agroextrativista

O sistema de produção agroextrativista é caracterizado pela combinação da atividade extrativista de extração de madeira associado a uma agropecuária de subsistência complementar. A funcionalidade do componente extrativo consiste em entradas quase que exclusivamente naturais, exceto o insumo de energia humana; e na saída de produtos extrativos da floresta. O ecossistema natural de enorme riqueza e

diversidade de espécies é a principal base produtiva onde o trabalhador extrativista intervém com o propósito de atender às suas necessidades. O plano de manejo é simples consistindo num projeto de manejo comunitário para a retirada da madeira. Neste sistema de produção, o nível de impacto ou perturbação ao ecossistema é realizado para minimizar danos ambientais, porém, a extração madeireira, mesmo que seja de impacto reduzido sempre irá causar impactos ao meio ambiente.

No Território Central estão presentes as Reservas Extrativistas: Itaúba e Aquariquara, localizadas no município de Vale do Anari. A atividade de pecuária mesmo dentro das Resex é praticada de forma extensiva; para a lavoura temporária e permanente o sistema é de derruba-queima da vegetação primária. Porém, há intensas atividades de exploração florestal madeireira de forma ilegal uma vez que existe grande debilidade em termos de vistoria e fiscalização dessa atividade por parte das instituições competentes.

Não há por parte do governo programas com ações direcionadas para o fortalecimento desse eixo produtivo aliado à fragilidade das associações e cooperativas existentes dentro das Resex, que não possuem estrutura de funcionamento nas áreas de gestão, recursos humanos e materiais e inexistência de incentivo à produção extrativista. Isso resulta na decadência da produção agroextrativista e no atual processo de degradação ambiental em que se encontram as Resex existentes no Território Central.

Neste Território existem duas reservas indígenas: T.I. Uru-Eu-Aw-Aw (abrangendo os municípios de Gov. Jorge Teixeira, Jaru e Mirante da Serra) e T.I Igarapé Lurdes (no município de Ji-Paraná), onde toda a produção, principalmente de mandioca, é para o consumo de subsistência.

3.4.4.4. Pesca e Piscicultura

Em relação à produção de peixes em cativeiro, observam-se iniciativas de pisciculturas no Território Central, sendo que o tambaqui é a espécie de maior aceitação. Faz-se necessária a implantação de políticas setoriais de escoamento, beneficiamento e de assessoria para dar suporte a esta atividade.

A pesca tradicional ou nativa encontra-se num momento delicado e de indefinição tendo em vista vários problemas: poluição dos rios, desmate das margens dos cursos do água (matas ciliares) e presença de pescadores clandestinos, etc.

3.4.4.5. Produção Agroflorestal

O sistema de produção agroflorestal compreende a associação de culturas perenes (espécies frutíferas, cacau, cupuaçu, pupunha para palmito) e de espécies florestais constituindo o sistema do tipo silvoagrícola, consorciado com eventual intercalação de culturas anuais, alimentares e ocasionais e complementação do criatório de animais. Neste sistema observa-se uma riqueza e diversidade maior de espécies do que nos sistemas de produção agrícola, porém, menor que nos sistemas extrativistas. O manejo é simples e a funcionalidade compreende a transformação principalmente de entradas de recursos naturais e da força de trabalho humana em produtos e frutas regionais destinadas ao mercado.

Nesse sistema a forma predominante de acesso a terra é a compra. Ele produz várias frutíferas consorciadas com espécies florestais e está organizado em associações representadas por líderes de comunidades.

3.4.4.6. Comentários Sobre os Sistemas de Produções

Os agricultores familiares são assentados, produtores familiares, ribeirinhos, seringueiros, acampados e indígenas que estão localizados em Projetos de Assentamento (PA e PIC), Resex, terras indígenas e em propriedades próximas às margens dos rios. A maioria dos produtores está em transição. O excedente da produção é direcionado ao nicho de mercado existente.

A produção orgânica de café, cacau e palmito de pupunha tem se mostrado como produtos inovadores no sistema produtivo do Território. A produção de café de forma tradicional e de banana apresenta-se em declínio. A Olericultura (tomate, repolho), pecuária de corte e de leite, cacau, grãos, maracujá e a piscicultura estão em ascensão no Território. A base econômica da agricultura familiar ainda está restrita ao café e o gado.

As cadeias produtivas fortalecedoras do subsistema de produção familiar e que mais geram emprego e renda são a do café e a do gado de leite. Porém, essas cadeias não apresentam um ciclo de fortalecimento da AF se levarmos em consideração os subsistemas de transformação e comercialização. Os quatro eixos produtivos identificados no Território ainda não possuem capacidade competitiva, o que tem contribuído

para a geração de conflitos e fragilidades, tais como:

- Baixa produção e qualidade dos produtos; falta de organização da produção e dos produtores; produção não diversificada imperando a monocultura, além de tecnologia inadequada para a produção.
- Deficiência de mão de obra na unidade familiar.
- Indefinição da política ambiental no estado.
- Falta de pesquisa adequada e voltada para produção familiar.
- Ineficiência das instituições de pesquisa para o desenvolvimento ou melhoria de variedades de sementes adaptadas às condições edafoclimáticas da região.
- Elevado custo de transporte dos produtos.
- Instituições financiadoras de crédito não considerarem a não vocação para a agricultura extensiva, tanto por parte dos produtores como em termos de região Norte, que não apresenta condições edafoclimáticas satisfatórias para o cultivo de determinadas culturas consideradas exóticas para a região, mas que são financiadas pelos bancos. Outro fato é a falta de seguro para o cultivo de culturas, principalmente de café e de grão como arroz, feijão e milho, pois a região Norte apresenta elevado índice de perda de safra devido a queimadas acidentais.
- Os assentamentos apresentam-se com alta rotatividade de pessoas devido à falta de infraestrutura, que faz com que os assentados migrem em sua maioria para a periferia dos centros urbanos mais próximos em busca de melhor qualidade de vida. Nas áreas das RESEX,

que estão em processo avançado de degradação ambiental devido à invasão da pecuária bovina e o “saqueamento” dos seus recursos naturais, principalmente a madeira, há uma carência muito grande de infraestrutura básica produtiva e social capaz de dinamizar e sustentar a socioeconomia em bases que proporcione o desenvolvimento sustentável.

- Falta de tecnologia de produção adequada à região (melhor definição de qual a melhor forma de plantar, colher, armazenar, transformar e comercializar os produtos da AF).

- O elevado custo dos insumos eleva o custo final da produção.

- A grande oscilação dos preços dos produtos (quando planta o preço está alto, porém, na época da colheita o preço está baixo) leva ao desestímulo da produção.

- Faltam canais eficientes de distribuição da produção (logística) como central de comercialização que de fato funcione.

- Assistência técnica insuficiente e mal qualificada e a tradição cultural do produtor que está intimamente associado ao paradigma dos seus antepassados, sendo resistentes à introdução de novas alternativas para uma produção sustentável.

- Baixa capacidade de visão do produtor que os limita a ver a potencialidade das principais cadeias produtivas existentes no Território.

- Baixa credibilidade dos produtores junto às associações e cooperativas. Os sócios das associações e cooperativas são, em sua

maioria, desarticulados entre si, o que proporciona baixa participação dessas organizações nos processos e tomadas de decisões no Território e isso decorre da ausência de capacitação em gestão social para estas organizações.

Mesmo desarticuladas, essas organizações com apoio do STR e em parceria com a Fetagro, os movimentos sociais, o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) têm como meta o trabalho de grupos na subsistência da agricultura familiar, que contribui para a melhoria e desenvolvimento do sistema produtivo do Território.

Outra significativa cooperação é a da Igreja católica (pelas atividades da Comissão Pastoral da Terra - CPT), principalmente na área social.

Os solos do Território Central apresentam fertilidade natural. No entanto, devido ao mau uso durante anos, vêm se esgotando gradativamente, necessitando de reposição através de adubação, preferencialmente com a implantação de usinas de compostagem nos 13 municípios.

O Território apresenta elevado número de organizações públicas e privadas que estão começando a melhor se articularem para o desenvolvimento do setor produtivo, além de terem boa malha viária para escoamento da produção e comercialização dos produtos. Uma potencialidade é o avanço do turismo rural, com direcionamento para a agroecologia, por exemplo, a criação de pousadas rurais e polos de agroecoturismo. Outra grande potencialidade para o sistema produtivo

do Território seria a criação de um modelo de unidade demonstrativa diversificada para o produtor ter como exemplo.

3.4.5. Finanças Públicas

Durante o período de elaboração deste documento e, nos diversos momentos e eventos realizados no Território Central, não foi possível conseguir informações sobre finanças produzidas pelos próprios municípios, como por exemplo, as receitas oriundas do Imposto Sobre Serviços (ISS) e do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU).

3.4.6. Repasses Governo Federal

O Território Central tem grande dependência do repasse de recursos financeiros da União, entre os quais:

- Fundos de Participação dos Municípios (FPM): recursos recebidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios por sua participação, estabelecida na Constituição e em lei, na arrecadação de tributos federais.

- Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR): imposto de competência exclusiva da União, conforme Art.153, VI, da Constituição. O fato gerador do Imposto Territorial Rural ocorre quando há o domínio útil ou a posse do imóvel, localizado fora do perímetro urbano do município. Funciona como instrumento auxiliar de disciplinamento do poder público sobre a propriedade rural.

- Foi sancionada e promulgada a Lei Complementar 87, de 13/9/1996: introduziu relevantes modificações na disciplina do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e Comunicação - ICMS. Dentre as principais alterações, em atendimento ao disposto na Lei Maior, podemos destacar o direito ao aproveitamento do crédito do ICMS na aquisição de bens de capital e também de uso e consumo. No que diz respeito à sistemática de apuração do ICMS, a Lei Complementar Nº 87/96 passa a reconhecer o direito do contribuinte ao aproveitamento de créditos sobre operações anteriores, de que resultem a entrada de bens destinados a seu ativo fixo e ao uso e consumo. Com isso, o encargo tributário relativo ao ICMS incide nas operações que resultam na entrada de todos os bens e qualquer bem, mercadoria e insumo utilizado e/ou consumido, e também que integre o custo final da mercadoria produzida ou revendida deve gerar crédito de ICMS, a fim de evitar a cumulatividade do imposto na operação seguinte.

- Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico (CIDE): criada por emenda constitucional em 2000, a CIDE é cobrada sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás e álcool etílico.

- Fundo de Apoio às Exportações (FEX): instituído pelo governo federal que visa auxiliar os Estados, Municípios e Distrito Federal a fomentar as exportações do país.

- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) (FUNDEB): atende toda a educação básica, da creche ao ensino médio. A destinação dos investimentos é feita de acordo com o número de alunos da

educação básica, com base em dados do censo escolar do ano anterior.

A Tabela 26, abaixo, demonstra um comparativo do repasse de alguns tributos, do governo federal para o Território Central, nos anos de 2007, 2008 e 2009.

Tabela 26: Repasses Governamentais Federais para o Território Central.

Ano	FPM (Total Territorial)	ITR (Total Territorial)	LC 87/96 (Total Territorial)	CIDE (Total Territorial)	FEX (Total Territorial)	FUNDEB (Total Territorial)	Total (Territorial)
2007	62.296.195,15	142.774,26	204.435,75	1.493.781,30	825.051,99	48.933.629,70	113.895.868,06
2008	70.618.163,59	129.003,14	204.533,47	1.185.093,83	989.228,07	58.187.993,66	131.318.980,03
2009	68.310.625,05	110.167,91	200.396,16	724.556,40	1.109.059,35	61.494.544,24	131.949.349,11

Fonte: www.tesouro.fazenda.gov.br (2010).

Assim, o repasse do FPM foi variável nos três anos. O ITR mostrou queda continuada. O repasse da LC 87/96 mostrou-se constante nos anos de 2007 e 2008 e uma leve queda em 2009. Já a CIDE apresentou queda constante. Contudo, o repasse do FEX aduziu em crescimento assim como o FUNDEB.

As Tabelas 27, 28 e 29 apresentam o repasse de alguns tributos federais para os municípios do Território Central, considerando os anos de 2007, 2008 e 2009. Os repasses aos municípios seguem a tendência geral.

Tabela 27: Repasse de Tributos Federais por Município Ano de 2007.

Município	2007						Total
	FPM	ITR	LC 87/96	CIDE	FEX	FUNDEB	
Alvorada do Oeste	4.608.289,95	18.266,40	10.179,08	96.856,95	41.080,08	3.742.310,90	8.516.983,36
Governador Jorge Teixeira	4.608.289,95	6.463,94	9.480,23	94.922,34	38.259,83	2.979.678,05	7.737.094,34
Jaru	7.125.169,34	19.782,57	37.183,40	201.818,23	150.063,19	8.786.385,71	16.320.402,44
Ji-Paraná	12.288.771,95	34.928,41	73.273,51	379.029,78	295.714,37	7.301.002,50	20.372.720,52
Mirante da Serra	3.840.241,71	2.536,02	7.221,72	76.394,58	29.145,18	2.529.119,38	6.484.658,59
Nova União	2.304.145,29	1.766,44	4.539,92	47.827,68	18.321,72	2.596.493,72	4.973.094,77
Ouro Preto do Oeste	6.043.741,44	13.681,70	20.534,12	158.298,61	82.870,63	5.339.938,23	11.659.064,73
Presidente Médici	4.580.481,68	16.990,62	10.740,48	108.666,87	43.345,95	2.763.098,47	7.523.324,07
Teixeirópolis	2.304.145,29	1.680,56	4.214,76	40.725,07	17.009,69	1.270.806,22	3.638.581,50
Theobroma	3.840.241,71	13.415,72	8.233,06	76.561,66	33.226,56	3.429.827,22	7.401.505,93
Urupá	4.608.289,95	4.548,95	7.225,91	93.077,64	29.161,95	3.181.760,23	7.924.064,63
Vale do Anari	3.072.193,39	2.414,13	5.050,89	60.208,43	20.383,93	2.518.636,10	5.678.886,87
Vale do Paraíso	3.072.193,50	6.298,80	6.558,67	59.393,46	26.468,91	2.494.572,97	5.665.486,31
Rondônia	309.482.470,13	917.156,04	1.013.230,29	6.152.025,36	4.089.149,98	235.271.387,82	557.143.133,25

Fonte: www.tesouro.fazenda.gov.br (2010).

Tabela 28: Repasse de Tributos Federais por Município Ano de 2008.

2008							
Município	FPM	ITR	LC 87/96	CIDE	FEX	FUNDEB	Total
Alvorada do Oeste	4.836.860,67	16.445,27	9.960,47	73.758,57	48.563,59	4.255.608,00	9.241.196,57
Governador Jorge Teixeira	3.869.488,51	6.825,27	9.667,67	61.344,85	46.438,59	3.216.448,37	7.210.213,26
Jaru	10.641.092,81	18.230,76	37.444,42	179.326,88	180.676,32	10.777.176,99	21.833.948,18
Ji-Paraná	15.477.953,04	31.964,01	71.970,12	321.732,46	350.420,01	9.386.520,08	25.640.559,72
Mirante da Serra	3.869.488,51	1.665,98	6.963,48	57.392,01	34.135,51	2.993.084,44	6.962.729,93
Nova União	2.902.116,54	1.374,34	5.092,19	39.026,62	23.668,55	2.935.588,38	5.906.866,62
Ouro Preto do Oeste	7.738.976,71	11.397,01	19.595,14	130.475,48	96.427,15	6.766.100,90	14.767.936,74
Presidente Médici	5.804.232,61	15.942,48	10.957,30	89.398,77	52.625,70	2.899.269,04	8.872.425,90
Teixeirópolis	2.902.116,54	1.596,99	5.050,55	33.702,22	22.972,53	1.633.867,05	4.599.305,80
Theobroma	2.902.116,54	13.716,49	8.360,98	49.066,48	40.221,57	3.644.380,07	6.657.862,13
Urupá	3.869.488,51	3.229,93	6.451,31	63.254,91	32.558,85	3.549.942,91	7.524.926,42
Vale do Anari	2.902.116,06	2.657,25	6.027,70	43.442,36	27.453,10	3.299.412,13	6.281.108,60
Vale do Paraíso	2.902.116,54	3.957,36	6.992,14	43.172,22	33.066,60	2.830.595,30	5.819.900,16
Rondônia	370.835.763,33	1.336.509,19	992.927,19	5.166.872,08	4.838.567,50	286.155.897,44	669.616.941,53

Fonte: www.tesouro.fazenda.gov.br (2010).

Tabela 29: Repasse de Tributos Federais por Município Ano de 2009.

Município	2009						Total
	FPM	ITR	LC 87/96	CIDE	FEX	FUNDEB	
Alvorada do Oeste	5.392.944,06	14.391,25	9.779,28	47.154,59	54.121,60	3.949.502,20	9.467.892,98
Governador Jorge Teixeira	3.595.296,25	4.866,71	9.759,36	32.873,94	54.011,34	2.996.242,87	6.693.050,47
Jaru	9.887.063,82	13.176,02	36.134,16	113.541,83	199.978,81	11.394.276,10	21.644.170,74
Ji-Paraná	14.381.183,60	27.211,35	68.367,60	199.770,83	378.370,03	10.883.188,09	25.938.091,50
Mirante da Serra	3.595.296,25	1.675,63	6.828,48	33.580,96	37.791,39	2.904.168,74	6.579.341,45
Nova União	2.696.472,26	2.137,71	5.495,52	23.730,53	30.414,40	2.917.621,13	5.675.871,55
Ouro Preto do Oeste	7.190.592,04	9.828,06	20.340,00	80.302,31	112.568,70	8.057.699,48	15.471.330,59
Presidente Médici	5.392.944,06	13.399,42	10.781,28	54.897,34	59.666,93	3.115.009,92	8.646.698,95
Teixeirópolis	2.696.472,26	1.439,76	5.467,92	20.606,96	30.261,01	1.646.334,40	4.400.582,31
Theobroma	3.595.296,25	12.310,43	8.384,52	29.801,26	46.402,40	3.251.188,24	6.943.383,10
Urupá	4.494.120,12	4.464,71	6.139,92	38.646,81	33.980,16	4.254.984,68	8.832.336,40
Vale do Anari	2.696.471,82	1.772,10	6.297,96	24.815,45	34.854,73	3.147.075,06	5.911.287,12
Vale do Paraíso	2.696.472,26	3.494,76	6.620,16	24.833,59	36.637,85	2.977.253,33	5.745.311,95
Rondônia	362.471.910,52	994.184,58	972.624,24	3.208.404,28	5.382.828,75	309.635.127,50	682.976.252,45

Fonte: www.tesouro.fazenda.gov.br (2010).

Ao analisarmos somente os totais dos repasses dos anos de 200, 2008 e 2009, o município de Governador Jorge Teixeira foi o que apresentou maior queda nos repasses.

3.4.7. Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família foi criado para apoiar as famílias mais pobres e garantir a elas o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. O programa visa a inclusão social dessa faixa da população brasileira, por meio da transferência de renda e da garantia de acesso a serviços essenciais. O programa Bolsa Família tem por objetivos combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; combater a pobreza e outras formas de privação das famílias; promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação, segurança alimentar e assistência social; e criar possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares e desenvolvimento local dos territórios.

A Tabela 30, abaixo, mostra que no Território Central são beneficiadas pouco mais de 24 mil famílias pelo Programa Bolsa Família, com destaque para o município de Ji-Paraná, números diretamente proporcionais à população de cada município.

Tabela 30: Número de Famílias Atendidas pelo Programa Bolsa Família no Território Central.

Município	Nº de famílias atendidas – setembro de 2010
Alvorada do Oeste	2.365
Governador Jorge Teixeira	1.407
Jaru	4.155
Ji-Paraná	5.608
Mirante da Serra	1.074
Nova União	572
Ouro Preto do Oeste	2.488
Presidente Médici	1.961
Teixeirópolis	407
Theobroma	1.069
Urupá	1.481
Vale do Anari	954
Vale do Paraíso	842
Total Território	24.383

Fonte: www.beneficiossociais.caixa.gov.br (2010).

Ao analisarmos a matriz Fofa do Território Central (Quadros 32 e 33) identificamos como fortaleza a presença de um grande rebanho bovino, formando a maior bacia leiteira de Rondônia, como também a presença de gado de corte. Na agricultura é considerável a produção de café, arroz, feijão e hortifrutigranjeiros. Como oportunidades, temos a

instalação de agroindústrias para viabilizar a verticalização da produção. A maior fragilidade apresentada está ligada ao assessoramento técnico, pois, é bastante reduzido o número de profissionais para assistência técnica aos produtores. Como ameaça, destaca-se o êxodo rural.

Quadro 32: Matriz Fofa da Dimensão Socioeconômica dos Municípios de Alvorada do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Jaru, Ji-Paraná, Mirante da Serra e Nova União.

Município	Fortaleza	Oportunidades	Fragilidades	Ameaças
Alvorada do Oeste	- Leite, gado de corte, arroz e café; - Inhame (466 toneladas) 32 produtores 2009, 2010 com 62 produtores; - Hortifrutigranjeiros, atender o campo governamental; - PAA e PNAE; - Suínos	- Crescimento da produção; - Buscar melhor custo produção.	- Beneficiamento do arroz fora do município; - Gado de corte fora do município; - Sem certificação (credenciar produtos); - Ração; 7 técnicos (Emater); - Poucos técnicos nas prefeituras; - Sem assistência técnica aos produtores rurais	- Se o produtor não tem certificação não pode produzir; - Escoamento de produção; - Segurança alimentar fragilizada
Governador Jorge Teixeira	- Agricultura; Pecuária; e - Suínos.	- Projetos para agroindústria; - Criação de Centro de Comercialização.	Poucos profissionais a assistência técnica.	- Desemprego; - Êxodo rural;
Jaru	- Programa de Aquisição de Alimento – PAA, 300 Famílias; - Frigon - maior frigorífico da América Latina; - Leite (500.000 cabeças de gado); - Polpas; - Transportes - 05 caminhões atendendo o Programa de Aquisição de Alimento – PAA; 200 famílias no distrito de Tarilândia com tanques de peixe;	- Fomentar mais a política de governo; - Projetos para agroindústria; - Projetos de Piscicultura.	- Emater com visão de governo partidário não de sociedade civil - sem participação, sem diálogo com o produtor rural - Apenas 3 técnicos de campo – CEPLAC - Sec. de Agricultura municipal sem técnico de campo	Êxodo rural de jovens e adultos

Quadro 32: continuação

Município	Fortaleza	Oportunidades	Fragilidades	Ameaças
Ji- Paraná	- Arrecadação forte: comércio, serviços - Gado de leite e corte (misto); - SEBRAE, Cooperativa de crédito, feirão do produtor - Café	Verticalização	- Poucos técnicos - Monocultura	Êxodo rural de jovens
Mirante da Serra	- Pecuária - leite e corte - Agricultura - café, cacau e feijão - Programa de Aquisição de Alimento- PAA em andamento - Comércio	- Projetos na área da agropecuária para inserção do produtor; - Capacitação em várias áreas (gestão, compostagem, tratamento contra “pragas”, sistemas agroflorestais e outros)	- Escolas de produção - Parte da rodovia não é pavimentada - Reativação de feiras produtivas - Não tem centro de comercialização	- Não tem centro de comercialização - Êxodo rural de jovens e adultos
Nova União	- Agricultura - Comércio - Pecuária de leite e corte	- Industrialização de produtos - Centro de comercialização - Agregação de produtos	Leite não fica na cidade	Êxodo rural de jovens

Fonte: Reuniões com representantes do CODETER por municípios do Território Central.

Quadro 33: Matriz Fofa da Dimensão Socioeconômica dos Municípios de Ouro Preto, Presidente Médici, Teixeiraópolis, Theobroma, Urupá, Vale do Anari e Vale do Paraíso.

Município	Fortaleza	Oportunidades	Fragilidades	Ameaças
Ouro Preto	- Pecuária (bacia leiteira) - Centros de pesquisas -EMBRAPA E CEPLAC - Clima, solo (o melhor da região), hidrografia; - Infraestrutura viária, qualidade e quantidade; - Parcelamento rural, sem grandes fazendeiros e sem grandes reservas.	- Produção da hortifruticultura; - Centro de comercialização.	- Não ter política agrícola territorial definida; - Assistência técnica disponível; - Alta de frigoríficos e laticínios; - Pecuária (gado de corte); - Não fortalecimento do produtor de leite; Qualidade do rebanho	- Ter condições de produção e não produzir; - Bacia leiteira que entrega leite para outros municípios; - Êxodo rural de jovens; .
Presidente Médici	- Agricultura - arroz, feijão; - Fruticultura, maracujá, limão, graviola, uva, laranja, goiaba; - Pecuária de leite e pecuária de corte; - Comércio; - Setor imobiliário; - Programa de Aquisição de Alimento - PAA funcionando; - Aquisição de merenda escolar; - Créditos para a agricultura familiar.	- Construção civil - Turismo - Gastronomia - Hotelaria e pousadas	- Comercialização local - Ausência de agroindústria familiar - Agregação valor agricultura familiar - Sem centro de comercialização	- População à mercê de especulação (estelionatários) devido ao alto índice de crescimento; - Produtos escoados sem controle tributário
Teixeiraópolis	- Gado de corte e produção de leite; - Café; - Hortaliças (tomates) - Programa de Aquisição de Alimento - PAA (6 famílias); - Transporte para escoar produção; - Peixe (Agricultura).	- Projetos para a agroindústria; - Capacitar a gestão para escoar a produção (artesanatos, doces); - Economia Solidária .	- Reativar feira de produtos; - Fragilidades na comercialização; - Centro de comercialização para peixe e outros.	Sem comercialização

Quadro 33: continuação

Município	Fortaleza	Oportunidades	Fragilidades	Ameaças
Theobroma	- Pecuária de leite; - Comércio; - Agricultura de café e cacau;	Centro comercialização	Maior incentivo à economia local do estado e de ministérios	Êxodo urbano e rural
Urupá	- Agricultura, café, feijão, cacau e milho; - Programa de Aquisição de Alimento - PAA; - Pecuária, leite e corte.	Centro de comercialização.	Não identificaram	Muitas, mas não identificaram
Vale do Anari	Programa de Aquisição de Alimentos - PAA de 16 famílias (polpas e café leite)	- Capital humano para o artesanato - Potencial mecanizado para agricultura familiar - Potencial para aquicultura - Iniciativa para agroindústria	- Transporte (estrada) caminhão; - Equipamento; - Energia (motor); - Central de comercialização.	- Êxodo rural - Qualidade dos solos (ácidos)
Vale do Paraíso	- Agricultura; Comércio - Pecuária - leite e corte - Piscicultura.	- Industrialização de produtos; - Centro de comercialização; - Agregação de produtos - Laticínios.	Leite não fica na cidade	Êxodo rural de jovens

As comunidades indígenas identificaram como fortalezas, a produção de subsistência e a comercialização de castanha e de milho. Enquanto oportunidade, existe o manejo da copaíba faltando reaver os canais de comercialização. Como fragilidade, foi citada a falta de transporte (Quadro 34).

Quadro 34: Matriz Fofa da Dimensão Socioeconômica, Temática Economia e Produção com as Comunidades Indígenas do Território Central.

Fortalezas	Oportunidades	Fragilidades
- Produção de subsistência de feijão, arroz e mandioca; - Comercialização de castanha e milho; - Criação de peixes.	Manejo de copaíba (Obs: já houve um projeto e tem pessoas capacitadas)	- Sem transporte; - Não há planejamento para transportar a produção.

Fonte: Reunião com comunidades indígenas no Território Central.

Observação: Não foram citadas ameaças no Quadro 34.

Já os pescadores artesanais (Quadro 35) identificaram como fortaleza, a criação de peixes em cativeiro (o que é na realidade um potencial, ou seja, uma oportunidade). Como oportunidade, existem equipamentos móveis para a instalação de uma feira de peixe itinerante.

Contudo, no momento da dinâmica ainda iriam fazer a solicitação dos equipamentos. As fragilidades foram muitas, destacando-se a presença do atravessador e o pouco volume de produção. A ameaça está na pesca predatória.

Quadro 35: Matriz Fofa da Dimensão Socioeconômica, Temática Economia e Produção com os Pescadores do Território Central.

Fortalezas	Oportunidades	Fragilidades	Ameaças
• Criação de peixes; • Mercado crescente - pescada • Aquicultores: tambaqui, jatuarana, pintado e jundiá	• Feira do peixe (solicitar equipamentos)	• Presença do atravessador; • Precariedade na comercialização (pouco volume de produção); • No Rio Machado, produção de peixes de segunda linha com pouco valor comercial: curimbá, cachorro, piranha e bicudo; • Diminuição da produção (devido à pesca predatória, eliminação das matas ciliares e uso de agrotóxicos); • Sem acesso a assessoria técnica, ao crédito rural e ao programa de subvenção ao óleo diesel; • Sem fábrica de gelo e câmara fria • Aquicultores: alto custo da ração • Regularização fundiária	• Pesca predatória

Fonte: Reunião com pescadores no Território Central.

Os extrativistas, através da metodologia da Matriz Fofa citaram como fortaleza o desenvolvimento do projeto de manejo florestal comunitário. Como oportunidades, apontaram a possibilidade do aproveitamento de resíduos da madeira e, no momento, o preço ofertado

para a borracha natural. Ainda, identificaram como fragilidade, o limite de comercialização de somente 700 quilos com subsídio (Quadro 36). Não houve menção de ameaças.

Quadro 36: Matriz Fofa da Dimensão Socioeconômica, Temática Economia e Produção com os Extrativistas no Território Central.

Fortalezas	Oportunidades	Fragilidades
Projeto de manejo florestal	- Resíduo da madeira; - Preço da borracha natural (R\$3,70 / Kg); - Couro vegetal; - Frutas, sementes e mudas.	Limite de comercializar com subsídio de até 700 quilos / ano

Fonte: Reunião com extrativistas no Território Central.

Durante a oficina de dinamização econômica ocorrida em janeiro de 2011, foram construídas com os participantes novas Matrizes Fofas, nas temáticas: produção, comercialização, armazenamento, transformação/beneficiamento, infraestrutura e organização, e gestão social. Todos estes temas foram citados como diretamente relacionados à dinamização econômica do Território Central.

O Quadro 37 trata da temática “produção” e apontou como

fortalezas, entre outras, a produção de café e de leite e o acesso às linhas de crédito. Como oportunidades, citaram-se as condições climáticas, o mercado consumidor e processos de agregação de valor com a verticalização da produção. As fraquezas apresentadas foram: a) a falta de capacitação dos recursos humanos para atender ao turismo; b) a regularização fundiária; e c) o número de assessores técnicos. Enquanto que as ameaças consistiram na degradação ambiental.

Quadro 37: Matriz Fofa da Dimensão Socioeconômica, Temática Produção do Território Central.

Fortaleza	Oportunidades	Fraquezas	Ameaças
• Produtos: café e leite; • Presença da Emater em todos os municípios; • PRONAF – está acessível essa linha de crédito; • Quantidade de águas, recursos hídricos; • Organização do espaço central – ter um espaço para organizar as idéias; • Diversificação da produção.	• Condições climáticas, produção de uvas; • Mercado consumidor hortifrutigranjeiro; • Industrialização das produções para agregar valores, não ser exportador de matéria-prima; • Consumir produtos da Amazônia.	• Falta de pessoas capacitadas e comércio para atender o turismo; • Falta de regularização fundiária; • Maior número de assessoria e extensão rural; • Falta de dados sobre a produção – ninguém sabe o que se produz; • Boa parte do solo do TC é de baixa qualidade; • Inexistência de proteção permanente; • Baixa consciência ambiental; • Falta de fiscalização do crédito rural; • Ausência de estudos das Cadeias Produtivas e de Negócios; • Pouca participação da agroecologia no processo produtivo; • Poucos equipamentos para melhorar o processo produtivo (patrulha mecanizada)	• Uso excessivo de agrotóxicos; • Degradação das APPS; • Monocultura.

Fonte: Oficina de dinamização econômica do Território Central.

No Quadro 38, os participantes da oficina de dinamização econômica do Território Central apresentaram como fortalezas a transformação e o beneficiamento existente. Como oportunidades, surgiram programas de compras governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Já as fragilidades foram citadas

quanto à ausência de uma marca territorial e nível organizacional dos produtores. As ameaças mencionadas referiram-se à legislação sanitária, a qual foi considerada muito rigorosa para os pequenos agricultores.

Quadro 38: Matriz Fofa da Dimensão Socioeconômica, Temática Transformação e Beneficiamento do Território Central.

Fortaleza	Oportunidades	Fraquezas	Ameaças
- Transformação e beneficiamento; Área de custo zero; Produção razoável; Produção sem agrotóxico; Produção/matéria-prima; Feiras livres, consumo; Rede de supermercados; Créditos; - Associações e cooperativas; - Cooperativa de crédito.	- PAA e PNAE; Políticas públicas; Usinas hidrelétricas; Cooperativismo/Asso-ciativismo; - Políticas públicas: PAA e PNAE; PROINF; Crédito rural; Fábrica própria de insumos.	- Ausência de marca/reconhecimento; - Desconhecimento dos usos das culturas regionais (babaçu); - Armazenamento insuficiente e equipamentos industriais; - Baixo nível organizacional dos agricultores; - Falta de confiança na organização (os associados não confiam na sua entidade); - Não se tem conhecimento técnico; - Falta de transporte e estradas; - Selo de inspeção municipal; - Informações sobre eventos para agricultura familiar; - Falta (ou pouco) de Gestão; - Falta de comunicação (você produz, mas ninguém sabe o que você produz)	- Legislação atrapalha na inspeção; - Concorrência desleal com empresários; - Ingerência política; - Atravessador; - Individualismo - Concorrência desleal; - Insumos externos.

Fonte: Oficina de dinamização econômica do Território Central.

Na temática de armazenamento (Quadro 39), foi apresentada como fortaleza principal a existência de tanques de resfriamento de leite, o que garante melhor qualidade ao produto. Como oportunidades, registraram-se a implantação de infraestrutura adequada para receber e

armazenar os produtos da região. Com relação às fraquezas levantadas, a ausência de galpão para armazenamento e problemas no programa de formação de estoques são os mais relevantes. As ameaças ficaram na perda e no desestímulo da produção.

Quadro 39: Matriz Fofa da Dimensão Socioeconômica, Temática Armazenamento do Território Central.

Fortaleza	Oportunidades	Fraquezas	Ameaças
• Tanque de resfriamento; • Produtos: leite, peixe, polpas, grãos, legumes, defumados.	• Infraestrutura adequada com instalação de: câmaras frias, fábrica de gelo e capacidade de armazenamento dos produtos. • Capacitações de gestão administrativas voltadas as entidades que possuem armazéns.	• Ausência de galpão para armazenamento; • Programa formação de estoque com problemas.	• Perda dos produtos; • Desestímulo de produção; • Perda da qualidade dos produtos.

Fonte: Oficina de dinamização econômica do Território Central.

O Quadro 40 apresenta dados levantados na temática infraestrutura, durante a oficina, no Território Central. Como fortaleza, a presença de investimentos realizados pelo governo estadual no que tange à manutenção e abertura de estradas. Como oportunidade, foi

destacado o programa “Luz para Todos”, do Governo Federal. Como fraqueza, o destaque deveu-se para as condições das pontes. As ameaças explanadas foram as relacionadas às brigas políticas que impedem o avanço de obras e serviços.

Quadro 40: Matriz Fofa da Dimensão Socioeconômica, Temática Infraestrutura do Território Central.

Fortaleza	Oportunidades	Fraquezas	Ameaças
• Estradas feitas pelo governo do estado; • Energia - conforto	• Parcerias, citar exemplo que quando há parcerias as coisas acontecem com mais facilidades – sai mais barato pra todos; • Energia, Programa Luz para todos.	• Construção de pontes, boa parte é de madeira; os técnicos não conseguem ter acesso; • Brigas políticas, o governo estadual não se dá com o prefeito ou vice-versa e a população é que sofre as consequências; principalmente os produtores e os alunos, a dificuldade que é um aluno pegar a escola cedo enfrentar muito sol com poeira; • Energia elétrica, serviços precários “alguns municípios não vão atrás dos recursos do Estado”	• Brigas políticas; • Contratações caras, pelas empresas para recuperação de estradas e bueiros; • Território urbano sem planejamento; • Sem saneamento básico nas periferias (dengue); • Empresas licitadas não cumprem os prazos de serviços; • Interrupção do tráfego.

Fonte: Oficina de dinamização econômica do Território Central.

Na oficina de dinamização econômica surgiu a temática de organização e gestão social como um dos pilares para o desenvolvimento sustentado do Território Central. Assim, o Quadro 41 demonstra como fortalezas, os agricultores familiares e a posição geográfica territorial. Como oportunidade, foi citada a elaboração de um programa de

formação de atores e atrizes sociais. As fraquezas apresentadas foram projetos mal geridos e, consequentemente, a má gestão e participação nos mesmos. Já a ameaça mais comentada foi a atuação das prefeituras na definição dos projetos de infraestrutura.

Quadro 41: Matriz Fofa da Dimensão Socioeconômica, Temática Organização e Gestão Social do Território Central.

Fortaleza	Oportunidades	Fraquezas	Ameaças
- Os agricultores familiares; - Associações, conselhos, sindicatos e Federação; - PPA, PNAE E PRONAF; - Localização geográfica; - CODETER - Programa Pro- Jovem	- Construção de um programa de formação de atores e atrizes a partir dos processos existentes; - Existência de potencial para o programa de formação de atores e atrizes - atrelado ao processo produtivo, que fique empoderados; - Envolver as igrejas	- Projetos mal feitos; - Falta de participação nas reuniões; - Falta da juventude nas organizações sociais; - Falta de gestão nas entidades; - Desconfiança interna; - Falta de escolaridade de adultos; - Falta de lideranças; - Pouca participação do colegiado; - Descontinuidade da comunicação das ações do território central	- Prefeituralização dos PROINF; - Sistema da política da educação no campo; - Falta de liberação dos projetos do PRONAF

Fonte: Oficina de dinamização econômica do Território Central.

3.4.8. Extrema Pobreza

Os textos seguintes sobre “Determinantes da Pobreza” e “Dimensão Atual da Pobreza Rural” foram apresentados durante a Oficina de Gestão Social, realizada em março de 2011 como forma de balizar os diálogos sobre pobreza extrema. Para o momento, a dinâmica adotada consistiu na interpretação de textos e debates a fim de identificar tais espaços no Território Central de Rondônia. Os fragmentos foram extraídos do Boletim nº 72, de janeiro de 2011, produzido pelo Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável, apoiado pelo Instituto Internacional de Cooperação para a Agricultura/IICA.

3.4.8.1. Determinantes da Pobreza

De uma maneira geral, situou-se que a pobreza rural se define em termos do nível insuficiente de rendimento, da falta de acesso a bens e serviços e da negação de direitos elementares, além da própria indiferença da sociedade que tem contribuído para ampliar o processo de exclusão social. Esse modelo de desenvolvimento também institucionalizou a pobreza através dos seguintes mecanismos: concentração fundiária, que expropriou o camponês; uso intensivo de tecnologias modernas, que desempregam; relações precárias de trabalho, que degradam a vida dos trabalhadores; e urbanização acelerada, que esvazia o meio rural do país. Além disso, há outros determinantes históricos da pobreza rural no Brasil, destacando-se:

a) Acesso à terra: quando a pobreza é tratada a partir de outras variáveis para além da renda, sobressai a questão da posse e acesso à terra, uma vez que a negação desse direito é um importante fator de exclusão social.

b) Capacidades humanas: nesse aspecto destacou-se o papel fundamental da educação na elevação da renda das pessoas e das próprias famílias, porém, quesitos como repetições, defasagens e qualidade do ensino carecem de melhor avaliação.

c) Outras formas de capital físico: outras formas de capital atuam decisivamente no aumento da renda e da produção, embora para a maioria dos estabelecimentos a propriedade da terra é o capital mais importante, cuja dimensão condiciona as formas de investimento.

d) Acesso e participação nos mercados: devido às deficiências tecnológicas e à própria qualidade dos produtos, grande parte dos agricultores acaba sendo excluída dos mercados.

e) Acesso a serviços básicos: esses tipos de privações são elementos-chave para se entender por que a pobreza rural permanece em patamares elevados, em todas as regiões do mundo.

f) Infraestrutura: ressaltaram-se as deficiências, especialmente no que diz respeito à habitação, saneamento básico, transportes, lazer, cultura e serviços específicos, nas áreas de saúde e educação.

g) Oportunidades de trabalho: em muitas regiões do país já começaram a surgir dificuldades de alocação da mão-de-obra rural, seja na agricultura ou em outras atividades produtivas.

3.4.8.2. Dimensão Atual da Pobreza Rural

No âmbito global, dados do Banco Mundial revelaram que tomando-se como linha de pobreza o patamar de US\$1/dia havia, em 2007, aproximadamente 800 milhões de pessoas pobres em áreas rurais. Isso significa que mais de 50% da população rural do planeta é caracterizada como pobre, sendo esta incidência muito mais expressiva no Continente Africano.

Dos muitos dados sobre o Brasil, expostos no seminário, apresenta-se uma síntese das informações extraídas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE, 2009). Para uma população rural total de 30.7 milhões de pessoas, 16,5 milhões foram classificadas como pobres (renda familiar per capita mensal de até 1/2 salário-mínimo, que em valores de setembro de 2009 correspondia a R\$ 207,50).

Isso significa que no ano de 2009, aproximadamente 54% da população rural total era enquadrada como pobre. Destas, 8.1 milhões de pessoas foram classificadas como extremamente pobres (renda familiar per capita mensal de até ¼ salário-mínimo, que em valores de setembro de 2009 correspondia a R\$103,75).

A pobreza rural apresenta elevada concentração espacial no Brasil. Do total de pessoas com domicílio rural classificadas como pobres, 53% viviam na região Nordeste do país; mais grave, a mesma região respondia por 70% do total de pessoas extremamente pobres.

Agregando-se às regiões Nordeste e Norte, nelas se concentravam 66% do total de pessoas pobres domiciliadas no meio rural brasileiro; esse percentual se elevava para 81% do total da população rural extremamente pobre.

Ressaltou-se o fato de utilizar-se comumente, uma linha de pobreza homogênea para todo o país com base numa renda monetária per capita. No entanto, três aspectos precisam ser considerados: Primeiro, o custo de vida não é homogêneo para todo o país, portanto, uma mesma renda monetária pode ser convertida em cestas de bens distintas.

Segundo, nas áreas rurais existe a produção para o autoconsumo que é muito mal mensurada em termos monetários, afetando o cálculo da renda das famílias rurais.

Terceiro, o dimensionamento da pobreza rural em termos monetários deve considerar a relação casa-trabalho peculiar ao meio rural, estimando-se que o quesito habitação corresponderia a aproximadamente, 20% da renda familiar rural. Portanto, insuficiências na imputação de valores monetários referentes aos dois últimos fatores, autoconsumo e habitação, podem subestimar a renda das famílias rurais, fator de enorme relevância quando se avalia a pobreza apenas com base no indicador renda. Esclareça-se que mesmo logrando corrigir tais insuficiências, a renda monetária, há tempos, deixou de ser considerada indicador suficiente de pobreza (urbana e rural).

3.4.8.3. Identificação das Áreas de Extrema Pobreza no Território Central

A identificação das áreas de extrema pobreza ocorreu em plenária e utilizou-se como material de apoio o mapa do Território Central produzido pelo Centro de Estudos Rioterra. As áreas identificadas são:

I) Assentamentos Santa Catarina, Lamarck, Antônio Conselheiro e Lagoa Nova, situados em Theobroma e caracterizados pela falta de habitação, solo extremamente arenoso e infestado por gramíneas, bem como a escassez de água em alguns assentamentos. O recurso recebido da prefeitura era a cesta básica e as estradas ficavam acessíveis somente parte do ano, mais precisamente no período da seca da Região Norte. Como identificação negativa, as questões de saúde e

educação não são assistidas, ocasionando elevado índice de doenças endêmicas como malária e dengue. As mesmas características seguem para o assentamento Jatuarana, situado no Vale do Anari.

II) Terras indígenas dos Uru-Eu-Wau-Wau (Aldeia do Alto Jarú - aos fundos do Assentamento Jaruaru, situado em Tarilândia, Jarú), caracterizada por extrema pobreza, sendo que 80% dos indígenas são doentes (doenças crônicas, como por exemplo, pneumonia e desnutrição). Passam necessidades extremas sem ter sequer uma refeição diária recebendo como ajuda, cesta básica da prefeitura e do governo federal.

III) Terras Indígenas Gaviões - Tribo situada em Ji-Paraná e sua terra é caracterizada pela falta de água potável; há ausência de educação básica e para atendimento hospitalar precisam deslocar-se até a área urbana de Ji-Paraná e/ou Nova Colina. Esta aldeia tem acompanhamento da EMATER.

IV) Os pescadores da área ribeirinha de todo o Território Central são caracterizados por falta de acesso à água tratada, habitação e educação; não são assistidos na saúde, precisando deslocar-se para áreas urbanas.

V) Assentamento Martin Pescador, situado em Urupá (L-16), caracterizado por escassez de água para beber e afazeres domésticos (em geral) no período de seca. Não recebem cesta básica.

VI) Vilarejo Bandeira Branca (na margem da BR 364), caracterizado por falta de água em todos os períodos (cheia e seca), elevado índice de desnutrição e falta de fossas sépticas; não recebe cesta básica e não tem nenhum tipo de atividade agrícola; a prostituição é acentuadíssima no vilarejo.

VII) Bairros periféricos e chacareiros dos municípios de Território Central são caracterizados pela falta de água; as crianças deslocam-se para estudar na cidade, bem como toda a comunidade que se desloca para obter atendimento médico



CAPÍTULO IV

CAPÍTULO IV: VISÃO DE FUTURO TERRITORIAL

4.1. Visão de Futuro



Com o intuito de levantar elementos para a construção dos eixos estratégicos do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentado do Território Central, durante a reunião ampliada, foram apresentados 12 temas com significativa relevância para a construção de um Território de Cidadania. Os temas foram: política cultural, meio ambiente, educação, economia, gênero e geração, infraestrutura, saúde, organização social e institucional, diversidade etnocultural, esporte e lazer, regularização fundiária e segurança pública.

A *visão de futuro* deve ser construída e reconstruída à medida que a consciência e o *pertencimento* das ações vão direcionando e motivando o desenvolvimento territorial. Nela deve estar sempre presente o histórico, o cenário político e econômico, levando-se em consideração a dinâmica ambiental, o comércio e a produção sustentada.

A *visão de futuro* é importante porque é a base de um futuro planejamento estratégico, que orientará atividades sustentáveis dos atores e atrizes sociais presentes e integrados ao Território Central. Através de exercícios de imaginação do futuro, as chances de se identificarem oportunidades pelos envolvidos, extrapolam os problemas do cotidiano e identificam soluções e oportunidades de maneira mais criativas e benéficas para a sociedade em geral.

Apesar da dificuldade de se “prever” o futuro, o Território Central deu início à construção (participativa) da sua *visão de futuro* sendo aqui apresentada como um *exercício* de imaginação. No Território Central ela foi construída na Reunião Ampliada que aconteceu em Ji-Paraná, em novembro de 2010, sendo assim apresentada:

4.1.1. Educação

A visão de futuro no campo da educação é de que a mesma seja inclusiva (social e digital) e viabilize a formação continuada do campo e para o campo, para todos os segmentos sociais presentes no Território Central. Para tanto deve:

- Elevar a escolaridade para adultos e lideranças (associações, cooperativas, sindicatos etc.).
- Propiciar a educação para a cidadania e as relações humanas.
- Ampliar e fortalecer as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e Escolas Polos com a pedagogia da alternância.
- Capacitar os docentes para a educação no campo.
- Efetivar o curso de licenciatura em educação no campo.
- Implantação da Universidade Estadual de Rondônia.
- Implantar cursos superiores voltados à realidade do campo.
- Apoiar e fortalecer os cursos de pré-vestibulares comunitários.

- Valorizar e avaliar periodicamente os profissionais da educação.
- Implantar formação para a educação ambiental nas escolas e espaços públicos.
- Criação de uma escola de formação de agentes sociais para jovens trabalhadores rurais e indígenas.
- Construção e implementação de salas de aulas e outras estruturas físicas adequadas ao ensino-aprendizagem.
- Apoiar e fortalecer os conselhos municipais de educação, conselhos escolares e Associação de Pais e Professores (APP's).
- Promover capacitação para os conselheiros municipais e conselheiros escolares.
- Ampliar as escolas polos atendendo as demandas.
- Pesquisar a extensão rural com maiores recursos.
- Informatizar as escolas com banda larga, rádio e satélite.

4.1.2. Saúde e Saneamento

A visão de futuro sobre a saúde e o saneamento é transversal à questão ambiental, com a recuperação de cursos de água e instalação de estações de tratamento. Deve-se ressaltar, também, quanto à intervenção na destinação dos resíduos sólidos, além da implantação de unidades de saúde pública. Logo, as ações pertinentes a essa modalidade, discutidas na Reunião, foram:

- Desburocratizar repasse de recursos para saneamento básico nos Territórios.
- Realizar ações para recuperação das bacias hidrográficas que abastecem as cidades.
- Instalar centros de tratamento de água.
- Discutir sobre recursos e ampliação da % do PIB para saúde.
- Estruturar o Programa Saúde da Família para o atendimento de 100% da população.
- Implantar programa para perfuração de poços semi artesianos.
- Efetivar consórcio para o tratamento de resíduos sólidos dos municípios do Território Central (CIMCERO).
- Realizar ações sobre o lixo.
- Construir um hospital de alta complexidade na área de abrangência do Território Central.
- Disponibilizar unidades de saúde mistas em cada município do Território Central.

4.1.3. Segurança Pública

Em resumo, a visão de futuro para a segurança pública deve envolver todos os segmentos sociais, com ações preventivas e também de recuperação de dependentes químicos. Contudo, faz-se necessário:

- Combater o tráfico e a distribuição de drogas no campo com ações policiais de inteligência.
- Implantar o Centro Regional de Reabilitação de Dependentes Químicos.
- Realizar campanhas de prevenção às drogas.
- Promover rondas frequentes na zona rural, através dos serviços capacitados da polícia.
- Melhorar a remuneração para o efetivo policial.
- Punir os agentes de segurança pública envolvidos em criminalidades, de forma rigorosa.
- Unificar as ações policiais de investigação em todos os municípios.
- Fortalecer os conselhos comunitários de segurança pública.
- Ampliar o número de delegacias.
- Implantar a Delegacia da Mulher e casas de apoio.
- Envolver a comunidade para a eficácia do combate ao tráfico.
- Criar o Centro de Reabilitação de Jovens Dependentes Químicos.

4.1.4. Política Cultural e Diversidade Etno-Cultural

Considerando a visão de futuro para a política cultural e a diversidade etno-cultural é imprescindível a realização de ações a *visão* está de resgate, valorização e registro da cultura territorial, com acesso a espaços e programação com esta finalidade. Portanto, as ações apontadas na reunião foram:

- Desenvolver política para unir os produtores através de suas identidades culturais como o resgate das músicas sertanejas de raiz (trabalho, mutirão e cantoria).
- Incentivar a leitura através da sensibilização e estímulo à leitura para crianças, jovens e adultos (salas e rodas de leitura com

- escritores regionais, nas formas literárias: prosa e poesia).
- Divulgar, disseminar e ampliar o Projeto “Arca das Letras”.
- Implantar bibliotecas públicas e comunitárias.
- Formar monitores leitores
- Elaborar de forma participativa, uma política cultural no Território (gestão cultural).
- Criar conselhos municipais de cultura.
- Construir anfiteatro com estrutura adequada para a realidade territorial, com cinema, dança e audiovisuais.
- Apoiar e fortalecer as associações culturais (artesanato, pintura, dança e teatro).
- Produzir filmes e documentários da agricultura familiar, sobre o dia-a-dia do produtor, além de festivais de dança e teatro.
- Valorizar a culinária territorial (diversidade de comida).
- Fortalecer o museu arqueológico de Presidente Médici.
- Fortalecer a pesquisa/preservação dos sítios arqueológicos.
- Desenvolver o turismo e valorizar a diversidade etno-cultural.
- Valorizar o enraizamento cultural amazônico (marca “Amazônia”).
- Criar casa da cultura indígena e negra.
- Respeitar a diversidade das populações que vivem no Território.
- Fortalecer a identidade cultural e territorial (autoestima da população do campo).
- Comprometer-se e respeitar todas as relações do Território.

4.1.5. Esporte e Lazer

A visão de futuro sobre esporte e lazer requer o desenvolvimento de estímulos e práticas esportivas com a realização de eventos e construção de espaços adequados. Isso implica em:

- Realizar ações de esporte e lazer para a terceira idade.
- Maior investimento do poder público em ações de esporte e lazer, com quadras poliesportivas e campo para futebol suíço iluminado.
- Construir e iluminar os campos oficiais para a prática de esportes olímpicos (atletismo).
- Elaborar projetos para associações e cooperativas de áreas de lazer, ex: parque infantil, piscina e arena.
- Construir áreas cobertas para outros tipos de eventos culturais.
- Realizar eventos voltados às modalidades de teatro, musicais, danças, exposição de pinturas.
- Viabilizar ações para que os conselhos municipais sejam mais atuantes.
- Realizar competições esportivas territoriais cidadãos (campeonato territorial de futebol tendo como pagamento da inscrição, 1 kg de semente).
- Valorizar o resgate do esporte rural.
- Realizar eventos de ecoesporte (pesca).

4.1.6. Organização Social e Institucional

Com relação à organização social, na integração institucional com a inclusão de jovens e mulheres nos debates. Faz-se, necessário, então:

- Realizar ações envolvendo grupos de jovens e mulheres.
- Fortalecer instituições (prefeituras).

4.1.7. Gênero e Geração

A visão de futuro para gênero e geração está no estímulo à participação de mulheres e jovens nas entidades, nos debates e

em projetos futuros. Esta visão requer:

- Ampliar a capacitação da política territorial e acesso ao crédito para mulheres.
- Realizar encontro territorial de mulheres (e homens) que comercializam compras governamentais (por exemplo, PAA).
- Estimular a criação, dentro das entidades, de grupos produtivos de mulheres.
- Criar carteira de projetos para grupos de mulheres.
- Estimular a participação de mulheres na direção das entidades.
- Estimular a participação de no mínimo 30% de mulheres no núcleo diretivo do CODETER.
- Incluir questões de mulheres e de jovens nas políticas públicas.
- Realizar encontro territorial de jovens rurais urbanos e indígenas.
- Estimular a criação de grupos de jovens produtivos.
- Criar uma carteira de projetos para o grupo de jovens produtivos.
- Estimular a participação dos jovens produtivos na direção das entidades.
- Realizar festival de música para jovens no Território Central.

4.1.8. Meio Ambiente

A visão ambiental está centralizada na recuperação e/ou diminuição do passivo ambiental territorial, porém, tendo em vista a geração de ocupação e renda com estas atividades.

- Recuperar áreas de proteção permanentes.
- Recuperar matas ciliares agregando valor ecológico, com plantação de espécies nativas e valor econômico, sendo que as espécies nativas são na maioria espécies frutíferas (viveiro comunitário gerenciado pelas associações - para isso o poder público deverá patrocinar poços artesanais e infraestrutura).
- Ofertar, gratuitamente, assessoria para a recuperação das áreas

de preservação permanente, incluindo abertura de corredores, com o apoio do Poder Público, pois o mesmo, no passado, estimulou o desmatamento.

- Realizar ações de educação ambiental em associações, com assuntos referentes aos benefícios da recuperação e preservação, da diminuição dos agrotóxicos, ou seja, desenvolver um movimento de conscientização.
- Desenvolver ações sobre a diminuição do lixo rural/urbano.
- Desenvolver um cronograma de palestras e conferência territorial para discutir entre municípios, as questões das Áreas de Preservação Permanentes (usar a eco van do Território).
- Desenvolver ações com atenção às questões ambientais urbanas (plano diretor).
- Capacitar agricultores quanto às fontes de renda pela preservação.
- Viabilizar licenças ambientais – SEDAM.

4.1.9. Desenvolvimento Econômico

A visão territorial para o desenvolvimento econômico é a de haver agregação de valor na produção da agricultura familiar com qualidade, quantidade e assessoria para atender a mercados. Para tanto se faz necessário:

- Equipar e fortalecer os processos produtivos na agricultura familiar.
- Produzir, de forma diversificada, com agregação de valor pela implantação de agroindústrias.
- Atender aos mercados “conquistados” nas cidades com acesso às compras governamentais (PAA, PNAE e feira do produtor).
- Fortalecer as agroindústrias familiares através do apoio legal (assessoria).
- Acessar aos mercados internacionais.

- Assessorar tecnicamente a agricultura familiar apropriada aos processos produtivos e na gestão dos empreendimentos.
- Pesquisar e investir na agricultura familiar da região, tendo como foco a produção de mamão, mandioca, cará e milho.
- Mudar a postura da agricultura familiar instigando-a para o cultivo de novas culturas, saindo do tradicional, ousando investir em novos mercados, agregando valor.
- Atuar mais efetivamente nas centrais de agroindustrialização e de comercialização.
- Produzir agroecologicamente superando a tradicional.
- Implementar plano de cadeias produtivas.

4.1.10. Infraestrutura e Regularização Fundiária

Sobre a infraestrutura e regularização fundiária a visão é de ter no Território Central os processos de ocupação definidos e regularizados, incluindo serviços constantes de recuperação e manutenção de estradas e acesso ao saneamento básico nas áreas rurais. Para tanto, as ações são:

- Mecanizar a região agrícola implantada; Corrigir os solos realizados.
- Adquirir frota de caminhões para o transporte de calcário.
- Adquirir frota de tratores de pneus e implementos diversos.
- Implantar agroindústrias em cada município do Território.
- Implantar saneamento básico, construção de rede de esgoto e tratamento de água em 100% dos municípios do Território Central.
- Recuperar estradas coletoras e vicinais; Construir pontes de cimento, galerias e bueiros.
- Redistribuir e fortalecer as redes de energia elétrica e acesso ao programa Luz para todos.

- Construir casas (habitação rural).
- Realizar ações de regularização fundiária rural, urbana e reestruturar os órgãos sociais; - Amenizar os custos de regularização fundiária e taxas de documentação.
- Realizar georeferenciamento das propriedades rurais em 100% do Território Central.
- Agilizar o licenciamento ambiental.
- Adquirir máquinas para construção de tanques de piscicultura de acordo com viabilidades.
- Construir laboratório de análise de água e solo para o Território Central.

4.1.11. Segurança Alimentar e Nutricional – Agroindústria

A visão de futuro para a segurança alimentar está pautada no fomento à produção sustentável com qualidade e quantidade para atender a demanda. Para essa visão, o Território deverá:

- Realizar o planejamento da produção (escalamento, frequência/comercialização, qualidade dos produtos, padronização).
- Estimular a produção sustentável e orgânica (produtos orgânicos/agroecológicos, produção econômica, social e ambiental, reduzir a produção transgênicos/agroquímicos).
- Promover políticas educacionais de segurança alimentar e nutricional (inclusão do conteúdo de educação alimentar grade curricular).
- Promover debates para simplificar a legislação sobre o funcionamento legal das agroindústrias.
- Realizar pesquisa e difusão de arranjos produtivos locais.





CAPÍTULO V

CAPÍTULO V: VALORES E PRINCÍPIOS

5.1. Conceituação

É comum existir certa confusão entre valores e princípios, todavia, os conceitos e as aplicações são diferentes. Assim, resumidamente temos: *Princípios* são regras gerais consideradas universais que definem como uma sociedade deve se orientar. *Valores* são normas ou padrões sociais geralmente aceitos ou mantidos por determinado indivíduo, classe ou sociedade, portanto, em geral, dependem basicamente da cultura relacionada com o ambiente onde estamos inseridos. Diferente dos princípios, os valores são pessoais, subjetivos e, acima de tudo, contestáveis. O que vale para um, não vale necessariamente para os demais. Os valores e princípios do Território Central também foram construídos na reunião de novembro de 2010, sendo apresentados abaixo.

5.2. Saúde e Saneamento

- Desenvolver a agroecologia, fortalecendo a agricultura familiar, proporcionando alimentação saudável a todos os cidadãos.
- Promover o desenvolvimento tecnológico com respeito à medicina alternativa.

5.3. Gênero e Geração

- Desenvolver projetos com jovens e mulheres, garantindo acesso ao crédito.
- Garantir que as sociedades indígenas participem dos debates.
- Um sonho: Uma única cidade ambientalmente restaurada, socialmente responsável: idosos, jovens, mulheres, indígena, crianças, economicamente garantidos em todas as necessidades. Esta cidade chama-se Território Central – seus municipais são nossos bairros.

*“O Brasil tem que mudar porque o êxodo não pode continuar.
Os trabalhadores e trabalhadoras rurais da agricultura familiar,
Precisam de renda, educação, cultura, esporte e lazer
para não desanimar.
Temos que arrumar um jeito do agrotóxico fugir do
nosso lugar”.*

5.4. Cultura e Lazer

- Realizar investimentos culturais na área rural.

5.5. Meio Ambiente

- Desenvolver projetos ambientais com jovens e mulheres, garantindo o fortalecimento da agricultura familiar.
- Resgatar a diversidade de sementes da biodiversidade amazônica.
- Desenvolver a piscicultura considerando o meio ambiente.

5.6. Economia

- Viabilizar a sustentabilidade com a valorização do produtor rural.
 - Viabilizar reforma nas leis ambientais.
 - Desenvolver e difundir tecnologias que atendam as necessidades e capacidades dos pequenos e médios produtores, não deixando de lado as questões ambientais.
 - Realizar a regularização fundiária.
- “Que os resultados dessa oficina cheguem às pequenas comunidades.”*







CAPÍTULO VI



CAPÍTULO VI: PROPOSTAS E PROJETOS

As propostas e projetos para o Território Central foram construídos de forma participativa nas oficinas temáticas que ocorreram nos meses de janeiro e março de 2011, conforme expostos nos quadros de 42 a 57.

Quadro 42 (a): Dimensão Sociocultural e Educacional, Educação.

Temática: educação				
O quê?	Por quê?	Onde/Como?	Quem?	Público beneficiário
Ampliar a educação no Campo	Adequar a educação do campo para manter o indivíduo no campo. Adequação de currículo (pescadores, indígenas, extrativistas e agricultores). Capacitar professores para o campo. Contratar professores para os conteúdos técnicos. Níveis de atuação: Fundamental (escola estilo EFA's). Médio (escola estilo EFA's). Graduação: Pedagogia da alternância ou da terra. Pós-graduação: Educação e gestão para sustentabilidade no campo.	Por linhas. Por polos: 3 ou 4 nas sedes dos municípios.	Governo municipal, estadual, federal, universidades e institutos.	Território Central
Espaço escolar para o campo	Para dar condições de aprendizagem e permanência no campo: Salas climatizadas. Quadras poliesportivas. Hortas, pomares e instalações de pequenos animais dentro das unidades escolares. Acesso às tecnologias (internet, etc.). Ônibus para visitas e experiências de sucesso no campo. Acessibilidade.	Em todas as unidades escolares.	Município, estado e União.	Território Central
Reestruturação, ampliação e fortalecimento das EFA's.	Identificou-se que as EFA's precisam passar por um processo de revitalização, reestruturação e fortalecimento. Perda da identidade e finalidade em parte. Permanência do jovem no campo.	Projetos produtivos. Orçamento público. Consórcio intermunicipal para a educação. Bolsas que subsidiem os alunos das EFA's. Ampliação das EFA's. Qualificação e especialização de professores para a realidade e contexto do campo. Onde? Todo o território Central.	Secretarias de Educação municipal e estadual. Movimentos Sociais e Universidades Federais. EFA's, STTR's e Pastorais.	Território Central

Quadro 42 (b): Dimensão Sociocultural e Educacional, Educação.

Temática: Educação				
O quê?	Por quê?	Onde/Como?	Quem?	Público beneficiário
Educação de jovens e adultos na área rural	O alto índice de jovens e adultos não escolarizados. A importância da formação crítica e educacional para jovens e adultos.	- Orçamento público voltado para a educação de jovens e adultos na área rural. - Metodologia e pedagogia especial para esse público. - Campanha educativa com conscientização e sensibilização. - Licenciatura com formação específica superior de Pedagogia da Alternância, ou seja, no campo. - Parceria com Setor Empresarial.	Secretarias de Educação municipal e estadual. Movimentos Sociais e Universidades Federais EFA's, STTR's e Pastorais.	Território Central
Educação do Campo (Pedagogia da Alternância)	Os processos educativos tradicionais vêm ao longo dos anos valorizando os setores urbanos, o que tem provocado grandes e profundas desvalorizações das atividades rurais. Este caminho tem contribuído largamente para o êxodo rural, pois, a metodologia educacional aplicada para a população oriunda da agricultura familiar e a mesma utilizada para a população urbana. Neste sentido, pensar em mudanças nos métodos e nos objetivos da educação, implantando técnicas que valorizam os saberes rurais com a implantação da Pedagogia da Alternância, contribuirá para a fixação do homem no campo, aumentando a qualidade de vida, uma vez que passa a introduzir novas técnicas condizentes com a realidade local.	- Contratação de profissionais para a educação do campo e comunidades tradicionais com concursos específicos: professores do campo juntamente com a UNIR; edital para elaboração de material didático para a educação do campo; criação de um departamento/diretora para a educação do campo na Seduc; - Alimentação escolar: adequação do cardápio de acordo com a produção de cada região para sua adequação no PNAE e a contratação de nutricionistas regionais; - Mapeamento da alimentação escolar da agricultura familiar; - Reconhecimento/custeios das EFA's - implantar experiência de ensino integral/alternância; - Formação permanente em educação do campo e comunidades tradicionais, criando projetos de pós-graduação; - Articular ações voltadas para a questão ambiental;	Poder público federal: MEC e Universidades; Poder público estadual: SEDUC, SEAGRI, SEAS, IDARON, SEDAM, Conselhos de Educação; Poder público municipal: prefeituras, SEMAGRI, SEMAS, SEMECES; Conselhos de Educação; Sociedade civil, Território Central, FETAGRO, MPA, Associações, EFA's, Cooperativas, Sindicatos, Via Campesina.	Território Central

Quadro 42 (b): continuação

Temática: Educação				
O quê?	Por quê?	Onde/Como?	Quem?	Público beneficiário
		• Possibilitar uma aproximação da educação às organizações sociais e familiares, sindicatos, associações e cooperativas, possibilitando uma formação mais voltada para as questões sociais familiares; • Apoiar e articular ações voltadas para a educação ambiental, tendo em vista os desafios, colocado pelo código florestal e pelo zoneamento socioeconômico e ecológico de Rondônia; • Construção participativa do projeto político pedagógico para as escolas do campo, democratizando e nomeação dos gestores da educação nas escolas; • Avaliação constante dos profissionais da educação.		
Educação no campo (Cultura e Esporte)	Os projetos de valorização da cultura e difusão de esportes e lazer, geralmente são pensados para as populações urbanas. As atividades culturais envolvendo as famílias e as populações rurais e as populações tradicionais se restringem normalmente a festas agropecuárias, é que normalmente acontece nas cidades. A falta de opção de lazer na zona rural tem tornado a vida na cidade cada vez mais atrativa, fazendo com que os jovens empenhem esforços para esta migração, contribuindo para o abandono das propriedades rurais.	• Implantação de centros de valorização da cultura rural e de comunidades tradicionais; • Construção de campos oficiais para esportes olímpicos; • Valorização dos saberes dos membros da terceira idade e envolvendo também os jovens; • Realização anual de eventos envolvendo as comunidades indígenas do território central; • Realização anual de eventos envolvendo as comunidades extrativistas do Território Central.	• Poder público federal: MEC, Ministério da Cultura e Esporte, FUNAI e MMA; • Poder público estadual: SEDUC, SEAS, SEDAM e SECEL; • Poder público municipal: Ligas esportivas, associações e cooperativas.	Território Central

Quadro 43: Dimensão Sociocultural e Educacional, Política Cultural e Etnocultural.

Temática: Política Cultural e Etnocultural				
O quê?	Por quê?	Onde/Como?	Quem?	Público beneficiário
Mostra Etnocultural – TCC	Fortalecimento das atividades etnoculturais nos municípios do TCC.	Local: Ji-Paraná.	Parceria: Iniciativa Privada, Assoc. Com. rurais, Secel, Fundação Cultural (Ji Paraná) Sec. Municipais.	Assoc. Culturais, Assoc. Comunitárias, produtores culturais e Organizações Culturais do Poder Público e comunidades em geral.
Mostra etnocultural territorial	Produto; Levantamento de expressões culturais (diagnóstico) e elaboração de formulário de cadastramento; Elaboração de categorias competitivas: expressão cultural não competitiva; oficinas de ensinanças; Elaboração de catálogos.	Território Central	Associações rurais, Secel, Fundação Cultural e secretarias municipais.	Território Central
Encontro entre povos indígenas de mesmo tronco linguístico.	Justificativa: Revitalização de práticas etnoculturais de povos indígenas de mesmo tronco linguístico.	Local: T. I. Igarapé Lourdes.	Parceiros: Secel, Funai, Secretarias municipais, Comin, Índia Amazônia, Rioterra, Org. Paderêehij.	Público-Alvo: Gavião, Arara, Zoró, Suruí, Cinta Larga e Aruá.
Construção e ampliação de bibliotecas públicas – espaço de leitura e espaço audiovisual.	Justificativa: Estrutura adequada quanto ao espaço de expressão cultural.	Municípios: Teixeiraópolis, Jaru e Urupá.	Parceiros: Governo do Estado – RO, Secel, MEC, Sec. Munic. de Cultura, Educação, Esporte e Lazer.	Público-alvo: comunidades: Teixeiraópolis, Urupá e Jaru.

Quadro 43: continuação

Temática: Política Cultural e Etnocultural				
O quê?	Por quê?	Onde/Como?	Quem?	Público beneficiário
Projeto Medicina da Floresta	Valorização da cultura indígena e estímulo das potencialidades etnoculturais da região amazônica. Enfrentando à perda das tradições indígenas da região e produzindo o contexto cultural indígena e promovendo as potencialidades econômicas das aldeias em questão; Cooperação direta com representantes das aldeias, mais especificamente nas pesquisas das espécies. A definição dos instrumentos de cultivo e a capacitação adequada das aldeias na produção destas espécies serão realizadas em cooperação com as entidades de assistência técnica e fomento, definindo métodos agroecológicos para o cultivo. A Funai, as pastorais da saúde e da terra, acompanhando a relação entre as equipes de técnicos e os indígenas, STTR e associações indígenas.	A partir do momento em que o levantamento das espécies estiver pronto e os mecanismos de cultivo definidos contemplando, inclusive, kits de produção, como as hortas mandala, por exemplo, que serão oferecidas às aldeias para o cultivo terá início a campanha educativa de revitalização conceitual desses costumes. Isto será feito através de atividades recreativas lúdicas abordando os elementos culturais da tradição indígena como a música, danças, comidas típicas, etc. Dentro destas gincanas que terão cronograma definido e através delas será divulgado o projeto de valorização da cultura e tradição indígena. Utilizar-se-ão do acervo de conhecimento indígena e posse de matrizes de plantas medicinais para efetivação de parcerias com o projeto País; Num segundo momento, de acordo com o sistema de avaliação e controle do projeto, terá início a implementação do sistema de comercialização dos medicamentos. Em parceria com a associação dos indígenas, a Funai e o Sebrae, será criada uma farmácia de medicamentos indígenas que deverá ser administrada por uma comissão estabelecida pelos indígenas e a FUNAI; Onde? À princípio o projeto será implantado no município de Ji-Paraná, junto às etnias Arara e Gavião, por uma equipe interdisciplinar contendo representantes, técnicos da Funai, da Emater e da Semas, com uma assistente social para compartilhar o processo de início das pesquisas.	Universidades, CEPLAC, Embrapa e FUNAI.	Comunidade em geral.

Quadro 44: Dimensão Sociocultural e Educacional, Esporte e Lazer.

Temática: Esporte e lazer				
O quê?	Por quê?	Onde/Como?	Quem?	Público beneficiário
Centro poliesportivo de integração Estrutura: campo iluminado de futebol e suíço, quadras, parque infantil, áreas para banhos, pesca, pistas para caminhada, transporte, comunicação e profissionais da área (instrutores).	Atender toda faixa etária, gênero e geração e etnias, proporcionando qualidade de vida e inclusão social, diminuindo o êxodo rural.	1ª opção: escolas polos (em todos os municípios) do TC. 2ª opção: associações rurais, cooperativas e escolas indígenas.	Associações rurais, cooperativas, Secretarias de Educação, Esporte e Cultura, assistência social, sindicatos, FETAGRO, FUNAI, associações indígenas, empresas privadas e Ministérios afins.	

Quadro 45: Dimensão Sociocultural e Educacional, Saúde.

Temática: Saúde				
O quê?	Por quê?	Onde/Como?	Quem?	Público beneficiário
Título: Saúde de Verdade no campo e na Cidade	Considerando o crescimento populacional pode-se observar que as políticas de saúde adotadas para atender a população, principalmente dos municípios da região Norte, não atendem as necessidades apresentadas, principalmente em se tratando da população rural, ocasionando, assim, o crescimento constante do êxodo rural e aumentando a aglomeração da população urbana. Desta forma, as unidades mistas de saúde passam a ter uma superlotação acabando por não ter a estrutura física e humana para fazer a saúde curativa que possa atender de forma satisfatória. Propõe-se a implementação deste projeto que tem por objetivo a reestruturação e estruturação das equipes da saúde da família, com equipamentos e profissionais da área para realizar de forma adequada a saúde preventiva.	Política de qualidade da água no campo/cidade: análise e tratamento de água. Palestras educativas com o foco na qualidade da água. Coleta seletiva de lixo e construção de fossas para o lixo orgânico. Recuperação e proteção de mananciais. Reestruturação e estruturação das equipes de Saúde da Família – PSF.	Parceiros: Governo federal, estadual e municipal; FUNASA, Vigilância Sanitária, Conselhos (CMDR, Saúde, ASS Social, Idoso, CMDCA, CAERD, SEDAM, SESA, Sociedade Civil Organizada).	Território Central.
Título: Hospital Território Central	Justificativa: Em virtude do potencial do município, localização, população.	Local: Ji-Paraná.	Parceiros: Governos: federal, estadual e municipal com gestão compartilhada.	Território Central.

Quadro 45: continuação

Temática: Saúde				
O quê?	Por quê?	Onde/Como?	Quem?	Público beneficiário
Título: Águas do Machado	Justificativa: Recebe afluentes dos 13 municípios. Transversalidade. Diminuição do volume de água (SIPAM).	Local: Ação simultânea nos grandes rios.	Parceiros: Sociedade Civil e as três esferas governamentais.	Território Central.
Título: Território saudável: sem saúde não há vida	Justificativa: Sendo a saúde um bem comum, é necessário que todos que geram melhoria de qualidade de vida ao ser humano se envolvam e contribuam para o desenvolvimento sustentável, sendo: área social, econômica, ambiental e educacional que.	Para a promoção e recuperação da saúde do Território Central faz-se necessário as seguintes ações: Estruturação dos hospitais (físico e humano) em todos os municípios; Criação de uma estruturação básica de média e alta complexidade em Ji-Paraná, para atender todos os municípios do território central; Humanização dos profissionais do atendimento da saúde; Implantação de rede completa de esgoto atingindo 100% em todos os municípios do território; Expansão de PSF (Programa de saúde familiar); Criação de um programa de hortas caseiras, urbana e rural, incluindo plantas medicinais; Capacitação dos profissionais do PSF's para orientação do programa de hortas; Campanha educacional de utilização correta dos medicamentos; Implantação de coleta seletiva de resíduos sólidos e orgânicos como medida de prevenção.	Parceiros: Governo federal: Ministérios da Saúde, Agricultura, Desenvolvimento Agrário e das cidades; Governo estadual: Secretarias da Saúde, Educação, Agricultura e Meio Ambiente; Governo municipal: Secretaria da Saúde, Agricultura, Meio Ambiente e Obras; Sociedade civil organizada: EMATER, associação de produtores rurais, de bairros, escolas, ONG's e outros afins.	Território Central.

Quadro 46: Dimensão Sociocultural e Educacional, Gênero e Geração.

Temática: Gênero e geração				
O quê?	Por quê?	Onde/Como?	Quem?	Público beneficiário
Encontro Territorial de mulheres agricultoras, extrativistas, pescadoras e indígenas.	Fortalecimento territorial do gênero, na questão PAA, PENAE. Desenvolvimento e certificação de produto orgânico.	Um encontro em cada município do Território Central.	Fetagro, STTR's, Ceplac, Emater, prefeituras (Vitalina) e mulheres.	Mulheres.
Encontro territorial da juventude indígena e rural	Fortalecimento da geração.	No Território Central - Hotel fazenda.	Fetagro, SEDUC, Semac.	Jovens e indígenas.
Polo agroindustrial - Territórios da Cidadania	Capacitação e comercialização agro-mercado-industrial-comercial que contemplará a inserção produtiva das famílias da região, estabelecendo pontos de atuação dentro da cadeia produtiva para mulheres, idosos e jovens, inclusive de comunidades indígenas. Como? Os centros de distribuição serão a coleta nas comunidades produtivas e direcionarão ao polo central que fará o beneficiamento final e tratará da comercialização. Os produtos contemplados por potencialidade produtiva de cada região poderão ser: laticínios, panificações, embutidos e defumados, polpas de frutas, frutas e legumes, artesanatos indígenas e regionais. O polo central também estará encarregado, através de uma comissão de estímulo comercial, das parcerias para os treinamentos e capacitações e da criação de um selo de identificação da marca de cadeia produtiva.	Cursos de capacitação profissional, promovido nas comunidades, por empresas como Sebrae, Senai, oferecendo treinamentos em produção, comercialização e ao cooperativismo, nas áreas de potencial contempladas na cadeia produtiva do polo industrial. Os cursos disponibilizarão conteúdos para cada integrante das famílias e comunidades produtoras, considerando as variações de gênero e geração. Onde? Todas as regiões do estado serão contempladas seguindo o critério das potencialidades produtivas de cada região. O parque industrial central estará localizado por ordens logísticas no TC. E em cada um dos demais Territórios será criado o Centro de distribuição para coleta das matérias-primas de cada microrregião.	Emater, SEAGRI, Fetagro.	Agricultores familiares.
Apoio à produção de artesanato indígena do Território Central	Não há perspectiva de geração de renda e emprego, mas há dinamização do artesanato indígena com resgate.	Associações indígenas e FUNAI. Onde? No Território - em um Hotel fazenda.	Emater, Funai.	Comunidades indígenas
Curso para o nível médio e superior.	Com a finalidade de preparar e aproveitar o jovem para realizar um bom projeto para a comunidade, faz-se necessário investir em cursos de projetos de nível médio e superior.	No Território.	Emater, Rio Terra.	Comunidade em geral.

Quadro 47: Proposta Dimensão Político Institucional, Organização e Gestão Social.

Temática: Organização e gestão social				
O quê?	Por quê?	Onde?	Quem?	Público beneficiário
Projeto de inclusão de jovens nos debates de políticas públicas e de geração de renda	Para formação de opiniões e valorizações dos jovens do campo, seus sonhos, desenvolvimento e organização de ocupação e renda.	Território Central.	Haiandara, Gino, Murilo.	Jovens moradores do campo.
Criação de uma gerência temática sobre os jovens do	Fortalecer participação jovem.	Reunião de março em Ji-Paraná (4 de março eleição).	Haiandara, Gino, Murilo.	Território Central.
Projeto de inclusão de jovens nos debates de políticas públicas e de geração de renda.	Para formação de opiniões e valorizações dos jovens do campo, seus sonhos, desenvolvimento e organização de ocupação e renda.	Território Central.	Haiandara, Gino, Murilo.	Jovens moradores do campo.
Criação de uma gerência temática sobre os jovens do campo	Fortalecer participação jovem	Reunião de março em Ji-Paraná (4 de março eleição).	Haiandara, Gino, Murilo.	Território Central.
Projeto de inclusão de jovens nos debates de políticas públicas e de geração de renda	Para formação de opiniões e valorização dos jovens do campo, seus sonhos, desenvolvimento e organização de ocupação e renda.	Território Central.	Haiandara, Gino, Murilo.	Jovens moradores do campo.
Criação de uma gerência temática sobre os jovens do campo	Fortalecer participação jovem.	Reunião de março em Ji-Paraná (4 de março eleição).	Haiandara, Gino, Murilo.	Território Central.

Quadro 48: Proposta Dimensão Político Institucional, Segurança Pública.

Temática: Segurança pública				
O quê?	Por quê?	Onde/Como?	Quem?	Público beneficiário
Família Feliz	Evitar a violência doméstica.	Escolas, associações, igrejas, sindicatos, cooperativas, organizações governamentais e sociedade organizada. Como: Capacitações, (palestras, concursos, teatros, conferências, eventos culturais e outros).	Poder público e sociedade organizada, MP, OAB, APP's, STTR's, EMATER, CRC, universidades, Fórum, Conselho Tutelar e Polícias.	Território Central.
Seja Careta, não às drogas	O uso de drogas estimula a violência (furtos, roubo, etc.).	Comunidades rurais do Território Central.	Poder público e sociedade organizada: MP, DAB, APP's, STTR, EMATER, CRC, universidades, Fórum, Conselho Tutelar e Polícias.	Território Central.
Resgate dos valores familiares	Acentuada perda dos valores familiares ocasiona ou facilita a proliferação das drogas.	Comunidades rurais do Território Central. Como? Ampliar para área rural.	Poder público estadual e federal, pastoral do menor educador, conselhos tutelares, etc.	Território Central.
Capacitação dos agentes comunitários.	Alto índice de drogas e prostituição na zona rural.	Comunidades rurais do Território Central.	Rioterra.	Território Central
Campo e cidade com segurança	Dado ao crescimento da criminalidade em todos os setores, principalmente na zona rural onde o Estado não está constantemente presente, verifica-se a necessidade de uma polícia mais efetiva, preventiva e investigativa. Tem-se certificado, com o novo sistema de educação, uma grande aglomeração de alunos nas escolas polos o que possibilita o aumento da criminalidade, motivada pelo uso de entorpecente - o que justifica a implantação de uma polícia mais presente e atuante.	Em todos os municípios emancipados que compõem o Território Central da Cidadania, com implantação, estruturação de delegacias e quartéis militares nos distritos; integração das polícias, designando policiais civis para os quartéis militares, buscando a investigação preliminar. Presídios: Criação de colônias penais; Programa efetivo de ressocialização assistida com estrutura adequada por microrregião. Delegacia da Mulher - uma delegacia por município, com acompanhamento de uma equipe multidisciplinar; criação da casa de apoio à mulher, por município. Obs.: Criação de Centro de recuperação de menores no TC; capacitação e/ou treinamento específico para motoristas escolares do TC bem como o diagnóstico e pesquisa da segurança pública no campo (áreas rurais).	Além do estado que é de direito, municípios e sociedade civil organizada (conselho tutelar) e formação de conselheiros.	Território Central.

Quadro 48: continuação

Temática: Segurança pública				
O quê?	Por quê?	Onde/Como?	Quem?	Público beneficiário
Criação de colônias penais: Programa efetivo de ressocialização assistida com estrutura adequada por microrregião		Em todos os municípios emancipados, que compõem o Território Central da Cidadania, com implantação, estruturação de delegacias e quartéis militares nos distritos promovendo a integração das polícias designando policiais civis para os quartéis militares, buscando investigações preliminares. Criação de centro de recuperação de menores no território central. Capacitação e/ou treinamento específico para motoristas de veículos escolares no território central. Diagnóstico e pesquisa da segurança pública no campo (áreas rurais).		Território Central.
Delegacia da mulher: Criação de uma delegacia e casas de apoio à mulher, por município, com acompanhamento de uma equipe multidisciplinar		Em todos os municípios emancipados que compõem o Território Central da Cidadania, com implantação e estruturação de delegacias e quartéis militares nos distritos, uma integração das polícias promovendo a integração das polícias designando policiais civis para os quartéis militares, buscando investigações preliminares.		Território Central.

Quadro 49: Proposta Dimensão Político Institucional, Organização Social e Institucional.

Temática: Organização social e institucional				
O quê?	Por quê?	Onde/Como?	Quem?	Público beneficiário
Conhecer para sobreviver	Diagnosticar habilidades produtivas e pontos de interesse.	Em todas as linhas e organizações.	EMATER, Universidades, STTR's, FETAGRO, CMDR, CEPLAC e Prefeituras.	Agricultores familiares.
Jovens e mulheres inseridos na organização social/institucional.	Por ser um público que não vê resultado na organização e se auto-exclui por diversos fatores dentre eles: Falta de gestão direcionada para esses 02 públicos. Falta de motivação própria. Contudo, propomos que sejam criadas nas prefeituras do Território Central, uma secretaria ou departamento que busque esse público para as instituições.	Realização de diagnóstico com mulheres e jovens sobre as alternativas econômicas/sociais e culturais. Capacitação e qualificação de mulheres e jovens para a permanência no campo.	Parceiros como o Conselho de desenvolvimento rural e outros, STT's, movimentos sociais, EMATER's, CEPLAC, Pastorais sociais, Grêmios, UNIR, estudantes, colegiados e associações de mulheres, Secretaria de Assistência Social, de Agricultura e Meio Ambiente, Educação, Cultura, Saúde e Esporte.	Jovens e mulheres.
Integração, viabilização econômica e sustentabilidade para organização social de jovens e mulheres		Realização de oficinas voltadas para o gerenciamento da propriedade rural, para inclusão de jovens e mulheres na produção rural sustentável. Disponibilidade de créditos viáveis para jovens e mulheres rurais.	Parcerias com EMATER's, SENAR, Banco Basa, Brasil, Caixa Econômica, BNDES.	Agricultores familiares.

Quadro 49: continuação

Temática: Organização social e institucional				
O quê?	Por quê?	Onde/Como?	Quem?	Público beneficiário
Conhecer, fazer e transformar	Levando em consideração várias organizações sociais que não conhecem a sua principal função e finalidade, faz-se necessário conhecê-las mais a partir da formação e capacitação dos agentes, tornando-as mais capazes de fazerem ações práticas com objetivo de transformar a realidade.	Formação continuada por etapas em: Conceito organizacional; Gestão administrativa. Planejamento e plano de ação. Relações interpessoais, sociais e solidárias. Orçamento público. Programa de formação permanente de agentes de desenvolvimento territorial- TC. Obs.: Gênero, geração e etnias. Usar metodologia de reflexão-ação-reflexão, acompanhamento e monitoramento. Onde? Todos os municípios e distritos do Território Central, tomando por base a experiência do Distrito de Estrela de Rondônia.	Governo federal: MDA, MAPA, MDS, FUNAI e UNIR; Governo estadual: SEAGRI (PROVE), IDARON, SEDES, SEAS e SEDUC; Governo municipal: SEMAGRIS, SEMAS e Sec. de Educação. Sociedade Civil: Sistema S (SENAR, SESI, SENAI, SEBRAE), EMATER, Conselhos (CMDR, CME, CMAS), Cooperativas de Trabalho, Fundações e Sindicatos.	Agricultores familiares.
Interligação dos Ministérios com os Territórios da Cidadania de Rondônia	O poder público geralmente trabalha com mais objetividade. As discussões territoriais até então têm demonstrado deficiência na concretização dos projetos elaborados por perceber a falta de interligação entre os Ministérios e a valorização devida à política da territorialidade. Em face desta realidade é necessário que os Ministérios venham até a base para fortalecer o objetivo e a prática da organização dos estados em Territórios da Cidadania. Esta ação poderá contribuir para um efetivo planejamento e execução em cada município.	Os 22 Ministérios, prefeituras (prefeitos e secretários) e câmaras técnicas. Obs.: Inserir os demais Territórios da Cidadania. Onde? Nível Estadual.	CODETER, MDA.	Agricultores familiares, entidades representativas e público em geral.

Quadro 50: Proposta Dimensão Ambiental, Meio Ambiente.

Temática: Meio ambiente				
O quê?	Por quê?	Onde/Como?	Quem?	Público beneficiário
Título: Sensibilizar e capacitar para um Território Central Saudável	Justificativa: Devido à falta de sensibilidade com o meio em que vivemos, faz-se necessária uma capacitação voltada à sensibilização para mediação e intervenção dos problemas existentes, com implantação de programas voltados para o uso de agrotóxicos, esgotos, resíduos, desmatamento e recuperação.	Local: Em todos os municípios do Território Central.	Parceiros: Secretaria de Educação, Saúde, Meio Ambiente, Obras, Assistência Social, Ministérios Públicos, EMATER, CEPLAC, IDARON, SEDAM, Conselhos e afins.	Agricultores familiares.
Título: Reconstruindo a Vida da biodiversidade no Território Central	Justificativa: Devido ao alto índice de desmatamento no Território Central, é necessário que se crie condições para que o desmatamento seja excluído. Além da implantação de políticas públicas voltadas à recuperação dos mananciais e da biodiversidade, com diminuição da poluição dos rios e igarapés, em todos os municípios do Território Central.	Local: Em todos os municípios do Território Central (matas ciliares e igarapés).	Parceiros: Instituições financeiras-públicas e privadas: BNDES, BASA, B.B., CEF. Ministérios: MMA, MDA, das Cidades. Órgãos federais: FUNAI, DFDA, CEPLAC, MPF. Secretarias estaduais: SEAGRI, SEDAM, SEPLAN, IDARON, SEAE (assuntos estratégicos). Secretarias municipais: Agricultura, Meio Ambiente, Educação, Saúde, Assistência Social e Obras. Outras instituições: EMATER, STTR's, associações, CMDR e outros Conselhos afins.	Agricultores familiares
Título: Pró-ambiente do Território Central	Justificativa: Resgatar agentes comunitários /ambientais. Propor ações educativas associadas à prática. Minimizar os resíduos sólidos rural/urbano. Criação de critérios para seleção desses agentes dentro da visão ambiental, para transmitir segurança/credibilidade, comunicativos, facilitadores.	Local: Território Central.	Parceiros: Ministério do Meio Ambiente.	Agricultores familiares.

Temática: Meio ambiente				
O quê?	Por quê?	Onde/Como?	Quem?	Público beneficiário
Título: Águas do Jaru	Justificativa: Servirão como unidades demonstrativas os rios: Urupá, Paraíso, Boa Vista, Machado e outros.	Local: Microbacia do rio Jaru (Governador Jorge Teixeira, Jaru, Theobroma, Vale do Anari e Vale do Paraíso).	Parceiros: EPA/Petrobras.	Agricultores familiares.
Título: Gestão Sustentável	Justificativa: O desmatamento desenfreado para fins econômicos (pecuária) traz consequências drásticas no equilíbrio ecológico do Território Central. Com este projeto espera-se que o homem tome providências e perceba que antes do dinheiro está em jogo a vida das gerações presentes e futuras do Território Central.	Proteção, recuperação, e preservação de uma bacia hidrográfica no Território Central. Criação, em todos os municípios, dos Conselhos de meio ambiente.	Parceiros: Poderes municipais, estadual e federal.	Agricultores familiares.
Título: Educar para Preservar	Justificativa: Desenvolver nas pessoas o conhecimento, atitude e habilidade voltada para o meio ambiente.	Elaborar um cronograma de palestras e conferências nos municípios do Território para discutir os assuntos inerentes ao código florestal e acesso ao crédito rural. Sociedade civil organizada, sindicatos, COOTRARON, EMATER, associação de produtores rurais e conselhos, outros.		Agricultores familiares.
PAA sem agrotóxicos	Potencializar a produção agroecológica e familiar.	Território Central.	SEAGRI, EMATER, Fetagro	Agricultores familiares.
Projeto estratégico com o foco no zoneamento socioeconômico e ecológico do Território Central	Melhor compreensão das ações territoriais.	Território Central.	SEDAM, UNIR.	Agricultores familiares.

Quadro 51: Proposta Dimensão Ambiental, Regularização Fundiária.

Temática: Regularização fundiária				
O quê?	Por quê?	Onde/Como?	Quem?	Público beneficiário
Título: Campanha para compreender a regularização fundiária sustentável no Território Central	Justificativa: Devido à dificuldade de compreensão em regularização fundiária, faz-se necessária uma campanha mobilizadora que envolva toda a sociedade, através de palestras nas escolas e comunidades, e elaboração de materiais sobre o tema, sendo cartilha, folders, spot, em rádio, cartazes para o acesso da regularização fundiária sustentável.	Local: Ji-Paraná.	Quem: Assessora do Território Central. Parceiros: MDA, MMA, Rio Terra, sindicatos e associações e outras.	Comunidade em geral.
Título: Elaboração dos planos municipais de regularização fundiária sustentável no TC.	Justificativa: Devido a ausência de instrumento de RFS nos municípios do TC, faz-se necessária a elaboração dos planos locais de RFS. Os planos subsidiarão o planejamento, diagnóstico e diretrizes para o conjunto das ações de uma política de RFS.	Local: Em todos os municípios do Território.	Parceiros: Ministério das Cidades, SEPLAN, SEDAM, MMA, MDA, EMATER, Universidades, STTR's, cooperativas, associações, conselhos, SPU/RO, Rioterra, Câmara de vereadores e CEPLAC.	Comunidade em geral.
Título: Capacitação em questão fundiária. Fórum de discussão, sobre regularização fundiária. Direitos agrários.	Justificativa: Para ampliar os conhecimentos referentes ao tema a fim de aprofundar os debates e, consequentemente, propor projetos estratégicos.		Parceiros: INCRA/Terra Legal	Comunidade em geral
Título: Território Legal	Justificativa: Tendo em vista a existência de dados fundamentais para a regularização fundiária, criou-se uma inadimplência impagável dos títulos dos pequenos agricultores. Projeto de Lei para anistia dos débitos anteriores em troca de compensação ambiental até a regularização fundiária para a agricultura familiar.	Local: Para todos os territórios do Estado de Rondônia.	Parceiros: Assembléia Legislativa, Ministério Público, Sociedade civil organizada.	Comunidade em geral
Título: Zoneamento de Potencialidades	Justificativa: Em virtude do ZSEE do Estado de Rondônia não atender as questões peculiares (solo, relevo, vegetação, hidrográfico e outros). Em função da escala, faz-se necessário a ação de Zoneamento de potencialidades.	Diagnóstico das potencialidades produtivas com o uso racional dos recursos naturais.	Parceiros: Governos estadual, municipal e federal.	Comunidade em geral.

Quadro 52: Proposta Dimensão Socioeconômica, Produção.

Temática: Produção				
O quê?	Por quê?	Onde/Como?	Quem?	Público beneficiário
Diagnóstico produtivo	Conhecer potencial produtivo.	Todo Território Central.	João da Cruz e Maria da Penha.	Agricultor familiar.
Apoio e incentivo à produção de café e cacau orgânico	Preservar o meio ambiente. Agregar valor à produção. Assegurar qualidade alimentar.	Todo Território Central.	Jairo (Coocaram), José Ribeiro e Maria da Penha.	Agricultor familiar.
Melhoramento da produção através de pesquisas: EMBRAPA, CEPLAC, EMATER e difusão tecnológica	Divulgar e nivelar as informações/ orientações técnicas visando à melhoria da produção.	Todo Território Central.	Francisco Neto e João da Cruz (CEPLAC).	Agricultor familiar.
Agroecologia: estudos, acompanhamentos e conscientização	Preservar e fortalecer os programas agroecológicos.	Todo Território Central.	João Luiz, Ademilson e Maurício	Agricultor familiar.
Diversificação das culturas “SAF”	Promover a diversificação de cultura na agricultura familiar.	Todo Território Central.	Francisco Neto (CEPLAC).	Agricultor familiar.
Laboratório de análise de solo	Conhecer as deficiências e potências nutricionais para atender demandas existentes.	Todo Território Central.	Francisco Neto (CEPLAC).	Agricultor familiar.
Produção de mudas de plantio	Disseminar por que é necessário para o agricultor familiar?	Todo Território Central.	João Vilmar (Polaco) Emater.	Agricultor familiar.

Quadro 53: Proposta Dimensão Socioeconômica, Comercialização e Distribuição.

Temática: comercialização e distribuição				
O quê?	Por quê?	Onde/Como?	Quem?	Público beneficiário
Adquirir meios de transportes para possibilitar o deslocamento/escoamento da produção até os mercados regionais e centrais de comercializações	Para fazer chegar a produção até o consumidor e à central de comercialização.	Dentro do Território Central.	Raimundo Umbelino (Colônia de pescadores).	Pescadores (caminhão com câmara fria). Agricultura familiar.
Estruturar 03 BSC e criar 03 centrais de comercialização no Território Central	Para fortalecer a comercialização da Agricultura Familiar.	Jaru, Ji-Paraná e Alvorada.	Creunice Vilarim (FETAGRO).	Agricultura familiar. Ribeirinhos, pescadores e indígenas.
Curso de formação na Gestão Administrativa, associação e cooperativas	Porque temos carência de formação na gestão de recursos e pela baixa instrução escolar.	No Território Central com associações e cooperativas da agricultura familiar.	Raimundo Umbelino (Colônia de pescadores) e Maria da Penha - GT de mulheres.	Coordenações das gestões administrativas (associações e cooperativas).

Quadro 54: Proposta Dimensão Socioeconômica, Armazenamento.

Temática: Armazenamento				
O quê?	Por quê?	Onde/Como?	Quem?	Público beneficiário
Contratar consultoria para realização de estudo, diagnóstico e logística de armazenamento	Evitar mais uma construção de <i>elefante branco</i> , isto é, evitar a construção de infraestrutura sem levar em consideração critérios técnicos operacionais.	Todo Território Central.	Jorge, Fábio e Maurício.	Todos os agricultores familiares do Território Central.
Transferir a posse/propriedade do patrimônio da FRUTIRON/BASA para uma cooperativa do Território	Porque o imóvel está ocioso.	O imóvel está localizado em Ji-Paraná.	Jorge.	Todos os agricultores familiares do Território Central.

Quadro 55: Proposta Dimensão Socioeconômica, Transformação e Beneficiamento.

Temática: Transformação e beneficiamento				
O quê?	Por quê?	Onde/Como?	Quem?	Público beneficiário
Marca da agricultura familiar	Para identificação das agricultoras (es) do Território.	Território Central.	Creunice e Jorge.	Agricultura familiar.
Plano de aproveitamento dos armazéns existentes dentro do Território	Diminuir gastos e resgatar o dinheiro público parado.	Nos 13 municípios que compõe o Território	Jorge, Fábio e Maurício	Associações
Disponibilização de diversos kits industriais e capacitação (farinheira, despulpamento, defumados. Limpeza de área, panificação e açúcar mascavo)	Beneficiar a produção; Oportunizar acesso aos mercados institucionais e venda.	Território Central.	Francisco Neto.	Associações (grupos organizados) e grupos de jovens e mulheres.
Ampliação do PAA	Porque ainda não alcançou todas as agricultoras.	Nos 13 municípios do Território Central.	Creunice.	Associações.
Excursão/capacitação (RECA)	Atacar o baixo nível de organizações dos agricultores.	RECA.	João da Cruz.	Líderes do Movimento Social.

Quadro 56: Proposta Dimensão Socioeconômica, Infraestrutura.

Temática: Infraestrutura				
O quê?	Por quê?	Onde/Como?	Quem?	Público beneficiário
Realização de seminários e capacitação para uso de novas técnicas de recuperação de estradas (ecopavimentação)	Aprofundar o contato com novas técnicas que contribuam para a manutenção de estradas vicinais.	Com a participação dos prefeitos e secretários do TC.	Zequiel e Paulo.	População do Território da Cidadania Central de Rondônia.
Construção de pontes e bueiros de concreto	Reduzir riscos de catástrofes. Reduzir o isolamento das populações, Agilizar o escoamento da produção e Reduzir a dependência de madeira.	Nas estradas vicinais do TC.		Comunidade em geral.
Canalização e isolamento de igarapés urbanos	Reduzir riscos de catástrofes e contaminação pela água e poluição dos igarapés.	Em todos os municípios do TC onde o perímetro urbano alcançou áreas de igarapés.		Comunidade em geral.
Patrulha mecanizada para recuperação de estradas vicinais (trator esteira, retroescavadeira, pá carregadeira, moto niveladora, pé-de-carneiro, e caminhões caçambas)	Diminuir a dependência de recursos externos para manutenção das estradas, possibilitar a recuperação e manutenção das estradas vicinais em período adequado.	Uma patrulha para cada município.		Comunidade em geral.
Planejamento para construção de rede de escoamento pluvial em áreas urbanas	Reduzir os riscos de enchentes e a contaminação pela água	Construção principalmente nos municípios fora do eixo da BR 364.		Comunidade em geral.
Pavimentação das linhas principais na zona rural	Melhorar o fluxo de veículos e escoamento da produção rural.	Identificar onde há necessidade.		Comunidade em geral.
Construção de pontes e estradas interligando os municípios do Território Central	Reduzir o isolamento dos municípios do TC	No Rio Jaru, interligando Anari com Vale do Paraíso.		Comunidade em geral.
Interligar os municípios eletricamente isolados nas redes centrais das hidroelétricas	Melhorar a capacidade elétrica dos municípios. Reduzir a dependência de eletricidade termoeleétrica.	Todos os municípios isolados.		Comunidade em geral.
Ampliação do Programa Luz para Todos	Atender 100% da população.	Em todos os municípios.		Comunidade em geral.
Criação de linhas de crédito para construção de subestação elétrica em zona rural	Possibilitar melhoria na qualidade de energia nas propriedades.	Em todos os municípios do TC. (Campanha)		Comunidade em geral.
Aquisição de equipamentos e capacitação para o beneficiamento de resíduos da floresta	Não há aproveitamento de resíduos oriundos do projeto de manejo florestal comunitário das Resex.	Vale do Anari.	SEAGRI, SEDAM, Prefeitura do Vale do Anari e COOPEX.	Extrativistas.

Quadro 57: Proposta Dimensão Socioeconômica, Áreas de Extrema Pobreza.

Temática: Áreas de extrema pobreza				
O quê?	Por quê?	Onde/Como?	Quem?	Público beneficiário
Título: Educação: um direito de todos e dever do Estado.	Justificativa: A educação oferecida nos dias de hoje precisa ser adaptada com a realidade local, levando em consideração os potenciais da cultura local e regional. Para tornar-se realidade precisamos investir na valorização e capacitação dos profissionais envolvidos.	Local: Em todos os municípios do Território Central.	Parceiros: SEDUC, SEMED, Ministério da Educação, Universidades e Sociedade Civil Organizada.	
Título: Saúde, um direito de todos e um dever do Estado.	Justificativa: Com o pouco apoio que temos das famílias pobres das instituições governamentais, é necessária a capacitação e sensibilização de profissionais para realizar um trabalho contínuo com as famílias que se encontram na zona rural e urbana.	Como: Equipe de médicos e enfermeiros com uma unidade móvel de apoio, com postos de saúde nas escolas polos, fortalecendo a saúde preventiva. Local: Todos os lugares que existem extrema pobreza; assentamentos nas áreas periféricas dos municípios do Território Central.	Parceiros: Ministério da Saúde, SEMUSA, SENS AU, Pastoral da Saúde e da Criança e Assistência Social.	
Título: Ampliação do Minha Casa, Minha Vida - urbana e rural.	Justificativa: Precariedade das moradias periféricas. Baixo índice de acesso às políticas públicas. Alto índice de populações oriundas do êxodo rural. Vulnerabilidade de insegurança alimentar, nutricional e saúde preventiva. Galerias e bueiros nas estradas vicinais.	Local: Setor periférico dos 13 municípios do Território Central.	Parceiros: governo federal, estadual, municipal, iniciativa privada e outros.	
Título: Luz para o Alto Jaru (Uru-Eu-Wau-Wau)	Justificativa: Inexistência de energia para atendimento ao posto de saúde - conservar remédios e vacinas. Anseio de estudarem no período noturno.	Local: Alto Jaru.	Parceiros: Eletronorte/CERON.	Indígenas.
Título: Produção de sólidos sustentáveis	Justificativa: Objetivando a proteção ambiental e oferecendo à comunidade oportunidade de trabalhar com reciclagem é importante: Destinar área específica para implantação de centro de triagem; Capacitar adultos para coleta/seleção e venda dos produtos reciclados; Motivar a população com campanhas educacionais para coleta seletiva.		Parceiros: Prefeituras e outros parceiros afins.	
Título: Diagnóstico de comunidades de extrema pobreza.	Justificativa: Considerando a necessidade de diagnosticar as comunidades, os atores e atrizes localizarão os pontos de maior pobreza e de potencial de produção.	Promoção de reuniões e oferecimento de oportunidades de se profissionalizar (cursos gratuitos na localidade afim).	Parceiros: Secretarias de Ação Social e Educação; EMATER, Conselhos e Organizações Sociais.	



CAPÍTULO VII

CAPÍTULO VII: GESTÃO DO PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – PTDRS.

7.1. Monitoramento e Avaliação

Monitoramento e Avaliação são duas ações distintas, porém, relacionadas. Basicamente podemos definir:

O *Monitoramento* é o acompanhamento das ações através de uma coleta sistemática e uma análise de dados de como um projeto progride.

A *Avaliação* é a comparação do real impacto do projeto em relação ao que foi planejado.

Existem vários métodos e modelos de se realizar *monitoramento e avaliação*. A construção de indicadores é em si outro exercício, pois temos indicadores de processos e indicadores de resultados.

A dúvida e temor de se aplicar *monitoramento e avaliação* é o da exposição de conflitos (internos e externos). Porém, as ações de monitoramento e avaliação são para corrigir e não para buscar culpados, mesmo por que “*se um erra, todos erram*”. Mais importante em tudo isso é a necessidade de ser incorporada em cada entidade a pertinência de se incluir em seu cotidiano ações de monitoramento e avaliação. O que ambos têm em comum é que são processos de *aprendizagem* do que se está fazendo e como se está fazendo.

7.2. Sistema de Gestão e Monitoramento Participativo (SGMP)

O sistema abaixo foi pensado a partir dos pressupostos de *monitoramento de desempenho* e monitoramento participativo. Também foram observadas as características e funcionamento do Programa Territórios da Cidadania e critérios necessários ao funcionamento do processo de *monitoramento*. Neste último, observou-se a habilidade técnica e capacidade dos atores envolvidos. Buscou-se elaborar um sistema simples, efetivo, que pudesse ser operacionalizado no contexto local, que garantisse a comunicação entre os diferentes atores, com agilidade, viabilidade e continuidade.

Com relação à operacionalidade foram criadas cinco Câmaras Temáticas, compostas por quatro (4) ou cinco (5) instituições cada, a saber: saúde, meio ambiente, socioeconomia, educação, cultura, esporte e lazer e político Institucional.

As Câmaras reunir-se-ão ordinariamente a cada bimestre. Extraordinariamente, poderão reunir-se antes do prazo previsto. Essas Câmaras articularão e implementarão os projetos estratégicos, prioritariamente, bem como os demais projetos definidos no PTDRS, pelo CODETER. Seu diálogo inicial dar-se-á, principalmente, via Núcleo Diretivo ou CODETER.

Semestralmente, cada Câmara elabora o relatório das atividades ao Núcleo Diretivo. Este, por sua vez, emite um parecer e apresenta o relatório ao Colegiado, em reunião a ser convocada para esse fim.

O Colegiado, que dentre outras funções possui a responsabilidade de exercer o controle social sobre os investimentos/projetos territoriais, juntamente com o Núcleo Diretivo, manifesta-se através da ata da reunião com relação aos andamentos dos projetos/ações. Anualmente, faz-se uma avaliação para ajustes e adaptações necessárias à condução/continuidade das ações de gestão e monitoramento. As Câmaras poderão convidar instituições (em caráter temporário/específico) que julgarem importantes/necessárias para o desenvolvimento dos projetos prioritários (elaboração, assessoria, articulação, operacionalização, execução), mesmo que estas não sejam membros do CODETER.

Para o sistema de *monitoramento e avaliação* serão priorizados/observados os projetos de organização/governança/ações elaborados durante a oficina de apresentação deste Plano, ocorrida em Ji-Paraná, em setembro de 2012, conforme quadros de 58 a 66 abaixo.

Quadro 58: Gestão e Monitoramento, Dimensão Sociocultural e Educacional – Educação.

DIMENSÃO SOCIOCULTURAL E EDUCACIONAL	PROJETOS PRIORITÁRIOS	ESFERA DE ARTICULAÇÃO	ARTICULAÇÃO (Instituição responsável)	IMPLEMENTAÇÃO (Instituição responsável)	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	POTENCIAIS PARCEIROS	PRAZO
Educação	Reestruturação, ampliação e fortalecimento das EFAs	Federal Estadual Municipal	AEFARO	SEDUC	Aumentar em 100% os números de alunos nas EFAS	Número de matrículas efetuadas e projetos elaborados/conveniados	SEMEDs, SEDUC, SEMAGRICs, MDA, EMATER, MEC	2 ANOS
	Adequação dos currículos escolares para o campo/ florestas	Federal Estadual Municipal	MEC, SEDUC, SEMEC, SEAGRI, ASSOCIAÇÕES, SINDICATOS, COOPERATIVAS	MEC, SEDUC, SEMEC	Número de municípios que aderiram	Grades escolares elaboradas/aprovadas	SEMEDs, SEDUC, SEMAGRICs, MDA, EMATER, MEC	2 ANOS
	Pós-graduação: Educação e gestão para sustentabilidade no campo/ florestas	Federal Estadual Municipal	MEC, SEDUC, SEMEC, SEAGRI, Universidades	MEC, SEDUC, Universidades (UNIR)	Número de cursos oferecidos	Número de pós-graduações oferecidas	SEMEDs, SEDUC, MDA, MEC	2 ANOS

Quadro 59: Gestão e Monitoramento, Dimensão Sociocultural e Educacional – Cultura.

DIMENSÃO SOCIOCULTURAL E EDUCACIONAL	PROJETOS PRIORITÁRIOS	ESFERA DE ARTICULAÇÃO	ARTICULAÇÃO (Instituição responsável)	IMPLEMENTAÇÃO (Instituição responsável)	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	POTENCIAIS PARCEIROS	PRAZO
Cultura	Projeto medicina da floresta	Federal Estadual Municipal	FUNAI, SEAGRI, EMATER	FUNAI, SEAGRI	Número de projetos elaborados	Número de projetos aprovados	EMBRAPA, CEPLAC, UNIR, FUNAI, ULBRA, Kanindé	2012/2015
	Implantação de centro de valorização da cultura rural e de comunidade tradicionais	Federal Estadual Municipal	FUNAI, SECEL, SECRETARIA DA PAZ, SEAGRI, SEAS, SEMAS, SEDES, Ministério da Cultura	SEAS, SEMAS de Ji-Paraná	Projetos elaborados	Projetos aprovados	FUNAI, SECEL, Secretaria da Paz, SEAGRI, SEAS, SEMAS, SEDES, Ministério da Cultura, Organizações de Pescadores, Indígenas, Agricultores	2012/2015

Quadro 60: Gestão e Monitoramento, Dimensão Sociocultural e Educacional – Esporte e Lazer.

DIMENSÃO SOCIOCULTURAL E EDUCACIONAL	PROJETOS PRIORITÁRIOS	ESFERA DE ARTICULAÇÃO	ARTICULAÇÃO (Instituição responsável)	IMPLEMENTAÇÃO (Instituição responsável)	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	POTENCIAIS PARCEIROS	PRAZO
Esporte e lazer	Centro poliesportivo de integração	Federal Estadual Municipal	SECEL, SEMAS, SEAS	SECEL, SEMAS, SEAS	Número de projetos elaborados Número de centros poliesportivos criados	Planta arquitetônica de engenharia Fotografias	SECEL, SEMAS	2012/2015
	Projeto de iluminação nas áreas de esporte e lazer já existente em todos os municípios do Território Central	Municipal	SECEL, SEMAS, SEAS	SECEL, SEMAS, SEAS	Número de áreas de lazer e esporte iluminadas	Fotografias	SECEL, SEMAS	2012/2015

Quadro 61: Gestão e Monitoramento, Dimensão Sociocultural e Educacional – Saúde.

DIMENSÃO SOCIOCULTURAL E EDUCACIONAL	PROJETOS PRIORITÁRIOS	ESFERA DE ARTICULAÇÃO	ARTICULAÇÃO (Instituição responsável)	IMPLEMENTAÇÃO (Instituição responsável)	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	POTENCIAIS PARCEIROS	PRAZO
Saúde	Instalação do centro de tratamento de água	Federal, Estadual e Municipal	CAERD e FUNASA	CAERD, SAAE e FUNASA	ETA's Construídas	Fotografias e relatórios	CAERD, FUNASA, BNDES, Estado, Municípios	2 ANOS
	Instalação de um hospital estratégico de grande porte para o Território	Federal, Estadual e Municipal	CMS (Conselho Estadual de Saúde) - Núcleo Diretivo	SESAU	Hospital construído e funcionando	Fotografias e relatórios	SEMSA's, SESAU, Rede territorial de colegiados	2 ANOS
	Efetivação do consórcio para o tratamento de resíduos sólidos dos municípios do Território Central	Municípios	Secretaria de Meio ambiente do Vale do Anari e Garça; Presidente Médici) EPA (Jaru)	CIMCERO's	Aterros construídos e Funcionando	Fotos	Municípios (Secretarias responsáveis) COOTRARON	2 ANOS

Quadro 62: Gestão e Monitoramento, Dimensão Político Institucional.

DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL	PROJETOS PRIORITÁRIOS	ESFERA DE ARTICULAÇÃO	ARTICULAÇÃO (Instituição responsável)	IMPLEMENTAÇÃO (Instituição responsável)	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	POTENCIAIS PARCEIROS	PRAZO
Político Institucional	Jovens e Mulheres da área rural Justificativas: Por ser um público que não vê resultado na organização e se autoexclui por diversos fatores, a citar: falta de gestão direcionada para esses 02 públicos; falta de motivação própria (contudo propomos que seja criada nas prefeituras do Território Central, uma secretária ou departamento que busque esse público para as instituições	Federal, Estadual e Municipal	FETAGRO E SEMAGRI de Ji-Paraná	EMATER e Prefeitura (Ji-Paraná)	Número de inscritos por curso de capacitação (100/ bimestre)	Lista de presença e fotografias	CEPLAC, AMA, PJ, Projeto Pe Ezequiel (Ji-Paraná) e as demais EMATER do Território, CMDR, STTR, CMDA, Pastoral do Menor.	De janeiro de 2013 a dezembro de 2014
	Diagnóstico participativo para jovens e mulheres rurais	Federal, Estadual e Municipal	FETAGRO STTRs, SEMAGRI e Rioterra	EMATER e Prefeitura (Ji-Paraná)	Número de inscritos por curso de capacitação (100/ bimestre)	Lista de presença e fotografias	CEPLAC, AMA, Projeto Pe Ezequiel (Ji-Paraná), EMATER do Território, CMDR, STTR, CMDA, Pastoral do Menor	De janeiro de 2013 a dezembro de 2014

Quadro 63: Gestão e Monitoramento, Dimensão Político Institucional, Gênero e Geração e Segurança Pública.

DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL	PROJETOS PRIORITÁRIOS	ESFERA DE ARTICULAÇÃO	ARTICULAÇÃO (Instituição responsável)	IMPLEMENTAÇÃO (Instituição responsável)	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	POTENCIAIS PARCEIROS	PRAZO
Gênero e Geração	Curso de projeto para o nível médio e superior	PRONATEC CAMPO	CODETER	Entidades Ofertantes	Pessoas treinadas	Certificados	MDA/MEC	2 ANOS
	Encontro territorial de mulheres (agricultoras, extrativistas, pescadoras e indígenas)	Federal	FETAGRO		Encontros realizados	Lista de presença	SDT/MDA, STTR's e EMATER	2 ANOS
	Encontro territorial da juventude indígena e rural						SDT/MDA, STTR's, EMATER e Rioterra	2 ANOS
Segurança Pública	Família Feliz + Resgate dos valores familiares	Estadual Municipal	STTR's	Secretaria Estadual de Segurança Pública	Número de eventos realizados	Lista de presentes	Prefeituras, STTRs	2 ANOS
	Campo e cidade com segurança	Estadual Municipal	STTR's	Secretaria Estadual de Segurança Pública	Número de eventos realizados	Lista de presentes	Prefeituras, STTRs	2 ANOS

Quadro 64: Gestão e Monitoramento, Dimensão Ambiental.

DIMENSÃO AMBIENTAL	PROJETOS PRIORITÁRIOS	ESFERA DE ARTICULAÇÃO	ARTICULAÇÃO (Instituição responsável)	IMPLEMENTAÇÃO (Instituição responsável)	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	POTENCIAIS PARCEIROS	PRAZO
Meio ambiente	Projeto estratégico com o foco na aproximação zoneamento socioeconômico e ecológico do Território Central	Estadual e Federal	Universidade, SEAGRI, INCRA e FETAGRO	Governo do Estado	Plano territorial concluído		SEDAM, IBAMA, MMA, MAPA, SEMA's e SIPAM	5 anos
	Águas do Jaru	Federal	CEPLAC	EPAA	Matas ciliares recuperadas	Número de <i>hactare</i> de margens recuperadas; Fotografias Carta imagem	Petrobras, EPLAC Emater, FUNAI, STTR, UNIR, Rioterra, SEMAGRI Secretaria de Meio Ambiente e MPA	3 anos
	Pró-ambiente do Território Central (mais ambiente)	Federal	CEPLAC	EMATER, CEPLAC SEMAGRI e FETAGRO	Número de propriedades convertidas	Relatórios de acompanhamento	MMA, MP, SEDAM, INCRA e EMATER	5 anos

Quadro 65: Gestão e Monitoramento, Dimensão Socioeconômica, Infraestrutura.

DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	PROJETOS PRIORITÁRIOS	ESFERA DE ARTICULAÇÃO	ARTICULAÇÃO (Instituição responsável)	IMPLEMENTAÇÃO (Instituição responsável)	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	POTENCIAIS PARCEIROS	PRAZO
Infraestrutura	Laboratório de análise de solo	Estadual	EMATER	SEAGRI	Laboratório instalado, funcionando, com pessoal capacitado e agricultores sendo beneficiados	Através das análises de solo efetivadas	STTR”S, Conselhos municipais, Associações, Cooperativas, Entidades de assistência técnica e Universidades	Junho de 2013
	Viabilizar a implantação de polos de agroindústrias conforme potencial produtivo	Federal, Estadual e Municipal	SEAGRI, EMATER, Núcleo Diretivo	SEAGRI	Projeto elaborado, Capacitações realizadas agroindústria instalada e regularizada, produtos processados e comercializados	Agroindústrias em funcionamento e produtos comercializados	STTR”s, Conselhos Municipais, Associações, Cooperativas, Entidades de assistência técnica e Universidades	Junho 2013
	Canalização, isolamento e recuperação de igarapés urbanos	Municípios Estado União	Prefeitura	Prefeitura	Projetos elaborados e população beneficiada	Obras executadas, rios recuperados	Órgãos de meio ambiente, saúde e educação	Novembro 2013
	Agroindústria de beneficiamento Castanha Palmito Polpa de Fruta Vale do Anari	Estadual	Coopex	PM Vale do Anari	Projeto elaborado M2 construído	Contratos realizados	SEAGRI, CCCOPEX, OSR, MDA, MMA	2 ANOS

Quadro 66: Gestão e Monitoramento, Dimensão Socioeconômica, Economia e Regularização Fundiária.

DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	PROJETOS PRIORITÁRIOS	ESFERA DE ARTICULAÇÃO	ARTICULAÇÃO (Instituição responsável)	IMPLEMENTAÇÃO (Instituição responsável)	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	POTENCIAIS PARCEIROS	PRAZO
Economia	Organização territorial da cadeia produtiva (mandioca, leite, peixe, fruticultura)	Municípios Estado União	STTR, EMATER, Conselhos, Organizações Sociais Rede territorial	SEAGRI	Projetos elaborados e cadeias organizadas,	Produção processada	Rede territorial, MDA e INCRA	2013
	Curso de formação continuada na Gestão Administrativa, Associação e Cooperativas	Federal Estadual Municipal	EMATER	SEAGRI, SEAS	100 organizações revitalizadas	Eficiência na gestão das organizações	UNICAFES, COOTRARON, Senar	2013
Regularização Fundiária	Elaboração dos planos municipais de regularização fundiária sustentável no TC	Federal, Estadual e Municipal	Núcleo diretivo, INCRA e SEAGRI	INCRA e SEAGRI	Plano elaborado e implementado	Propriedades regularizadas	INCRA, SEAGRI e EMATER	2013



CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises dos dados primários e dos dados secundários do Território Central apontam duas situações: 1 - alto passivo ambiental e, 2 – êxodo rural. Estas duas situações foram referendadas nas oficinas temáticas realizadas entre os meses de novembro de 2010 a março de 2011. Nos diversos momentos e eventos realizados na construção deste Plano, os atores e atrizes sociais concordaram que todas as ações e atividades propostas para as diversas dimensões devem estar integradas para dar soluções a essas duas questões.

É imprescindível que ações e atividades para alavancar o desenvolvimento sustentado no Território Central que vierem a ser tratadas nas dimensões sócias, ambientais, econômicas e político institucional tenham sinergias e transversalidades para sanar as questões do êxodo rural e do passivo ambiental.

O Território Central está perdendo população e as pessoas que permanecem estão alcançando uma faixa etária “*madura*”. A relação de gênero se mantém, na prática, estável. A maioria dos municípios tem uma população predominantemente rural. Habitam o Território Central, além da população generalizada, agricultores, pescadores, indígenas e extrativistas que compõem a agricultura familiar. Torna-se necessário investir em ações de geração de renda e que envolvam os jovens.

O Território Central dispõe de uma satisfatória rede de ensino fundamental e médio. Contudo, é deficiente em creches e no ensino superior. Outra situação verificada é a inadequada grade curricular que é exclusivamente voltada ao contexto urbano. Assim, é importante a construção de um modelo educacional destinado a atender a realidade rural.

Com relação à saúde pública, todos os municípios dispõem de pelo menos um hospital. Todavia, é preocupante a falta de compromisso por parte dos médicos com a saúde pública.

A maior parte destes profissionais não apresentam dedicação exclusiva, levando a consequente necessidade de aumento de remuneração, logística e de equipamentos.

A cultura, o lazer e o esporte precisam de melhor atenção e incentivo. Existe um bom potencial de lazer e de esportes atrelados ao fator ambiental. Inquietante, também, é o crescente consumo de drogas no Território Central e isto requer atenção de todas as atrizes e atores sociais, governamentais e não governamentais, para proporem soluções e alternativas sustentáveis.

O Território Central tem excelentes cenários naturais, áreas protegidas e pode vir a gerar ocupação e renda se houver investimentos

para o ecoturismo. Mesmo tendo iniciativas de educação ambiental, principalmente com projetos destinados à redução do enorme passivo ambiental existente, a mobilização e o envolvimento de atores e atrizes sociais ainda são insuficientes. Contudo, o fator que mais preocupa é o êxodo rural, porque não permite uma visualização de sustentabilidade. Assim, a sugestão é que haja a construção de processos de capacitação e formação de lideranças que envolvam os jovens, na promoção da ocupação, no trabalho e na renda, partindo de premissas ambientais.

A dinâmica socioeconômica do Território Central deverá garantir a participação de pescadores, indígenas, extrativistas, jovens e mulheres em sua sustentabilidade. Uma das possibilidades é a verticalização da produção agregando valores ao produto da agricultura familiar. Porém, devem ser considerados alguns passos, a citar: a) o resgate e a valorização de ações associativistas devido ao desgaste na gestão de entidades num passado próximo; b) o empoderamento da agricultura familiar dos diversos elos e etapas das cadeias produtivas; e c) o Território Central considerar a problemática ambiental existente ao definir ações socioeconômicas.

Recomenda-se, também, que as ações e projetos propostos sejam monitorados ao longo de cinco anos, quando deverão ser submetidos a uma nova qualificação. É imperativo que os projetos

sejam acompanhados e avaliados junto às comunidades contempladas, permitindo uma participação mais ativas das (e nas) bases da agricultura familiar.

Igualmente devem ser construídas ações e atividades de divulgação da política de desenvolvimento territorial, principalmente junto aos gestores municipais. Ainda, faz-se necessária a construção de processos para acelerar ações de regularização fundiária no Território Central.

Importante, também, é construir processos de fortalecimento da agricultura familiar com eventos sobre assessoria e extensão rural.

Por último, que uma versão simplificada de Plano seja elaborada para servir como instrumento de diálogo com as bases, inclusive com a utilização de espaços públicos (Câmaras de Vereadores, Fóruns e Conselhos municipais, Instituições de ensino e pesquisa), rádios comunitárias, rede mundial de computadores, e outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

CONAB/SUREG/RO. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/>. Acesso em 2010.

CEF, 2010. Disponível em: www.beneficiosociais.caixa.gov.br. Acesso em: outubro de 2010.

DATASUS, 2002. Censo do ano de 2002. Disponível em: www.cnes.datasus.gov.br. Acesso em: 25 de outubro de 2010.

EMEC, 2011. Disponível em: www.emec.mec.gov.br/. Acesso em: 22 de fevereiro de 2011.

DATASUS, 2010. Disponível em: www.cnes.datasus.gov.br. Acesso em: 25 de outubro de 2010.

ECHEVERRI, R., Ribeiro, M. P. Ruralidade, Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável, IICA. Brasília, 2005.

IBGE, 2010. Censo Agropecuário de 1995 e 1996.

IBGE, 2010. Disponível em: [www.ibge.gov.br / cidadesat](http://www.ibge.gov.br/cidadesat). Acesso em: 27 de outubro de 2010.

IBGE, 2011. Censo de 2010. Disponível em: [www.ibge.gov.br, cidadesat](http://www.ibge.gov.br/cidadesat). Acesso em: 05 de fevereiro de 2011.

INEP, 2011. Censo de 2010. Disponível em: Fonte: www.inep.gov.br. Acesso em: março de 2011.

MDA/SDT, 2005. Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais. SDT/MDA. Série documentos institucionais. Brasília, junho de 2005.

MDA/SDT, 2005. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Guia para Planejamento. Documento de Apoio nº 02. MDA/SDT. Brasília, 2005.

MDA/SDT, 2005. Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais. Documento de Apoio nº 03, 2005. Brasília, 2005.

MDA/SDT, 2006. Referências para a Gestão Social dos Territórios Rurais: Guia para a Organização Social. Série documentos de apoio, n. 03. Brasília, 2006.

MDA/SDT, 2007. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentado do Território Central. PESACRE. Porto Velho, 2007.

MDA, 2010. Censo de 2000 e 2007. Disponível em: www.mda.gov.br (Sit). Acesso em: 11 de outubro de 2010.

MDA/SDT, 2010. Colegiados Territoriais: Guia para a Organização Social dos Territórios. Brasília, 2010.

MDA/SDT, 2010. Orientações Gerais para a Elaboração e Qualificação do PTDRS: Guia de Planejamento. Brasília, 2010.

MDA (SIT), 2011. Disponível em: Disponível em: www.mda.gov.br (sit). Acesso em: outubro de 2010.

MDIC, 2007. Arranjo Produtivo Local Pecuária de Leite de Ji-Paraná-RO. Plano de Desenvolvimento Preliminar. Porto Velho, Outubro de 2007. Disponível em: www.mdic.gov.br. Acesso em: outubro de 2010.

MIRANDA, C., COSTA, C. Gestão Social do Território: Experiência no Estado do Maranhão. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. IICA, Brasília, 2005.

MMA, 2004. Monitoramento e avaliação de projetos: métodos e experiências. Ministério do Meio Ambiente, 246 p. Brasília, 2004.

PROUNI, 2011. Disponível em: www.siteprouni.mec.gov.br. Acesso em: 06 de fevereiro de 2011.

RIOTERRA, 2011. Disponível em: <http://www.rioterra.org.br/territorios/wp-content/uploads/Reunião-ampliada-Território-Central.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2011.

SEAPES, 2007. Plano de Desenvolvimento Preliminar

SEDAM, 2002. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental. Atlas Geoambiental de Rondônia, 2002.

SEPÚLVEDA, S. Desenvolvimento Sustentável Microrregional: Métodos para Planejamento Local. MDA/SDT/IICA. Brasília, 2005.

SNIU, 2002. Sistema Nacional de Indicadores Urbanos, 2002. Disponível em: www.mda.gov.br (SIT). Acesso em: 11 de outubro de 2010.

VASCONCELOS, S. S., 2005. Estudo Propositivo de Dinamização Econômica do Território Rural Central, Fase – Pará. Rio Branco, 2005.



CENTRO DE ESTUDOS
RIOTERRA

Rua: Rua Padre Chiquinho, 1651, B. São João Bosco

CEP:76803-786

Porto Velho - Rondônia - Brasil

Fone: (55)(69) 3223-6191

www.rioterra.org.br

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-68313-01-5



9 788568 313015

TERRITÓRIOS DE RONDÔNIA
TERRITÓRIO CENTRAL